



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

---

**ANO LXV - Nº 012 - QUINTA-FEIRA, 18 DE FEVEREIRO DE 2010 - BRASÍLIA-DF**

---

**MESA DO SENADO FEDERAL**

**PRESIDENTE**  
 José Sarney - (PMDB-AP)  
**1º VICE-PRESIDENTE**  
 Marconi Perillo - (PSDB-GO)  
**2º VICE-PRESIDENTE**  
 Serys Slhessarenko - (PT-MT)  
**1º SECRETÁRIO**  
 Heráclito Fortes - (DEM-PI)  
**2º SECRETÁRIO**  
 João Vicente Claudino - (PTB-PI)

**3º SECRETÁRIO**  
 Mão Santa - (PSC-PI)  
**4ª SECRETÁRIA**  
 Patrícia Saboya - (PDT-CE)

**SUPLENTES DE SECRETÁRIO**  
 1º - César Borges - (PR-BA)  
 2º - Adelmir Santana - (DEM-DF)  
 3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB)  
 4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

<p align="center"> <b>Maioria</b>  <b>(PMDB/PP) - 18</b>  <b>Líder</b>  <b>Renan Calheiros - PMDB</b>          Vice-Líderes          Valdir Raupp (6)          Paulo Duque          Lobão Filho          Francisco Dornelles          Gilvam Borges          Gerson Camata          Geraldo Mesquita Júnior          .....  <b>Líder do PMDB - 17</b>  <b>Renan Calheiros</b>          Vice-Líderes do PMDB          Wellington Salgado de Oliveira          Almeida Lima          Valter Pereira          Gilvam Borges          Leomar Quintanilha (4,5,7)          Neuto De Conto  <b>Líder do PP - 1</b>  <b>Francisco Dornelles</b> </p>	<p align="center"> <b>Bloco de Apoio ao Governo</b>  <b>(PT/PR/PSB/PRB/PC DO B) - 19</b>  <b>Líder</b>  <b>Aloizio Mercadante - PT</b>          Vice-Líderes          João Ribeiro          Renato Casagrande          Inácio Arruda          Marcelo Crivella          .....  <b>Líder do PT - 11</b>  <b>Aloizio Mercadante</b>          Vice-Líderes do PT          Eduardo Suplicy          Fátima Cleide          Flávio Arns (3)  <b>Líder do PR - 3</b>  <b>João Ribeiro</b>  <b>Líder do PSB - 2</b>  <b>Antonio Carlos Valadares</b>  <b>Líder do PRB - 2</b>  <b>Marcelo Crivella</b>  <b>Líder do PC DO B - 1</b>  <b>Inácio Arruda</b> </p>	<p align="center"> <b>Bloco Parlamentar da Minoria</b>  <b>(PSDB/DEM) - 27</b>  <b>Líder</b>  <b>Raimundo Colombo - DEM (1)</b>          Vice-Líderes          Alvaro Dias          Kátia Abreu          Flexa Ribeiro          Gilberto Goellner          João Tenório          Rosalba Ciarlini          Lúcia Vânia          Adelmir Santana          .....  <b>Líder do PSDB - 14</b>  <b>Arthur Virgílio</b>          Vice-Líderes do PSDB          Alvaro Dias          Lúcia Vânia          Cícero Lucena          Papaléo Paes  <b>Líder do DEM - 13</b>  <b>José Agripino</b>          Vice-Líderes do DEM          Jayme Campos (2)          Antonio Carlos Júnior          Rosalba Ciarlini          Efraim Morais       </p>
<p align="center"> <b>PTB - 8</b>  <b>Líder</b>  <b>Gim Argello - PTB</b>          Vice-Líderes          Sérgio Zambiasi          Romeu Tuma       </p>	<p align="center"> <b>PSOL - 1</b>  <b>Líder</b>  <b>José Nery - PSOL</b> </p>	<p align="center"> <b>Governo</b>  <b>Líder</b>  <b>Romero Jucá - PMDB</b>          Vice-Líderes          Delcídio Amaral          Antonio Carlos Valadares          João Pedro          Gim Argello          Romeu Tuma       </p>
<p align="center"> <b>PDT - 6</b>  <b>Líder</b>  <b>Osmar Dias - PDT</b> </p>	<p align="center"> <b>PV - 1</b>  <b>Líder</b>  <b>Marina Silva - PV</b> </p>	
	<p align="center"> <b>PSC - 1</b>  <b>Líder</b>  <b>Mão Santa - PSC</b> </p>	

**Notas:**

1. Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.
  2. Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09, conforme Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 25 de agosto de 2009.
  3. Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 10 de setembro de 2009, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 8 de outubro de 2009.
  4. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
  5. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão deliberativa ordinária de 17 de novembro de 2009.
  6. Senador Valdir Raupp passou a exercer a Liderança da Maioria, nas hipóteses previstas nos arts. 13 e 14 e no Capítulo X do Título II do Regimento Interno do Senado Federal, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 12 de novembro de 2009.
- Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>  
 Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279
7. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 23 de novembro de 2009.
  8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09, conforme Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09.
  9. Senador Jayme Campos retornou ao exercício do mandato em 03.01.10, após encerrar a licença de 130 dias requerida a partir de 26.08.09.

**EXPEDIENTE**

<p align="center"> <b>Haroldo Feitosa Tajra</b>          Diretor-Geral do Senado Federal  <b>Florian Augusto Coutinho Madruga</b>          Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações  <b>José Farias Maranhão</b>          Diretor da Subsecretaria Industrial       </p>	<p align="center"> <b>Cláudia Lyra Nascimento</b>          Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal  <b>Maria Amália Figueiredo da Luz</b>          Diretora da Secretaria de Ata  <b>Denise Ortega de Baere</b>          Diretora da Secretaria de Taquigrafia       </p>
--	--

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 – ATA DA 11ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 2010

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE

##### 1.2.1 – Leitura de Projetos

Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2010, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta dispositivo à Lei 8.899, de 1994, para estender a concessão do passe livre interestadual ao acompanhante de pessoa com deficiência que dele necessite*..... 03116

Projeto de Lei do Senado nº 28, de 2010, de autoria do Senador Flávio Arns, que *altera os arts. 2º e 13 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para garantir a presença, nas redes de ensino, de profissionais da educação habilitados como técnicos em alimentação escolar*. .... 03116

##### 1.2.2 – Comunicação da Presidência

Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 141, de 2008..... 03118

##### 1.2.3 – Discursos do Expediente

SENADOR PAULO PAIM – Agradecimento às pessoas que ajudaram ou prestaram solidariedade a S. Exª em razão de problema de saúde, no último dia 10. Saudação aos 30 anos do Partido dos Trabalhadores, com balanço das realizações do Partido..... 03118

SENADOR FLÁVIO ARNS – Registro do início hoje, da Campanha da Fraternidade de 2010, de iniciativa da CNBB, propondo o tema “Economia e Vida”..... 03122

SENADOR GEOVANI BORGES – Reflexão sobre o período da Quaresma. Análise da credibilidade das instituições brasileiras. .... 03124

SENADOR ROMEU TUMA – Leitura de artigo de autoria do Arcebispo de São Paulo, Dom Odilo Scherer, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, no dia 13 do corrente, em que S. Exª discorre sobre a questão dos direitos humanos..... 03126

SENADORA MARISA SERRANO – Reflexão sobre o enfraquecimento dos valores morais. Preocupação com o início antecipado da vida sexual dos jovens e a gravidez na adolescência. .... 03128

SENADOR ADELMIR SANTANA – Considerações sobre a crise política no Distrito Federal. Reverência ao pioneiro de Brasília recentemente falecido, Dr. Ernesto Silva. Balanço das consequências de possível intervenção federal no Distrito Federal..... 03130

SENADOR JOÃO PEDRO – Registro da abertura, amanhã, em Brasília, do IV Congresso do Partido dos Trabalhadores. Reflexão acerca da história do Partido e sua importância no contexto político nacional..... 03133

SENADOR AUGUSTO BOTELHO – Preocupação com a ocorrência de incêndios em Roraima. Agradecimento ao Ministério da Saúde pela liberação de recursos para construção de um hospital em Roraima. .... 03136

SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – Análise do legado do Governo Fernando Henrique Cardoso para a sociedade brasileira e dos resultados do Governo Lula. Necessidade de o futuro governo trabalhar pela melhoria do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e do índice Gini do Brasil..... 03138

SENADOR ALVARO DIAS – Comentários a respeito da matéria intitulada “Ação política fraca deixa Paraná no fim da fila do orçamento. O Estado sai perdendo em repasses da União para 2010”, publicada no jornal **Gazeta do Povo**, do Paraná..... 03142

#### 1.3 – ORDEM DO DIA

**1.3.1 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária.**

#### 1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA

##### 1.4.1 – Discursos

SENADOR PEDRO SIMON – Reflexão acerca da situação delicada do Judiciário brasileiro em função da frequente revisão de decisões de juízes de primeira entrância por parte de membros dos Tribunais Superiores, com base em artigo publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, de autoria da Procuradora da República Janice Agostinho Barreto Ascari, intitulado “A Justiça na UTI”. Comentário sobre a prisão do Governador do Distrito Federal. Registro de nota distribuída à imprensa pela Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) sobre os devasta-

dores desdobramentos das operações Satiagraha e Castelo de Areia. .... 03165

SENADOR *VALDIR RAUPP*, como Líder – Considerações a respeito de estudo do IPEA, que informou ser possível zerar a condição de pobreza extrema de cerca de 20 milhões de brasileiros em curto espaço de tempo. Necessidade da construção de um sistema educacional de qualidade..... 03172

SENADOR *EDUARDO SUPPLY* – Registro do lançamento da Campanha da Fraternidade de 2010 com o tema “Economia e Vida”. Homenagem à Dra. Zilda Arns, em razão de matéria publicada na Revista Piauí nº 41. .... 03175

SENADOR *FLEXA RIBEIRO* – Registro da visita de integrantes do PSDB, inclusive de S. Exa., a municípios do Estado do Pará. Preocupação com o risco de desabastecimento de petróleo no Brasil.. 03178

#### 1.4.2 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 18, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada.

#### 1.5 – ENCERRAMENTO

### 2 – DOCUMENTOS E CORRESPONDÊNCIAS ENCAMINHADAS À PUBLICAÇÃO

#### 2.1 – Certidão

Referente à Comissão Mista destinada a relatar o Veto Parcial nº 55, de 2009..... 03197

### SENADO FEDERAL

#### 3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

#### 4 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

#### 5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

#### 6 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

### 7 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

### CONGRESSO NACIONAL

#### 8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 9.883, de 1999)

# Ata da 11ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 17 de fevereiro de 2010

## 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Adelmir Santana, João Pedro, Romeu Tuma e Flávio Arns*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas e 13 minutos e encerra-se às 19 horas e 5 minutos.)*

É o seguinte o registro de comparecimento:

### SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 17/2/2010 09:06:07 até 17/2/2010 20:30:06

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA		X					
PSDB	PR	ALVARO DIAS		X					
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES		X					
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO		X					
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES		X					
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY		X					
PSDB	PR	FLÁVIO ARNS		X					
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO		X					
PMDB	AP	GEOVANI BORGES		X					
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO		X					
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO		X					
DEM	RN	JOSE AGRIPINO		X					
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA		X					
PSDB	GO	MARCONI PERILLO		X					
DEM	SE	MÁRIA DO CARMO ALVES		X					
PV	AC	MARINA SILVA		X					
PSDB	MS	MARISA SERRANO		X					
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI		X					
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM		X					
PMDB	RS	PEDRO SIMON		X					
PTB	SP	ROMEU TUMA		X					
PTB	RS	GÉRGIO ZAMBIASI		X					
Bloco-PT	MT	SERYS SHESSARENKO		X					
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA		X					
PMDB	RO	VALDIR RAUPP		X					

**Compareceram: 25 Senadores**

**O SR. PRESIDENTE** (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Há número regimental. Declaro aberta a nossa sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 27, DE 2010

**Acrescenta dispositivo à Lei 8.899, de 1994, para estender a concessão do passe livre interestadual ao acompanhante de pessoa com deficiência que dele necessite.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescente-se o seguinte Art. 1º-A. na Lei 8.899, de 1994:

“Art. 1º-A. A pessoa com deficiência beneficiária do passe livre, se necessário, tem direito a assento contíguo ao seu para acompanhante, conforme regulamento”.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de sessenta dias a contar de sua publicação.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

#### Justificação

A extensão do direito ao passe livre ao acompanhante de pessoa com deficiência que assim o necessita atende a incontáveis demandas recebidas no Congresso brasileiro, da parte de cidadãos com deficiência que precisam ser acompanhados em deslocamentos interestaduais. Se por um lado o passe livre é avanço significativo nos direitos da pessoa com deficiência, o seu uso fica restrito àquelas que são capazes de viajar desacompanhadas, deixando à margem incontáveis outras que necessitam de acompanhante para seus deslocamentos.

Considerando os aspectos operacionais da aplicação desta Lei, atinentes à comprovação da necessidade do acompanhante, bem como da sua condição de pessoa carente, o que justifica o passe livre do acompanhante, optamos por deixar para o Poder Executivo, a quem caberá dar cumprimento a esta Lei, a regulamentação da matéria. Ressalte-se, entretanto, que há cláusula estabelecendo prazo para que tal ocorra, de forma a garantir que mais esta re-

levante conquista da pessoa com deficiência se realize o quanto antes.

Confiantes no mérito da presente proposição, contamos com o imprescindível apoio de Senadoras e Senadores na aprovação da matéria.

Sala das Sessões, – Senador **Flávio Arns**.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.899, DE 29 DE JUNHO DE 1994

**Concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual.**

O Presidente da República faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É concedido passe livre às pessoas portadoras de deficiência, comprovadamente carentes, no sistema de transporte coletivo interestadual.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de noventa dias a contar de sua publicação.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

.....  
(À Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – decisão terminativa.)

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 28, DE 2010

**Altera os arts. 2º e 13 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para garantir a presença, nas redes de ensino, de profissionais da educação habilitados como técnicos em alimentação escolar.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, passa a vigor acrescido do seguinte inciso VII:

“Art. 2º .....

VII – a profissionalização do processo de aquisição, preparo, distribuição e avaliação da alimentação escolar, envolvendo gestores, nutricionistas e, nas escolas, técnicos em alimentação escolar, devidamente habilitados como profissionais da educação.” (NR)

Art. 2º O art. 13 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, passa a vigor acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 13. ....

Parágrafo único. Para o preparo e distribuição dos alimentos, as redes de ensino contarão com profissionais da educação habilitados como técnicos ou tecnólogos em alimentação escolar, responsáveis, em cada escola, pela articulação da educação alimentar com seu projeto político-pedagógico.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificação

Em boa hora, o programa de alimentação de estudantes – que nasceu após a II Guerra Mundial e se popularizou no País como a merenda escolar – passa a ser política de Estado no Brasil, com a sanção, em 16 de junho do corrente ano, da Lei nº 11.947.

Trata-se de um texto cuidadoso, composto por uma série de dispositivos que fluem de vários princípios, entre os quais ressaltamos a cientificidade e a função educativa da alimentação escolar, a articulação com a comunidade e a economia regional e a universalidade do atendimento, que agora alcança todos os alunos da educação básica, da creche ao ensino médio.

Entretanto, temos a lamentar que, em nenhum de seus artigos, parágrafos, incisos e alíneas, a citada lei faça menção às merendeiras, que foram, são e serão o sustentáculo do Programa Nacional de Alimentação Escolar, trabalhando nas duzentas mil escolas estaduais e municipais de educação básica e transformando em energia e prazer os alimentos destinados a quarenta milhões de estudantes. Mais estranha ainda se torna essa omissão quando se sabe que o Governo Federal instituiu, com reconhecido sucesso, um programa de profissionalização dos funcionários das escolas públicas, incluindo as merendeiras. Milhares delas em todo o País cursaram e estão cursando o Profucionário – habilitação técnico-pedagógica de 1.200 horas, reconhecida pelo Conselho Nacional de Educação, mediante a qual se transformam em profissionais da educação **pleno jure**, na condição de técnicas em alimentação escolar.

Sabemos que existem, desde os colégios jesuíticos da Colônia, educadores dedicados à alimentação dos estudantes. Na fase contemporânea da educação escolar, embora tenha crescido a presença desses trabalhadores nas escolas – a ponto de serem hoje quase meio milhão em todo o País –, permaneceu o caráter de sua invisibilidade, como que ofuscados pela aura do professorado. Entretanto, se a missão da escola, quando elitista e seletiva, era a de ensinar, hoje impõe-se-lhe uma missão mais ampla, qual seja a da educação, a da formação dos estudantes para a cida-

dania e para o trabalho. Nesse contexto, entre os aspectos mais relevantes, cumpre assinalar a educação alimentar, como componente da formação do aluno para uma vida saudável.

O presente projeto de lei visa não somente corrigir essa situação de invisibilidade, mas, principalmente, incluir entre os princípios da alimentação escolar o respeito à presença e o incentivo à profissionalização das merendeiras nas escolas públicas de todas as etapas da educação básica. Aos Estados e Municípios cumprirá baixar as normas locais de inclusão e valorização dessas trabalhadoras de forma a que, de uma vez por todas, apaguemos os traços de eventuais atavismos escravistas no cotidiano de nossas escolas.

Sala das Sessões, – Senador **Flávio Arns**.

### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.947, DE 16 DE JUNHO DE 2009

**Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências.**

O Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 2º São diretrizes da alimentação escolar:

I – o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica;

II – a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional;

III – a universalidade do atendimento aos alunos matriculados na rede pública de educação básica;

IV – a participação da comunidade no controle social, no acompanhamento das ações realizadas pe-

los Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios para garantir a oferta da alimentação escolar saudável e adequada;

V – o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos;

VI – o direito à alimentação escolar, visando a garantir segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em vulnerabilidade social.

Art. 13. A aquisição dos gêneros alimentícios, no âmbito do PNAE, deverá obedecer ao cardápio planejado pelo nutricionista e será realizada, sempre que possível, no mesmo ente federativo em que se localizam as escolas, observando-se as diretrizes de que trata o art. 2º desta Lei.

(Às Comissões de Assuntos Sociais e de Educação, Cultura e Esporte, cabendo à última a decisão terminativa.)

**O SR. PRESIDENTE** (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Os projetos que acabam de ser lidos vão à Comissões competentes.

**O SR. PRESIDENTE** (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Encerrou-se na última sexta-feira o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei da Câmara nº 141, de 2008** (nº 795/99, na Casa de origem, do Deputado Alberto Fraga), que *estabelece normas formais para o envio ao Congresso Nacional de atos internacionais sujeitos ao seu referendo*.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PSDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

Gostaria que V. Ex<sup>a</sup> me inscrevesse para uma comunicação inadiável.

**O SR. PRESIDENTE** (João Pedro. Bloco/PT – AM) – A Mesa acata a solicitação de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. GEOVANI BORGES** (PMDB – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Gostaria também de ser inscrito, na forma regimental, para uma comunicação inadiável.

**O SR. PRESIDENTE** (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Senador Geovani Borges, a Mesa registra a solicitação de V. Ex<sup>a</sup>.

O primeiro orador inscrito é o Senador Paulo Paim.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de dez minutos.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador João Pedro, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento – não que fosse necessário justificar –, por não tê-la usado nos últimos dias.

Senador João Pedro, dirigia-me ao Rio Grande do Sul, no dia 10, data em que o PT completou 30 anos, para uma atividade com o Ministro Tarso Genro. Infelizmente, quando pegava o voo pela manhã, tive um mal-estar, ainda dentro do avião. Tive, assim, de acabar não viajando; voltei, porque a pressão estava acelerada, passando da faixa dos 16 por 11,5.

Quero agradecer ao Deputado Henrique Fontana, que me atendeu dentro do avião e pediu que eu descesse, ao ex-Ministro Tarso Genro e a toda a sua equipe, que de pronto deram todo o atendimento, para que eu viesse ao Senado. Já aqui, no Senado, quero agradecer ao Dr. Paulo Ramalho, Diretor-Geral; ao Dr. Antonio Carlos Amorim, que me encaminhou para um *check-up* geral; ao Dr. Marco Antônio, o médico de plantão que acabou de imediato tomando todas as providências, com medicamentos, para que a pressão retornasse, pelo menos, a 13 por 9,5; e também a Dr. César Luiz Gonzalez, cardiologista, que estava lá também acompanhando. Agradeço à equipe aqui do Senado, aos funcionários, enfermeiros e enfermeiras, o pronto atendimento.

Quero dizer que, graças a Deus, estou bem melhor. Agradeço a todos que telefonaram, que mandaram flores, as quais recebi com muito carinho, *e-mails* e que demonstraram preocupação. Estou vindo à tribuna no dia de hoje; amanhã vou ao Instituto de Cardiologia, que é o antigo Instituto do Coração, aqui de Brasília, em que vou fazer um exame chamado MAPA, que monitora a pressão arterial, e, na sexta pela manhã, então, farei o restante dos exames, para saber o porquê desses picos de pressão.

Dou essa rápida explicação, Sr. Presidente, porque muitos pensam que eu estava muito mal. Graças a Deus, não! Tive o que chamam de um pico de pressão, que deu uma aceleradazinha, também, durante este carnaval, embora eu tenha ficado de repouso. Mas estou bem, tanto que estou aqui, na tribuna do Senado, e agradeço a todos que, de uma forma ou de outra, acompanharam-me nesse momento. O Senador Zambiasi, como Senador gaúcho, esteve mais próximo e fez os contatos também comigo, dando todo o apoio.

Enfim, era algo que não era público, por isso, Senador Flávio Arns e outros Senadores, faço aqui esta rápida explicação, agora que já estou bem melhor, em-

bora volte amanhã de manhã, para botar aquele aparelho que vai monitorar a pressão durante 24 horas.

Senador Flávio Arns e Senador Botelho.

**O Sr. Flávio Arns** (PSDB – PR) – Eu só quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que fico muito feliz com que V. Ex<sup>a</sup> esteja bem de saúde. V. Ex<sup>a</sup> tem que monitorar, acompanhar. Provavelmente não será nada, mas é importante acompanhar, particularmente os casos de pressão alta. Isso é um alerta, inclusive, para toda a população, porque, hoje em dia, felizmente, existe tratamento, acompanhamento, medicação. Deve-se conhecer as causas da pressão alta, para combatê-las e para se ter, com isso, uma saúde melhor, mais abundante, para se trabalhar com tranquilidade. Então, o alerta de V. Ex<sup>a</sup> é um alerta para o Brasil. Fico feliz por mim, pessoalmente, mas tenho absoluta certeza de que milhões de brasileiros desejam e sentem a mesma coisa, porque V. Ex<sup>a</sup> é um batalhador, um lutador em tantas causas sociais – aposentados, pensionistas, Estatuto da Igualdade Racial, Estatuto da Pessoa com Deficiência, Estatuto da Pessoa Idosa e tantas outras coisas. V. Ex<sup>a</sup> merece o carinho, a atenção, o respeito e a amizade de todos que torcem não só por V. Ex<sup>a</sup>, mas por seus familiares também.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Flávio Arns.

Aproveito, Senador Flávio Arns, para dizer que sua assessoria falou comigo, inclusive, sobre aquele movimento que V. Ex<sup>a</sup> lidera. E fica aqui a minha total solidariedade àquela sessão que vamos fazer – tive a alegria de assinar o documento de V. Ex<sup>a</sup> – em homenagem à nossa querida e inesquecível Zilda Arns, como também de todos aqueles que faleceram no Haiti. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>!

Senador Botelho.

**O Sr. Augusto Botelho** (Bloco/PT – RR) – Senador Paulo Paim, conversei com V. Ex<sup>a</sup> na hora em que V. Ex<sup>a</sup> saía para viajar naquele dia. E agora é que fiquei sabendo que V. Ex<sup>a</sup> esteve doente, porque fui a Roraima, fui ao interior do Estado. Mas eu sou médico e entendo. Senti a pressão de V. Ex<sup>a</sup> quando falou que ia acompanhar a cirurgia de uma filha e tudo mais. Qualquer cirurgia que um filho nosso sofra já nos deixa numa situação de pânico. Como V. Ex<sup>a</sup> passou há uns dois ou três anos por um problema grave com um de seus filhos, que eu acompanhei e sofri junto com V. Ex<sup>a</sup>, tenho certeza de que foi esse fato que fez isso com V. Ex<sup>a</sup>. Então, foi um alerta de que tem que se cuidar. O organismo deu um alarme. Quando ocorre esse pico de pressão muito forte, é porque alguma coisa tem que ser feita. Cuidados, fazer prevenção, fazer **check-up** e ver o que está acontecendo. Mas tenho certeza de que V. Ex<sup>a</sup> vai viver muito ainda e com muita saúde, porque

tem muito o que fazer pelo trabalhador do Brasil, para lutar pelos direitos trabalhistas. Nós temos que chegar nesse salário mínimo de US\$1.000 aqui nos próximos anos, se Deus quiser.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado. O otimismo de V. Ex<sup>a</sup> faz com que a minha pressão baixe, com certeza absoluta. É um sonho de todos nós, claro, termos um salário em nível de primeiro mundo, que se aproxime da faixa que V. Ex<sup>a</sup> falou. Muito obrigado.

Senador Geovani Borges, por favor.

**O Sr. Geovani Borges** (PMDB – AP) – Quero aqui dar o meu testemunho do seu carinho, da sua responsabilidade, da sua atuação nesta Casa, que torna desnecessária qualquer justificativa a sua ausência, ainda quando por motivo de saúde. Desejo, então, hipotecar aqui a nossa solidariedade, o nosso carinho, o nosso respeito, a nossa admiração e até a nossa alegria, acima de tudo, por vê-lo nesta tribuna cumprindo com a sua obrigação, com o seu dever, com o seu compromisso assumido perante a população não só do Rio Grande do Sul, mas do Brasil. Parabéns, e cuide-se, porque o Brasil precisa do Paulo Paim nesta Casa.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Geovani Borges.

Como muito bem disseram os Senadores que usaram da palavra – e S. Ex<sup>as</sup> têm razão –, a hipertensão, na verdade, é uma doença silenciosa. A gente se descuida, ela sobe, e aí todo cuidado é pouco. Por isso estarei aqui, provavelmente amanhã, na tribuna, mas já com o aparelho monitorando; e, na sexta de manhã, então, ficarei provavelmente durante o dia no hospital e talvez não possa estar aqui novamente.

Senador João Pedro, se V. Ex<sup>a</sup> me permitir, eu queria fazer um resumo do discurso que preparei para fazer em Porto Alegre, naquela quarta-feira em que infelizmente tive que descer do avião.

Eu dizia...

**O Sr. Romeu Tuma** (PTB – SP) – Senador Paim...

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Pois não, Senador Romeu Tuma.

**O Sr. Romeu Tuma** (PTB – SP) – Desculpe, mas vim correndo, porque, durante o trajeto do aeroporto para cá, ouvi V. Ex<sup>a</sup> justificando a sua ausência em algumas sessões em razão de ter passado por uma crise de pressão. Mas, engraçado – e até pediram para eu não comentar, porque essas coisas de instabilidade de saúde prejudicam eleição –, eu também tive que ir ao hospital...

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Acho que não prejudica. Somos mortais como todos os outros e

justificamos a nossa ausência como o fazemos por um problema qualquer.

**O Sr. Romeu Tuma** (PTB – SP) – Tenho certeza de que V. Ex<sup>a</sup> é forte, acho que o estresse que a gente passa aqui não é pouco, é grande. Da outra vez que eu tive uma crise mais grave e fui operado, o Senador Pedro Simon disse assim: “Nós que trabalhamos normalmente ficamos doentes no período de recesso ou de feriado prolongado. Não buscamos nenhuma desculpa na fase mais aguda do Senado...”

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Que bom que o meu foi durante o carnaval, não é?

**O Sr. Romeu Tuma** (PTB – SP) – Então, estou alegre por vê-lo sorrir, o que dá realmente o sinal de que V. Ex<sup>a</sup> continuará nessa sua batalha que todos nós seguimos, com muito respeito, com muito carinho e admiração, porque é um trabalho brilhante em benefício dos menos favorecidos, não só dos trabalhadores, como no caso da previdência, e de tantos outros que sempre assinamos embaixo. Boa sorte e boa saúde!

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Romeu Tuma.

Senador João Pedro, rapidamente, quero aqui fazer uma saudação aos trinta anos do nosso Partido. Já fiz em outro momento algo semelhante, porque eu ia fazer uma palestra, naquele mesmo período também, em Canoas, mas eu queria dizer que tenho muito orgulho de todos os lutadores sociais, do PT e de todos aqueles que também trabalham pela construção de um mundo melhor para todos.

O PT do Rio Grande do Sul, com muito orgulho, recebeu, nesse dia 10, o seu novo presidente eleito pelo voto direto, o companheiro Raul Pont.

Raul Pont é um homem que entregou a sua vida, por inteiro – e digo com muita convicção – ao sonho de construir um Brasil melhor para todos. Raul Pont é uma figura ímpar, eu diria, na história do Rio Grande do Sul e não somente para o PT.

Quero, da mesma forma, saudar o meu grande amigo, também grande amigo como Raul Pont, o ex-Governador Olívio Dutra, que deixou a presidência do PT, tendo feito um trabalho impecável. Olívio dedicou-se, de forma integral, ao PT e ao Governo do Presidente Lula. Foi Ministro, foi Governador, foi Prefeito da capital, foi Deputado Federal Constituinte junto comigo. Olívio colocou o seu coração, eu diria... E, neste final de semana, assisti ao filme *Enterrem meu Coração na Curva do Rio*, que falava de um líder indígena, um índio, enfim, que só queria isso, depois da luta que ele travou para tentar libertar o seu povo. Quem já assistiu ao filme sabe o que aconteceu. O Olívio dedicou a sua alma, a sua vida e o seu o coração ao movimento social, ao PT e ao Governo do Presidente Lula.

Então, Olívio, aceite aqui, com muito carinho as nossas saudações. Sei como foi importante, para todos nós, a forma como você dirigiu o Partido dos Trabalhadores.

Eu diria que somam-se a esses dois grandes guerreiros outros nomes que fizeram história no meu Rio Grande e no Brasil.

Quero aqui, neste momento, cumprimentar a todos os Prefeitos, Vices, Secretários, Vereadores, não só do PT, da Base Aliada, como também todos os simpatizantes, militantes, que, de uma forma ou de outra, dedicam a sua vida para melhorar a vida do outro.

Esses militantes, como disse na *Carta aos Militantes*, que escrevi e já li desta tribuna, se não fossem os militantes, nós não teríamos Mandela, não teríamos Che, não teríamos Gandhi, não teríamos Lula, enfim, não teríamos Zumbi, não teríamos os grandes líderes da humanidade.

Eu falo aqui – esta é a síntese do pronunciamento que eu faria em Porto Alegre – que uma das formas mais bonitas de governar, para mim, é o Orçamento Participativo, implantado no Rio Grande do Sul.

Hoje eu posso afirmar que nós e os aliados estamos construindo, Senador João Pedro, um País para todos, um novo Brasil. Nós estamos fazendo história, estamos construindo a história e caminhamos de forma acelerada para uma Pátria verdadeiramente livre, justa, solidária e libertária.

Nós acordamos o chamado “gigante pela própria natureza”, que estava “deitado eternamente em berço esplêndido”, como fala parte do Hino Nacional. Esse gigante, chamado Brasil, será rapidamente, no mínimo, a quinta economia do mundo. O Brasil vive o seu momento mais importante dos últimos cinquenta anos: o verdadeiro espírito republicano, federativo, com justiça social, vai sendo resgatado. Essa foi uma decisão política que nasceu no Governo do Presidente Lula, acompanhado sempre pela liderança da Ministra Dilma, a pré-candidata dessa frente ampla, em nível nacional, coordenada pelo Presidente Lula, à Presidência da República.

Sr. Presidente, eu me permito ainda, para concluir praticamente – e falaria lá, se tivesse ido, de tudo isso – dizer que assumi um compromisso, quando cheguei ao Senado, de atender todos os Municípios do Rio Grande com emendas. Quero dizer, pela visão republicana do Governo, para todos os Municípios do Rio Grande, os 496, que encaminhei emendas – não importa se o Município é do DEM, é do PSDB, é do PT, é do PMDB, é do PCdoB, não importa –, e todas as emendas foram liberadas. Já estou na segunda leva, adotando exatamente o mesmo critério, e isso é uma visão republicana adotada pelo Presidente Lula.

Quero dizer também que eu comentaria, e vou comentar rapidamente aqui, a crise mundial. Enquanto que, em anos anteriores, o Produto Interno Bruto cresceu 2,3%, no Governo Lula, cresceu 4,1%, em média. Eu queria dizer que, quando o Presidente Lula assumiu o Governo do nosso País, as reservas internacionais estavam em torno de US\$49,3 bilhões; e, em 2009, Senador João Pedro, chegaram a US\$232,9 bilhões. Quero dizer que o desemprego, nesse período, diminuiu, pois um contingente da ordem de 11 milhões de pessoas ingressou no mercado de trabalho com carteira assinada. O salário mínimo, por que brigamos tanto, teve um crescimento de 133%, saindo de US\$56,00 para, hoje, em torno de US\$270,00.

Gosto muito do Programa Luz para Todos, Senador Botelho, que beneficiou 10,7 milhões de brasileiros. Tenho um carinho enorme por um programa do Ministro Tarso chamado Pronasci; tenho um carinho enorme por um programa também iniciado no período do Ministro Tarso, o ProUni, que beneficiou, com certeza absoluta, 540 mil estudantes. Estão previstas, para 2010, mais 165 mil bolsas.

Eu quero dizer que, porque vim do SENAI, reconheço – e muito –, Senador João Pedro, o crescimento das escolas técnicas. Eu que entrei, como o Senador Gerson Camata e outros Senadores, aqui lembrando a importância do ensino técnico no Brasil, sou obrigado a dizer que, em 100 anos de ensino técnico, nós tivemos 140 escolas. Nesses oito anos do Presidente Lula, nós passaremos para 380 escolas; ou seja, vamos fazer 240 escolas técnicas novas em oito anos. O Brasil fez 140 escolas em 100 anos.

Poderia, para terminar, dizer que nós todos estivemos nas ruas, Senador Pedro, dizendo: “Fora FMI!”. E, hoje, a gente pode dizer que o FMI foi embora, e nós somos credores, junto ao FMI, de algo em torno de US\$15 bilhões.

Eu poderia falar do direito de os trabalhadores combaterem a flexibilização e dizer: “Que bom que nós a derrubamos no início do Governo Lula, aqui”. E eu fiz um requerimento, com outros Senadores, sobre aquela proposta que iria flexibilizar direitos, ainda porque, nos países que flexibilizaram, infelizmente, o desemprego aumentou quase que 100%. E o Brasil, que tinha em torno de 10% de desempregados, hoje tem somente 6% de desempregados.

Enfim, eu termino a fala que faria em Porto Alegre – e seria nessa linha, pois estou sendo fiel ao que iria dizer – dizendo: Que bom que o País está avançando! Que bom que o País está crescendo! Que bom que vamos ter mais casas – o programa está aí, Minha Casa, Minha Vida! Que bom que a renda aumentou!

Que bom que a inflação está sob controle! Que bom que os juros estão caindo!

O Senador Botelho pede um aparte e termino agradecendo a tolerância do Presidente.

**O Sr. Romeu Tuma** (PTB – SP) – Se puder me conceder também...

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Senador Botelho, um minuto, se o Presidente me permitir.

**O Sr. Augusto Botelho** (Bloco/PT – RR) – Senador Paim, V. Ex<sup>a</sup> que é um entusiasta do ProUni, que já colocou quase 500 mil alunos nas universidades – alunos de baixa renda no Brasil –, eu estranhei V. Ex<sup>a</sup> não citar o ProUni aí no seu discurso.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Citei, sim, Senador.

**O Sr. Augusto Botelho** (Bloco/PT – RR) – Então, me desculpe. Foi um lapso meu...

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Citei aqui e citei, inclusive, os dados...

**O Sr. Augusto Botelho** (Bloco/PT – RR) – V. Ex<sup>a</sup> é tão entusiasmado com o ProUni e sempre fala dele.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Eu falei, aqui, que foram atendidos 540 mil estudantes – 540 mil –, e estão previstas, para 2010, mais 165 mil bolsas. Eu não falei tudo não, mas o ProUni eu citei. Alguns eu pesquei – falei do FMI, falei das leis sociais. Não falei das 40 horas, que é uma proposta que estamos defendendo.

**O Sr. Augusto Botelho** (Bloco/PT – RR) – Eu vejo o entusiasmo de V. Ex<sup>a</sup> quando fala das escolas técnicas – por onde V. Ex<sup>a</sup> passou – e do ProUni. Desculpe-me, então, pelo lapso.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Mas V. Ex<sup>a</sup> deu um destaque especial ao ProUni.

Senador Romeu Tuma.

**O Sr. Romeu Tuma** (PTB – SP) – Obrigado, Senador, e obrigado, Sr. Presidente. Mas, Senador Paim, é que V. Ex<sup>a</sup> falou do ProUni, e o Senador Augusto Botelho fez o destaque...

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Sim; destacou isso.

**O Sr. Romeu Tuma** (PTB – SP) – Mas eu tive a oportunidade de vir no voo com o Ministro Fernando Haddad e falei com ele sobre esse sucesso. Ele me disse que o ProUni estava muito bem e que haveria mais duas chamadas, ou seja, são três chamadas. E algumas pessoas me telefonaram angustiadas porque não conseguiram entrar na primeira chamada, achando que aquilo dava por encerrado o ProUni; porém, ele disse que não, que são três chamadas. Então, aproveito o discurso de V. Ex<sup>a</sup> para alertar aqueles que buscam no ProUni uma oportunidade de que haverá mais duas chamadas, provavelmente, para esse nú-

mero final que V. Ex<sup>a</sup> deu. E pelo Pronasci eu também tenho paixão, até porque o Romeu Júnior tem se dedicado muito a esse trabalho excelente, que tem levado a parte social e a segurança, conjuntamente, porque dá um efeito bastante grande, Presidente João Pedro. Se você oferecer um aspecto social de sobrevivência nas áreas mais críticas do País, tranquilamente, a segurança tende a melhorar nos seus efeitos, além dos equipamentos que são fornecidos pelo Pronasci para dar mais segurança à cidade e aos Municípios que têm uma dose de dificuldade nesse sentido. Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – O Pronasci e o Territórios da Cidadania são, de fato, um projeto brilhante, uma grande iniciativa. O Pronasci é composto, e V. Ex<sup>a</sup> destacou aqui, de 94 ações que envolvem a União, Estados, Municípios e a comunidade, numa enorme parceria. Quero destacar que nós, no Congresso, porque admiramos o Pronasci, que se iniciou com o Ministro Tarso Genro, Ministro da Justiça, aprovamos R\$1,4 bilhão para investimento no Pronasci. A Casa aprovou, no Orçamento Federal para 2010, R\$1,4 bilhão para o Pronasci, para que não haja corte no programa.

E, para que ninguém diga que eu só falei daquilo que eu aponte no meu pronunciamento, falo também, Senador João Pedro, da questão dos aposentados. Eu falo que foi importante termos dado sempre a inflação total, falo que foi importante termos dado, neste ano, a inflação e a metade do PIB, mas que nós continuamos insistindo – e acho que é um direito nosso como militante das causas sociais – para que sejam 100% do PIB e que tenhamos também a derrubada do fator previdenciário.

Está aqui também registrado e sei que a militância do nosso Partido entende essa mensagem de avançarmos, cada vez mais, em todas as áreas. Avançamos em muitos setores, mas entendo eu que podemos continuar trabalhando e avançar mais, acabando com o fator, ampliando as políticas para a juventude e, com certeza, garantindo também o PIB integral para os aposentados, aqueles que naturalmente ganham mais do que um salário mínimo, porque quem ganha até um salário mínimo, que são 18 milhões, já recebem a inflação e o PIB. Nós estamos querendo pegar e trazer...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – (...) só para ficar clara essa parte – e trazer esse mesmo benefício aos outros 8 milhões que receberam, pela primeira vez, a metade do PIB. Conseguimos a metade,

fruto desse debate em que o Senado ajudou, e muito, e queremos agora chegar ao 100% do PIB.

Obrigado, Presidente, pela tolerância.

**O SR. PRESIDENTE** (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Com a palavra o Senador Flávio Arns. S. Ex<sup>a</sup> dispõe de dez minutos regimentais. Cinco minutos regimentais.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PSDB – PR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Mas se V. Ex<sup>a</sup> concordar com os dez, em função do número de pessoas, eu até abordaria dois assuntos, com a tolerância de V. Ex<sup>a</sup>. Agradeço, de qualquer forma, pela amizade também.

Gostaria de enfatizar que a CNBB inicia nesta quarta-feira, hoje, primeiro dia depois do Carnaval, primeiro dia da Quaresma, preparação para a Páscoa, a Campanha da Fraternidade de 2010, propondo-nos o tema “Economia e Vida”. O lema, baseado em Mateus, capítulo 6, versículo 24, lembra-nos: “Vocês não podem servir a Deus e ao dinheiro”.

Trata-se de um tema abrangente, que nos permitiria falar de sustentabilidade, de questões ambientais, de globalização... No entanto, parece-nos mais oportuno falar em postura diante da vida, em maior atenção às relações sociais, em fraternidade no mundo do trabalho, enfim, lembrar a todos que a sociedade hoje tem de recuperar os seus melhores valores e a humanidade que vem se perdendo – isso foi enfatizado, agora há pouco, pelo Senador Paulo Paim.

“Economia e Vida”, diz a Campanha da Fraternidade! Sabemos que o Brasil tem potencial para promover a vida em abundância, como as Pastorais das igrejas desejam e por que se dedicam há tanto tempo. E seu trabalho nas comunidades tem dado exemplo – as Pastorais, os trabalhos comunitários, as iniciativas do povo – ao setor oficial do quanto é possível fazer quando todos se sentem comprometidos.

A Campanha da Fraternidade deste ano propõe contribuir para “equacionar a relação entre economia, vida humana e conservação do meio ambiente vital”. Todos nós somos importantes para que este objetivo seja alcançado; todos, no Brasil todo. A receita continua sendo a mesma: precisamos que cada um faça a sua parte, onde quer que atue, com maior senso de solidariedade e disposição para agir com lealdade e justiça, contribuindo para um país de que todos possam se orgulhar.

Temos assistido por todo o globo a tragédias ocasionadas pela questão climática. Estamos sofrendo por modificações que, durante séculos, provocamos no planeta. São deslizamentos, maremotos, temperaturas surpreendentes, enchentes, uma sucessão de

desordens que têm feito sofrer uma grande parcela da população mundial. Lembro que, de 2009 para cá, o Brasil assistiu a uma série de catástrofes, a começar pelos deslizamentos em Santa Catarina, seguidos por uma sucessão de temporais que trouxeram mortes aos demais Estados do Sul – do Rio Grande do Sul ao Paraná, onde também tivemos problemas sérios em muitos Municípios.

Cito aqui São José da Boa Vista, Pinhalão, Arapotí, Sengés e Tomazina, onde o grande rio que passa pelo Município teve suas margens ampliadas em quinze metros mais ou menos, engolindo ruas, árvores, casas, rodoviária, quer dizer, um caos de fato. Na área metropolitana de Curitiba, Campo Magro, Almirante Tamandaré. Foram afetados o Rio Grande do Sul, como os meios de comunicação divulgaram, São Paulo, Angra dos Reis, enfim, temporais causaram mortes nos Estados do Sul e também mantêm certas regiões de São Paulo imersas em cheias intermináveis. Foram quarenta dias de chuva, cinquenta dias de chuva seguidos em bairros de São Paulo, da capital e de cidades do interior, que também estão submersos em água.

Ao mesmo tempo, porém, essas tragédias parecem tirar de muitos de nós o melhor: o senso de partilha que o brasileiro tem, a capacidade de se unir ao próximo na adversidade, na dificuldade, o cuidado em informar-se sobre um novo tipo de educação que temos de desenvolver – uma educação ambiental!

Na esteira da Campanha da Fraternidade, que, como eu já disse, inicia-se hoje, quarta-feira de cinzas, na preparação para a Páscoa, somos convidados a pensar e a cuidar do próximo e do ambiente. A partir de 2010, podemos fazer do Brasil o país que almejamos. Basta-nos cultivar essa cultura de solidariedade e paz, a serviço da vida e sem exclusões, com a participação de todos. Podemos cultivar também um viver de mais retidão – como dito no lema da campanha: “Vocês não podem servir a Deus e ao dinheiro” –, sem abrir precedentes para a ganância e a ambição desmedidas, que só têm levado o homem a marcar passos, perpetuando o estado de pobreza e de miséria em que grande parte da humanidade vive.

A gente se pergunta: de que lado cada um de nós está? Quais são os nossos valores? Qual a contribuição de cada um de nós nesta Campanha da Fraternidade? A que senhor cada um vai servir em 2010? São questões que coloco para a reflexão de todos.

Deixando esta mensagem, encerro com esperança de que haja uma mentalidade nova – a mentalidade nova que outras vezes já mencionei –, capaz de produzir o bem e o senso de justiça social em todos os brasileiros e, acima de tudo, capaz de produzir a

vontade de envolver-se com a causa do outro pelo bem de toda uma comunidade.

Se V. Ex<sup>a</sup> permite, concedo um aparte ao Senador Romeu Tuma. Aliás, eu quero destacar também o trabalho constante do Senador Romeu Tuma a favor de solidariedade, de humanidade, do próximo. O movimento social sempre pôde contar, e certamente continuará contando, com V. Ex<sup>a</sup>. A exemplo do que aconteceu com o Senador Paulo Paim, estamos felizes que esteja bem, já que V. Ex<sup>a</sup> também esteve internado. A sua saúde é importante para o Brasil.

**O Sr. Romeu Tuma** (PTB – SP) – Muito obrigado.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PSDB – PR) – Portanto, que bom que V. Ex<sup>a</sup> está aqui presente!

**O Sr. Romeu Tuma** (PTB – SP) – Eu só queria cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> por trazer a mensagem da CNBB para essa campanha de solidariedade. No ano passado, nós tivemos a campanha sobre a segurança. E V. Ex<sup>a</sup> traz um ponto crucial hoje, que é a ganância, a ambição pelo dinheiro, que acarreta postura de corrupção quase incontrolável por pessoas que não se satisfazem nunca com o necessário para a sobrevivência, querem sempre mais, mais, mais. O dinheiro mal ganho, Senador – eu aprendi isso na vida –, é maldito, é gasto de forma incorreta, traz prejuízo para o indivíduo e para sua família, porque os filhos não têm comportamento de controle financeiro – o dinheiro chove, e eles não sabem nem onde guardar. A desgraça toma conta da família daquele que tem ambições desenfreadas e nenhum tipo de solidariedade com o próximo. Eu vi essas enchentes. Nos dias de recesso, eu não saí de São Paulo; fui para São Luís do Paraitinga, uma cidade de cultura que foi destruída, teve suas igrejas totalmente destruídas. Sabe quem tomava conta? O Exército e o padre, que ofereceu tudo o que sobrou da igreja para guardar alimentos que chegam, fruto da solidariedade de muitos...

*(Interrupção do som)*

**O Sr. Romeu Tuma** (PTB – SP) – ... de psicólogos, de esperança para aqueles que perderam tudo e toda a população se uniu para ajudar aqueles que mais sofreram. Então, V. Ex<sup>a</sup> falou mais uma vez em solidariedade. É impressionante sentirmos de perto o que representa essa expressão que V. Ex<sup>a</sup> trouxe hoje a essa tribuna. Cumprimento-o pelo brilhantismo. Vou atrás da nossa campanha de solidariedade.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PSDB – PR) – Muito bem.

Então, como mencionei, é uma iniciativa da CNBB, mas, em conjunto, neste ano, novamente – e isso é muito bom –, com as demais igrejas cristãs, abordando

um tema do momento: Economia e Vida. Há sempre um tema e um lema, e o lema é “Vocês não podem servir a Deus e ao dinheiro”, justamente com o enfoque tão bem colocado por V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Senador Flávio Arns, eu, primeiramente, gostaria de cumprimentar V. Ex<sup>a</sup>, que, todo ano, traz ao Plenário o debate a respeito das decisões tomadas pela CNBB – e V. Ex<sup>a</sup> fala muito bem – e por todas as igrejas cristãs sobre a Campanha da Fraternidade. Neste ano, falando da economia e da responsabilidade social, quero dar um testemunho. Primeiramente, quero dizer que, ainda esta semana, a CNBB, nessa ótica, chamou o movimento social ligado aos aposentados para discutir como ela pode ajudar na questão do fim do fator e construir uma política de recuperação dos benefícios dos aposentados. Essa é a fala do Secretário-Geral da CNBB. Ele não entra neste ou naquele projeto, mas diz: “Nós queremos ajudar na caminhada para terminar o fator e construir uma política de recuperação dos benefícios dos aposentados”.

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Achei muito interessante. Ao mesmo tempo, Senador Flávio Arns, aproveite o aparte a V. Ex<sup>a</sup> para me desculpar, porque eu fui convidado para estar em Santa Maria nesse dia 16, na Romaria da Terra, que é feita todos os anos e que este ano tinha também a questão dos quilombolas. Eu seria um dos painelistas, mas, devido a crise que passei, acabei não participando dessa iniciativa também da CNBB. Então, parabéns a V. Ex<sup>a</sup>, parabéns pela Campanha da Fraternidade.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PSDB – PR) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Para concluir, Sr. Presidente, quero dizer que esta reflexão do tema proposto pela CNBB e pelas demais igrejas cristãs, esse debate, discussão, reflexão, posicionamento vai acontecer durante todo o período da Quaresma, daqui até a Páscoa, debatendo-se isso em todas as igrejas do Brasil, nas comunidades, nos colégios. O objetivo aqui é, de fato, animar, entusiasmar as pessoas a pensarem sobre o tema, que não se encerra na Páscoa, pois, depois, o tema, o debate perdura durante todo o ano até o ano que vem, quando será proposto um novo tema do momento, do contexto atual, necessário para a reflexão.

Então, nesse sentido, quero aqui parabenizar a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, as demais igrejas cristãs, porque é uma grande oportunidade, com uma abrangência enorme, acontecendo em todos os Municípios do Brasil esse debate, reflexão e posicio-

namento sobre fraternidade, sobre a Campanha da Fraternidade, que tem como tema “Economia e Vida”, com o lema, como já foi dito, “Vocês não podem servir a Deus e ao dinheiro”, e, dentro do que o Senador Romeu Tuma colocou, com a palavra mais forte: solidariedade. Eu diria, se a gente pudesse traduzir isso em termos populares, que seria: vamos nos colocar na pele da outra pessoa para ver como é que eu gostaria de ser tratado se estivesse no lado de lá. A partir daí, se isso acontecer, metade dos problemas do Brasil, com certeza, já estariam resolvidos.

Parabéns à CNBB. Foi mencionado o Secretário da CNBB, Dom Dimas, a quem também parabeno, pois ele também esteve no Haiti por ocasião do terremoto, prestando apoio e a ajuda necessários.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Obrigado, Senador Flávio Arns.

Agora, com a palavra, o Senador Geovani Borges, do Estado do Amapá, grande Estado da Amazônia.

**O SR. GEOVANI BORGES** (PMDB – AP. para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador João Pedro, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, espectadores e ouvintes da TV e da Rádio Senado, hoje é quarta-feira, Quarta-Feira de Cinzas, dia que marca o início da Quaresma para a sociedade cristã.

Neste dia, as cinzas simbólicas representam o que fica da queima ou da corrupção das coisas e das pessoas. Este é um dos ritos mais representativos dos sinais e gestos simbólicos da cristandade.

Na Quaresma, que começa nesta Quarta-Feira de Cinzas e termina na quinta-feira da Semana Santa, os católicos realizam a preparação para a Páscoa.

O período é reservado para a reflexão, para a conversão espiritual. Ou seja, o católico deve se aproximar de Deus visando ao crescimento espiritual.

Os cristãos, portanto, são convidados a fazer uma comparação entre suas vidas e a mensagem expressa nos Evangelhos.

Essa comparação silenciosa, pessoal, única e indivisível significa um recomeço, o renascimento para as questões espirituais e de crescimento pessoal.

Em tese, o período que ora se inicia sugere que o cristão deve intensificar a prática dos princípios essenciais de sua fé com o objetivo de ser uma pessoa melhor e de proporcionar o bem para os demais.

Essencialmente, o período é um retiro espiritual voltado à reflexão, em que os cristãos se recolhem em oração e penitência para preparar o espírito para acolhida do Cristo Vivo, ressuscitado no Domingo de Páscoa.

Assim, retomando questões espirituais dogmáticas, simbolicamente, o cristão renasce, como Cristo renasceu.

A palavra Quaresma vem do latim (quadragésima) e é utilizada para designar o período de quarenta dias (na verdade, sete domingos) que antecedem a festa ápice do cristianismo: a ressurreição de Cristo, comemorada no Domingo de Páscoa.

As cinzas, humildemente, nos lembram que após a morte prestaremos conta de todos os nossos atos e de todas as graças que recebemos de Deus nesta vida, a começar pela própria vida, pelo tempo, pela saúde, pelos afetos.

A História registra que, cerca de duzentos anos após o nascimento de Cristo, os cristãos começaram a preparar a festa da Páscoa com três dias de oração, meditação e jejum. Por volta do ano 350 d.C., a Igreja aumentou o tempo de preparação para quarenta dias. Isso porque, na Bíblia, o número quatro simboliza o universo material. Os zeros que o seguem significam o tempo de nossa vida na Terra, suas provações e dificuldades. Portanto, a duração da Quaresma está baseada no símbolo deste número na Bíblia.

Nela são relatadas as passagens dos 40 dias do dilúvio, dos 40 anos de peregrinação do povo judeu pelo deserto, dos 40 dias de Moisés e de Elias na montanha, dos 40 dias que Jesus passou no deserto antes de começar sua vida pública, dos 400 anos que durou o exílio dos judeus no Egito.

Quaresma é tempo de rever a vida. É preciso dirigir o coração para algo que vai acontecer. E é sobre isso, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, espectadores e ouvintes da TV e Rádio Senado, que eu quero lhes falar.

Num Estado laico, nada justificaria que eu subisse a esta tribuna no dia de hoje para pregar a favor dessa ou daquela religião.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. GEOVANI BORGES** – Essa é a função das igrejas, catedrais, oratórios e templos. Logo, não estou aqui para falar de engajamento religioso, mas, sim, de valores fundamentais para homens e mulheres de qualquer credo, fé, esperança e justiça.

Estamos em ano de eleições por todo o País. Alianças são trocadas, namoros políticos evoluem para casamentos, traições políticas são urdidas em nome de interesses vis, e a sociedade civil dá reiteradas provas de descrença na práxis política.

Pesquisa do Instituto *DataFolha*, divulgada mês passado, aponta as 27 personalidades mais confiáveis do País. O Presidente Lula lidera o **ranking** – o Senador Suplicy acabou de me cumprimentar –, o que não

constitui surpresa, tendo em vista o Governo que faz e os índices de aprovação e popularidade que exhibe.

Depois, segundo o *DataFolha*, aparecem o apresentador do *Jornal Nacional*, Willian Bonner, o Padre Marcelo Rossi e os cantores Roberto Carlos e Ivete Sangalo.

Já no quesito instituições brasileiras mais confiáveis, o Ibope tem apresentado, desde 1989, uma série histórica de credibilidade das instituições, em que é possível ver o comportamento da população brasileira em relação a elas.

E nós, políticos – é doloroso dizer –, não estamos nada bem na foto. De acordo com a pesquisa, realizada novamente em 2009, partidos políticos têm o pior índice de credibilidade, seguidos pelo Congresso Nacional e sindicatos. Já o sistema eleitoral e o Governo Federal obtiveram pontuações um pouquinho melhores. O Corpo de Bombeiros recebeu a melhor nota, com 88 pontos, seguido das Igrejas, de modo geral, com 76 pontos.

Pois bem, Sr. Presidente, justiça é o tema central da mensagem papal para esta quaresma.

“Converter-se a Cristo” – disse o Sumo Pontífice – “é acreditar no Evangelho, que no fundo significa e possibilita precisamente sair da ilusão...”

*(Interrupção do som.)*

**O SR. GEOVANI BORGES** (PMDB – AP) – ... da autossuficiência para descobrir (*fora do microfone*) e aceitar a própria indigência, indigência dos outros e de Deus, exigência do seu perdão e da sua amizade.”

Vim de um Estado pobre. Fui eleito Vereador de Macapá, capital – à época, Território do Amapá –, Prefeito de Santana, Deputado Federal Constituinte, e “estou” Senador, não pela primeira vez, mas de novo, na qualidade de primeiro suplente do Senador Gilvam Borges, que tenho orgulho de representar nesta Casa.

Não sou candidato a nenhum cargo político, não disputarei nenhuma eleição e, principalmente por isso, considero oportuno valer-me da simbologia cristã do período que se inaugura hoje e sugerir a reflexão da classe política a respeito do descrédito que paira sobre ela.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. GEOVANI BORGES** (PMDB – AP) – Sr. Presidente, estou quase concluindo. Gostaria de contar com a generosidade de V. Ex<sup>a</sup> para que me concedesse mais dois minutos.

Os escândalos políticos não são uma vergonha exclusiva do Brasil; em todo o mundo e em todos os tempos, eles eclodem aqui e ali.

A diferença, todavia, é a sensação de impunidade que a legislação brasileira empresta a esses

delitos e que – reconhecamos – vem mudando em nosso País!

Todavia, essa falta de estímulo, esse desencanto estéril por parte da sociedade civil em relação à política e aos políticos, sobretudo presentes entre os jovens, precisam balizar o nosso código de ética e de...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. GEOVANI BORGES** (PMDB – AP) – ...postura.

É hora de privilegiar o verbo em detrimento da verba. A senha do verdadeira espírito público está na construção coletiva, voltada para a melhoria e para a dignidade humanas.

Repito: a verba não pode se sobrepor ao verbo. E o verbo, nesse contexto, é a ligação entre ideais e realização. Logo, o verbo aqui defendido dispensa palavras bonitas, promessas vãs e juras mentirosas.

Basta de discursos hipócritas, porque, aos ouvidos do eleitor, esses falsos discursos violentam predicados, pervertem complementos, corrompem participios e destroem as regras que permitem a construção da esperança no coração de cada brasileiro!

O verbo do eleitor exprime a crença em ações políticas que contemplem a sociedade.

É possível que este meu pronunciamento seja considerado poético, ingênuo e até utópico demais. Mas já vivi o bastante para aprender que não vai longe o homem que desiste dos seus sonhos.

Aproveitemos, pois, o período de reflexão que a Quaresma nos sugere para que cada candidato às próximas eleições se conscientize do seu papel de realizar sonhos, cumprir compromissos e não trair a confiança dos seus eleitores.

Esta Quarta-Feira de Cinzas pode ser o marco da reconstrução política nacional. Só depende de nós.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela generosidade e a paciência de V. Ex<sup>a</sup>, que me concedeu tempo para concluir o pronunciamento.

Antes de concluir, gostaria de fazer o registro de que eu estive em meu Estado e fui muito bem recebido pela Prefeita de Calçoene, que me ofereceu um dos melhores açaís do Brasil. Essa cidadezinha fica no interior de meu Estado. Sua Prefeita, Maria Lucimar da Silva, junto com os Vereadores Antônio Peres de Araújo, Enildo do Socorro, Ivanira Silva Alfaia – lá de Lourenço –, João Batista Oliveira, João Benunes Macedo, Maria Neli Nonato – Presidente da Câmara –, Paulo Sérgio da Silva; Raimundo Nonato Martil Piaba – que sempre está aqui conosco em Brasília –, Rozete Vieira da Silva, o Superintendente do Incra no

meu Estado, Evandro Gama, e o Diretor do Projeto Luz para Todos, Dr. Paulo.

Muito obrigado por ainda inserir essa parte em meu pronunciamento.

**O SR. PRESIDENTE** (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Obrigado, Senador Geovani Borges.

Com a palavra, obedecendo a lista dos oradores inscritos, Senador Augusto Botelho. (Pausa.)

S. Ex<sup>a</sup> está permutando com o Senador Romeu Tuma, que dispõe de dez minutos, regimentais.

**O SR. ROMEU TUMA** (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Eu queria agradecer ao Senador Augusto Botelho, sempre gentil, um grande colega que os Srs. Senadores têm nesta Casa, homem amável, carinhoso, caridoso e sempre pronto a uma consulta médica para nos orientar em nossos comportamentos para não nos prejudicarmos durante o dia, não é, Senadora Marisa Serrano? Essa parcela de médicos que aqui se encontra sempre nos dá confiabilidade, e ninguém vai cair duro aqui. Estaremos sempre firmes com as orientações deles.

Senador Augusto Botelho, meu Presidente; Sr<sup>as</sup> Senadoras e Srs. Senadores, o Senador Flávio Arns fez um pronunciamento aqui sobre a nova missão da campanha da fraternidade, que é a solidariedade.

Tomo a liberdade, Sr. Presidente, de ler um artigo que foi publicado no sábado, 13 de fevereiro, do ilustre Arcebispo de São Paulo, Dom Odilo Scherer, que, segundo o Senador Pedro Simon, é um gaúcho da cepa, nascido na mesma região do Senador Paim e do Senador Pedro Simon.

Dom Odilo Scherer diz:

Os ‘direitos humanos’ estão sendo motivo de controvérsias, ultimamente, e não é sem razão: algumas questões bem controvertidas estão querendo se fazer passar por ‘direitos humanos’. Embora não seja recente, esse conceito emergiu e se afirmou no século XX; a humanidade tomou consciência sempre mais clara sobre a dignidade humana, sobretudo diante das aberrantes atrocidades cometidas contra pessoas e inteiros povos por regimes totalitários. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, em dezembro de 1948, representou um marco histórico na civilização. João Paulo II, no seu discurso às Nações Unidas em outubro de 1979, definiu-a como ‘pedra miliar no caminho do progresso moral da humanidade’.

A Igreja Católica reconheceu no movimento que levou a sociedade a identificar e proclamar os direitos humanos um dos esforços mais relevantes da humanidade para responder, de modo eficaz, às exigências decorrentes

da dignidade humana (cf. *Dignitatis Humanae*). A Declaração é um instrumento extraordinário para defender e promover universalmente a dignidade da pessoa. De fato, os direitos não são separáveis da dignidade da pessoa.

Infelizmente, porém, o respeito aos direitos humanos ainda não é um fato geral e consumado; sua violação, mesmo grave, continua sendo constatada diariamente; não é unânime a sua interpretação e, com frequência, o teor ideológico de certos discursos leva a olhar com desconfiança a própria questão dos direitos, com o risco de relegá-los ao descrédito. Hoje há também certa pressão de grupos para fazer valer, como direito humano universal, algo que é subjetivo e posição ideológica de parte. Não é aceitável afirmar os próprios interesses, os supostos direitos, passando por cima da dignidade e dos direitos fundamentais de outros.

Penso que seja necessário retomar uma reflexão serena e bem fundamentada sobre a questão, para que os direitos humanos não sejam desacreditados; isso abriria o caminho para um retrocesso preocupante da civilização humana, com o risco de fazê-la embrenhar-se novamente na barbárie. Alguns sinais já estão por aí, como o aumento da violência e a indiferença diante dela, a exploração da prostituição como mercado rentável, até com a pretensão de fazê-la reconhecer como profissão, uma entre as tantas, enquanto é pura escravidão degradante; ou as propostas de aborto, eutanásia e eugenia, por vezes envolvidas em discursos pseudo-humanitários, como fizeram regimes autoritários do passado, hoje claramente identificados como bárbaros. É por aí que queremos enveredar? [Pergunta Dom Odilo.]

Qual é o fundamento dos direitos humanos? O consenso da sociedade? A posse de riquezas ou de poder?

Senador Flávio Arns, esta é a pergunta que V. Ex<sup>a</sup>, da tribuna, fez: qual é o fundamento dos direitos humanos? O consenso da sociedade, a posse de riquezas ou de poder? Essa é a pergunta feita por Dom Odilo no seu artigo publicado em **O Estadão**.

O poder do grupo reinante ou o poder conferido pela posse de riquezas não é base segura nem critério aceitável para a definição de direitos humanos fundamentais; o poder, isso sim, deve estar a serviço do respeito aos legítimos direitos. Certamente, o consenso da

sociedade é importante, mas, por si só, não é base segura para definir direitos humanos. Estes, mais que concordados mediante um pacto, devem ser constatados e reconhecidos, como tais, pela sã razão e pelo bom senso, mesmo sem receber a aprovação das majorias. Muito simples de exemplificar: o direito a existir e a viver não depende da aprovação da maioria; ninguém de nós aceitaria que fosse submetido a uma votação o nosso direito a viver... Da mesma forma, o direito a respirar, a se alimentar, de ir e vir, à liberdade de pensamento e de opinião, de aderir ou não a uma religião.

Esses direitos são primários, não são outorgados por outrem, nem pelo conjunto da sociedade; pertencem à pessoa, por ser pessoa; são inalienáveis e precisam ser, apenas, reconhecidos. A competência e o dever de fazê-los reconhecer e respeitar é da autoridade constituída, mas também é tarefa de toda a sociedade.

Já ensinava o papa João XXIII, na encíclica *Pacem in Terris*, [Paz na Terra] que a fonte última dos direitos humanos não é a vontade dos homens, nem o poder do Estado ou dos poderes públicos, mas a natureza do próprio ser humano e, enfim, Deus, seu Criador. Mais recentemente, Bento XVI, na encíclica *Caritas in Veritate* [Caridade na Verdade], lembrou que o fundamento dos direitos humanos não está apenas nas deliberações de uma assembleia de cidadãos; neste caso, poderiam ser alterados a qualquer momento, dependendo das convicções e da ideologia de quem está com a mão no poder; assim, os direitos careceriam de referência objetiva e universal, ficando diluído e sem eficácia na consciência dos cidadãos o dever de os reconhecer e respeitar.

A raiz dos direitos humanos precisa ser buscada na dignidade fundamental e originária de cada ser humano, membro da família humana; tal dignidade, apreendida antes de tudo pela sã razão, é inerente a cada pessoa, igual para todos. No horizonte do cristianismo, esse fundamento natural dos direitos é destacado ainda mais com a afirmação de fé de que o homem foi criado à imagem e semelhança de Deus e que o Filho de Deus uniu a si a nossa humanidade mediante seu nascimento entre nós; isso deu ao ser humano uma dignidade incomparável; ele também é chamado a viver como familiar e íntimo de Deus.

E isso não vale apenas para alguns, mas para todos, mesmo para aqueles que parecem

ter perdido ou desmerecido a sua humana dignidade.

Universalidade e indivisibilidade são dois traços distintivos e inseparáveis dos direitos humanos, que também devem corresponder a uma exigência inalienável da dignidade humana. Portanto, direitos humanos não podem ser assimiláveis a bandeiras de luta ou interesses de grupos particulares.

Essas foram as palavras escritas, no último dia 13, pelo eminente Arcebispo de São Paulo, Dom Odilo Scherer.

**O Sr. Flávio Arns** (PSDB – PR) – Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** (PTB – SP) – Pois não, Senador.

**O Sr. Flávio Arns** (PSDB – PR) – Senador Romeu Tuma, quero, em primeiro lugar, parabenizá-lo pela leitura do artigo de Dom Odilo Scherer, Cardeal-Arcebispo de São Paulo, que aborda, de maneira muito adequada, muito boa, muito concreta, uma reflexão importante e necessária sobre a questão dos direitos humanos. Eu, inclusive, gostaria – não tive a oportunidade de ler no dia – de ter a cópia do documento, porque ele sintetiza as preocupações de uma maneira geral. Quero, inclusive, dizer da minha preocupação também, porque o tema direitos humanos é extremamente caro e importante; tem que ser assim para todos nós, quer dizer, acompanhar o cidadão na sua trajetória pela vida, em termos de acesso à educação, saúde, assistência, trabalho, emprego, chances, oportunidades. E esse debate que vem acontecendo, na verdade, acaba causando, inclusive, na população uma perplexidade diante de algo que deveria ser maravilhoso. Inclusive, quando se coloca a questão da preservação e valorização da vida, e consta, lá, não se permitir o aborto...

**O SR. ROMEU TUMA** (PTB – SP) – São fatos que querem descriminalizar e que trazem prejuízo para a sociedade.

**O Sr. Flávio Arns** (PSDB – PR) – Exatamente. Querem descriminalizar e isso traz prejuízo. Basta citar que, em relação à pessoa com deficiência, há dois anos, nós aprovamos a Convenção da ONU para os Direitos da Pessoa com Deficiência. Colocou-se, claramente, no texto da Constituição que não é possível fazer o aborto, é crime, caso a pessoa identifique que a criança que está sendo gerada é portadora de algum tipo de deficiência. É uma luta, no Brasil, a favor da vida, a favor de condições de educação para o jovem, de trabalho, de apoio, de assistência. A gente lamenta que tudo isso que está sendo dito, ao final, acabe trazendo essa inversão da importância de os direitos

humanos serem respeitados em nossos País. Então, a reflexão de Dom Odilo Scherer é importante. A leitura do artigo por V. Ex<sup>a</sup> foi fundamental e isso nos orienta, felizmente, em muitos aspectos, nesse debate que vem acontecendo no Brasil.

**O SR. ROMEU TUMA** (PTB – SP) – Muito obrigado, Senador. Eu pediria licença para incorporar ao meu discurso o belo aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

Senadora Marisa Serrano e Senador Alvaro Dias, o Senador falou das pessoas com deficiência física. Eu gostaria de, através dos dois membros do PSDB, cumprimentar, com euforia, o Governador José Serra, pelas providências que tomou para proporcionar aos tetraplégicos banho de mar em cadeiras flutuantes. Ontem, ele as colocou, por 90 dias, nas praias de São Paulo e, pessoalmente, colocou um tetraplégico no mar sobre a cadeira flutuante.

Aos senhores, que representam o bom Partido do PSDB, eu faria essa referência, cumprimentando o Governador José Serra.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Ouvimos o Senador Romeu Tuma.

Pela ordem de inscrição, falará a Senadora Marisa Serrano, por cessão da Senadora Marina Silva.

Estamos seguindo rigorosamente o Regimento, e V. Ex<sup>a</sup> dispõe de dez minutos regimentais para fazer seu pronunciamento.

**A SRA. MARISA SERRANO** (PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente. Nesta Quarta-Feira de Cinzas, vou falar de um assunto que, de alguma forma, tem relação também com o carnaval.

Nesta época do ano, o apelo à erotização ocorre com mais intensidade. É claro e evidente que há campanhas publicitárias, e nós as vemos em todo o País, incentivando o uso da camisinha, principalmente pela juventude. É difícil não fazermos uma correlação entre carnaval e sexo, principalmente porque, talvez, hoje, nossa juventude esteja mais liberada que a juventude da nossa época. Há adolescentes que brincam com o sexo como se fosse algo passageiro, sem qualquer tipo de permanência afetiva.

Não vim, aqui, fazer discurso moralista. Eu queria apenas chamar a atenção para alguns dados e afirmar que nossa realidade só muda com informação, com educação.

Os jovens de hoje falam de sexo com muita naturalidade. Considero esse um aspecto positivo. Aqueles que são pais de jovens, aqui, sabem como a juventude, hoje, é muito mais liberta e tem muito mais facilidade de conversar sobre essas questões do que tínhamos na nossa época. É claro que temos a preo-

cupação, principalmente, de dividir a conversa sobre aspectos íntimos em termos sociais e em termos da privacidade de cada um. Às vezes, esse fio embaralha e se torna uma única coisa. A Internet está aí, e todo mundo sabe disso. Quantas vezes ouvimos a imprensa dizer o quanto as pessoas são atacadas, na Internet, na sua moralidade e na sua vida íntima? A Internet, hoje, e todas essas experiências tecnológicas fazem com que, facilmente, as pessoas – às vezes, o jovem menos avisado – exponham sua vida particular, afetiva e sexual, para todos terem acesso. Esse é um perigo muito grande, porque realmente confunde a vida das pessoas e pode trazer sequelas irreversíveis para a juventude que está exposta a esses casos.

Quero dizer ainda que o enfraquecimento dos nossos sólidos valores morais é visto a olho nu. Nós todos falamos sobre isso. Quantas pessoas têm falado sobre esse enfraquecimento moral que estamos vivendo hoje? Pergunto: onde vamos parar com tudo isso?

No carnaval deste ano, vimos, por exemplo, a polêmica em torno da menina Júlia Lira, de apenas sete anos de idade, que desfilou como Rainha da Bateria da Escola Viradouro, no Rio de Janeiro. A Vara de Infância, Juventude e Idosos do Rio de Janeiro foi a favor disso, dando possibilidade a uma menina de sete anos de ser madrinha de uma bateria de escola de samba, embora o Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente tenha questionado, vigorosamente, a presença dela frente à bateria da escola de samba.

O que quero dizer com esse exemplo é que a erotização das nossas meninas tornou-se até corriqueira, como neste caso que o Brasil inteiro acompanhou: há duas semanas, no Mato Grosso do Sul, ficamos chocados com a notícia de que duas meninas de doze anos de idade, da cidade de Miranda – isso apareceu em todos os jornais –, estão morando com pessoas da terceira idade, com a anuência das mães. Quer dizer, as mães entregam as filhas menores – no caso, elas têm doze anos – para pessoas que queiram fazer uso delas. Essa é uma banalização, é algo que choca, verdadeiramente, a sociedade brasileira.

Não me quero estender muito nessa questão, porque, nesta Casa, há a CPI da Pedofilia, que está analisando números e propostas, fazendo todo um levantamento de ações, para ajudar a combater esse problema, que não é do Rio de Janeiro, não é de Mato Grosso do Sul, mas é de todo o País.

Quero citar um problema grave que me levou, nesta semana, a discutir muito essa questão em todo o País: o início antecipado da vida sexual dos nossos jovens e, principalmente, a gravidez na adolescência.

Apresentei, na semana que passou, um projeto de lei que cria a Semana Nacional de Prevenção

à Gravidez Adolescente não Planejada. O objetivo é mobilizar o Governo e a sociedade civil para que, em campanhas educativas e preventivas sobre esse assunto, possam fazê-lo chegar aos jovens, às famílias, às escolas, aos professores, aos profissionais que trabalham nessa área, para que o discutam. Além disso, busca-se colocar a questão da menina grávida precocemente em todos os programas de atendimento à saúde da mulher. A mobilização, segundo meu projeto, deve ocorrer sempre na primeira semana de fevereiro, antecedendo o carnaval.

Esse projeto inclui um artigo no Estatuto da Criança e do Adolescente no sentido de definir que as ações ficarão a cargo do Poder Público. Mas não só o Poder Público deve participar dessas ações. Como eu disse aqui, o que queremos é que haja um mutirão multidisciplinar. Como sabe o Senador Augusto Botelho, que é médico, temos de, na questão da gestação precoce, colocar não somente as unidades de saúde atendendo as crianças, mas também educadores, profissionais de saúde, psicólogos, familiares, o próprio Estado, todos trabalhando juntos, para que haja a consecução de um bom objetivo, que é o de cuidar das nossas crianças.

No meu Estado, Mato Grosso do Sul, entrou em vigor, em 2008, uma lei da Deputada Dione Hashio-ka, do meu Partido, lei essa que prevê a implantação da Política de Prevenção e Atendimento à Gravidez na Infância, Adolescência e Juventude. O objetivo é oferecer atendimento especializado na área da saúde para adolescentes gestantes e promover a prevenção da gravidez precoce por meio da educação para um público de 10 anos a 22 anos de idade.

Quero citar aqui, Senador Augusto Botelho, alguns dados que me preocuparam muito.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) destacados pelo relatório Situação da Infância Brasileira 2009, do Unicef, cerca de 240 mil jovens com menos de 18 anos de idade, no Brasil, são chefes de família. Como um jovem menor de 18 anos vai ter tranquilidade, condições e experiência para ser um chefe de família? Mas já está tendo filho, com menos de dezoito anos, e tem de chefiar a sua família.

Segundo o Ministério da Saúde, em 1998, 56,5% dos homens e 41,6% das mulheres entre 16 anos e 19 anos de idade declaravam ter tido atividade sexual nos últimos doze meses. Já em 2005, nessa mesma faixa etária, os índices passaram de 56% dos homens para 78% e de 41% das mulheres para 68%. Quer dizer, houve um incremento violento: na faixa etária de 18 anos a 19 anos, as pessoas afirmaram ter vida sexual ativa nos últimos meses.

Além disso, a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher de 2006 apontou para um crescimento do número de adolescentes grávidas no Brasil. Está crescendo o número de adolescentes grávidas. Esse é um problema de saúde, mas também é um problema político, e cabe a nós ajudar a resolvê-lo. Em 2006, 23% das jovens entre 15 anos e 19 anos estavam gestantes, enquanto o índice era, dez anos antes, em 1996, de 17%. Repito: em 1996, esse índice era de 17% e, em 2006, foi de 23%, ou seja, está crescendo o número de adolescentes grávidas no País. O estudo revelou também a antecipação do início da vida sexual das mulheres ao longo desses dez últimos anos. As mulheres estão se iniciando no sexo muito mais cedo. Em 2006, 33% das meninas brasileiras de até 15 anos – são menores de 15 anos de idade – já diziam ter tido relações sexuais. Esse valor representa o triplo do ocorrido em 1996. Essa é uma preocupação grande de todos nós.

A gravidez precoce é considerada de risco tanto para a mãe quanto para o feto, sem contar as consequências sociais, sem contar os transtornos psicológicos, sem contar que 30% das meninas que engravidam se afastam da escola, deixam de estudar.

Há outro problema sério que eu queria deixar registrado aqui. Há preocupação não só com o problema educacional, com o problema psicológico, com o problema social, com o problema de saúde, mas também com a reincidência da gravidez precoce. Uma garota que, aos 15 anos de idade, tem um filho tem o segundo filho com 16 anos, e, depois, vem o terceiro filho. Quer dizer, a reincidência da gravidez precoce é outra preocupação que todo brasileiro tem de ter.

Proponho ainda a inclusão da população de adolescentes nos programas de assistência à saúde da mulher em todo o Brasil, com ênfase na anticoncepção e orientação sexual. É preciso considerar a assistência a pessoas dessa faixa etária como uma das prioridades na atenção primária à saúde. Esses programas devem contemplar também a motivação para o estudo e para o trabalho e, principalmente, os aspectos relacionados a um bom relacionamento com a família.

Assim, acredito, como disse, que os ambulatórios de ginecologia e obstetrícia das unidades básicas de saúde terão de ser melhor equipados e, principalmente, melhor orientados para atender essas crianças grávidas precocemente. É necessário que, nesses postos de saúde, o atendimento seja preventivo, para que menos crianças sejam colocadas em situação vexaminosa e de risco como essa.

Esse projeto que apresentei na semana passada engloba não só, como eu disse, os governos dos Municípios, dos Estados, da União, mas também as

ONGs, a família, a escola, a área médica, todos aqueles interessados em auxiliar a juventude brasileira a ser uma juventude mais saudável. Quando a gravidez é desejada, aceitamos facilmente que isso possa acontecer, mas o ruim é que 90% dessas gravidezes precoces são indesejadas, e daí o trauma que fica na vida dessas crianças.

Portanto, quero, nesta Quarta-Feira de Cinzas, acabando o carnaval, lembrar que é hora de retomarmos a luta pela saúde, pela integridade física e pela integridade moral da nossa juventude, principalmente das meninas que estão sofrendo todo tipo de abuso, de norte a sul do País. É hora de darmos as mãos e de fazermos chegar nossa voz e nosso apelo a toda a sociedade, para que ela se una em prol dessa causa que é muito nobre.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Obrigado, Senadora Marisa Serrano.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, que é o Senador Adelmir Santana, do Distrito Federal.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de dez minutos regimentais para fazer seu pronunciamento.

**O SR. ADELMIR SANTANA** (DEM – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador João Pedro, nobres Senadores, nobres Senadoras, nas últimas semanas, Brasília tornou-se o centro das atenções da mídia local, nacional e até internacional, por conta de nefastos acontecimentos que atingiram o núcleo central do GDF. A crise acabou levando à prisão o então Governador e colocando em xeque toda a linha sucessória, com o pedido de intervenção federal, feito pelo Exm<sup>o</sup> Sr. Procurador-Geral da República.

Evidentemente, todos nós ficamos chocados com a evidência de corrupção no Governo local e reclamamos providências do Poder Público, para sanar, de vez, todas as mazelas geradas por práticas inaceitáveis numa república e, sobretudo, na capital do País.

Não tenho compromisso com o erro. Clamo pela apuração dos fatos dentro da lei e da ordem, doa a quem doer.

Brasília é o cérebro administrativo e o coração logístico desta Nação. Talvez, por isso, concentre tanta emoção e perplexidade neste momento crítico de sua breve história, pois tudo o que ocorre aqui ressoa intensamente em todo o País, ao ponto de vozes agourentas se posicionarem fortemente contra a cidade e não apenas contra os fatos em apuração.

Vejo, Sr. Presidente e caros colegas Senadores, esta crise como uma tragédia, algo que desandou sobre as esperanças de um início de ano festivo e promissor. Mas as imagens divulgadas e as informações que as

investigações policiais trouxeram a público abalaram, momentaneamente, o ânimo e feriram a autoestima de nossa gente.

Enganam-se, no entanto, aqueles que apostam no fracasso e na derrota. Brasília é responsável e está alerta. Os brasilienses, sempre que foi necessário, assumiram a responsabilidade pelo seu futuro. Foi assim que conquistamos o direito de participar politicamente. Foi com muita luta, envolvimento de todas as forças vivas da cidade que foi possível conquistar a autonomia política, consagrada pela Constituinte e pela Constituição de 1988.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, nós, brasilienses, somos uma boa síntese do povo brasileiro!

Há meio século, num tempo, Sr. Presidente, em que as turbulências da guerra fria começavam a dificultar acordos políticos e a impedir a convivência pacífica entre representantes de ideologias opostas; numa época de grandes tensões políticas, angústias sociais e perplexidade de toda espécie, que atingiam o brasileiro, esperançoso por melhorar sua condição e dar melhores dias para suas famílias; naquele momento histórico, milhares de brasileiros compartilharam do sonho de JK, tomando para si a responsabilidade de enfrentar um dos maiores desafios que um homem público pode enfrentar: construir uma cidade como Brasília, ao mesmo tempo em que governava o Brasil, isso em apenas mil dias.

À época – marcada por desigualdades sociais e estruturais e por um abissal desequilíbrio regional, além de graves impasses políticos, Sr. Presidente –, o brasileiro, ser de alma pacífica e espírito aventureiro, sempre disposto a participar da construção do seu futuro, dando o melhor de si – seu sangue, seu suor, sua confiança – e assumindo a responsabilidade por seus atos de cidadania, partiu de peito aberto para uma grande aventura: a construção de Brasília, epopéia que mudaria a realidade nacional, transformando um País desigual numa Meca de oportunidades e crescimento econômico, em menos de 50 anos.

Esse é um fato histórico!

E, para além da utopia de uma cidade-escritório, na qual o País pudesse concentrar suas questões políticas e administrativas, com uma população estimada em 500 mil no ano 2000, surgiu esta megalópole que é Brasília, o Distrito Federal, que tanto nos orgulha.

Por maior que fossem as expectativas dos visionários que planejaram Brasília, suas estimativas foram tímidas, muito aquém dos sonhos dos, agora, 2,6 milhões de brasileiros que se tornaram brasilienses e que diuturnamente trabalham para o crescimento da Capital.

Sr. Presidente, há, na Capital, uma gente maravilhosa: dinâmica, empreendedora e responsável, capaz de resolver seus problemas e de enfrentar os mais sérios desafios. Sua trajetória histórica demonstrou essa competência. O povo brasiliense sabe tomar posições corretas em situações difíceis e no momento certo. É um povo ordeiro e cumpridor de suas obrigações. Tem sido exemplar ao longo de sua breve, mas rica história.

Vivem em Brasília cidadãos e cidadãs de todas as regiões do Brasil. O pensamento, o comportamento e a ação do brasiliense revelam a síntese de nossa rica cultura; diversa, mas íntegra, focada no interesse nacional e no bem-estar de todos os brasileiros.

Brasília revelou como cidade a competência de criar condições para a convivência pacífica de todos os brasileiros que para cá vieram.

Somos, os brasilienses, os irmãos fraternos e responsáveis que receberam e acolheram, que respeitaram as diferenças, porque somos uma gente flexível e cordata. Não buscamos o embate barato; antes, priorizamos o acordo, a negociação, o bom convívio.

Sr. Presidente, aproveito este pronunciamento, para reverenciar um ícone brasiliense que recentemente faleceu, nosso querido pioneiro, Dr. Ernesto Silva. Fiz requerimento de condolências no dia de seu falecimento e teci considerações históricas sobre esse ilustre pioneiro. A perda é dolorosa, mas a lembrança de uma pessoa íntegra permanece entre nós. Tomara que, de onde estiver, Dr. Ernesto continue cuidando de Brasília.

Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, a crise política que o DF vive é profunda e tem raízes antigas. Espero que, com o aprofundamento das investigações, essas raízes possam ser extirpadas de vez e que comecemos uma nova etapa política e administrativa a partir das próximas eleições. É fundamental que o atual Governo possa cumprir seus compromissos de campanha e que a cidade receba prontas todas as obras já começadas e que melhorarão bastante a vida da população.

Como Senador por Brasília, no cumprimento de minha função de fiscalizar o Executivo, acompanharei e cobrarei o cumprimento de cada compromisso assumido pelo Governo Arruda e, agora, pelo Governo Paulo Octávio – e, seja quem for no futuro, esse será meu papel.

É importante que as autoridades policiais e judiciais cumpram suas obrigações. É fundamental que o GDF funcione bem. É importante que os milhares de servidores públicos locais, que estão trabalhando para cumprir os compromissos que o GDF tem com a população, assumam a postura cidadã e se empenhem

para que o brasiliense possa continuar orgulhando-se de sua cidade.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. ADELMIR SANTANA** (DEM – DF) – Peça um pouco mais de tolerância, Sr. Presidente. São duas páginas apenas.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Gostaria, Sr. Senador Adelmir Santana, no momento em que V. Ex<sup>a</sup> concluir, de ter a oportunidade de um aparte.

**O SR. ADELMIR SANTANA** (DEM – DF) – Eu lhe darei a palavra em seguida.

Sr. Presidente, é hora de todos nós, Senadores e Senadoras, olharmos para o Distrito Federal com a atenção que ele merece e de juntos trabalharmos para que a crise seja superada com democracia e participação popular.

As autoridades locais, as lideranças empresariais, os líderes populares, as lideranças partidárias e o brasiliense têm condições de gerenciar essa crise, contando, evidentemente, com a necessária ajuda do Senado, composto por políticos experimentados no enfrentamento de situações críticas. Não podemos aceitar qualquer tipo de intervenção sobre o Distrito Federal.

Precisamos estar atentos, para que o instrumento legítimo da intervenção só seja usado conforme determina a Constituição em seu art. 34, inciso III: em situações extremas, como, por exemplo, grave comprometimento da ordem pública.

Portanto, que a intervenção não seja utilizada como um instrumento político. Uma medida extrema como essa nem deveria ser cogitada, pois as instituições estão funcionando e os problemas estão sendo administrados.

O impacto gerado por uma intervenção traria sérias consequências políticas e administrativas. Uma possível intervenção do Executivo no GDF significa a suspensão de promulgação de todas as propostas de Emenda à Constituição, em análise no Legislativo.

Em última instância, é o Congresso Nacional que decide esse processo. Tenho certeza de que a sabedoria política do Congresso não permitiria a utilização desse instrumento. Antes, é fundamental que avancemos na construção de uma democracia participativa e legítima. E isso ocorre atualmente.

Termino meu pronunciamento, Sr. Presidente, conclamando a população do Distrito Federal a uma reflexão política. O momento é sério e exige compromisso, vigilância e participação. Haverá eleições em outubro. Portanto, não há por que nos anteciparmos a isso. Todo o Brasil se mobilizará para escolher seus representantes e governantes. A participação política

do Distrito Federal foi uma conquista, exigiu muito esforço e mobilização de lideranças locais. Nos últimos anos, Senador Suplicy, diminuiu a vigilância e a participação em política engajada e mobilizada em torno de um projeto de futuro.

Nos anos 70 e 80, Sr. Presidente, do século passado, Brasília efervescia politicamente, reivindicando liberdades democráticas e participação. Brasília conquistou o que tanto desejou: sua representação e autonomia política.

Concedo um aparte, Sr. Presidente – se V. Ex<sup>a</sup> me permite –, ao Senador Suplicy.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Senador Adelmir Santana, acho muito importante o pronunciamento que V. Ex<sup>a</sup> faz. Sou um dos membros da Comissão, presidida por V. Ex<sup>a</sup>, que, aqui no Senado, tem a responsabilidade de acompanhar os festejos dos 50 anos de Brasília. E, infelizmente, esses últimos episódios entristeceram muito a população de Brasília, e não apenas a de Brasília, eu quero lhe dizer, a do Brasil inteiro. Na sexta-feira passada, ainda que não presente, acompanhei os pronunciamentos, sobretudo, do Senador Pedro Simon, da Senadora Marina Silva, e V. Ex<sup>a</sup> também participou, logo após o anúncio da prisão do Governador José Roberto Arruda. V. Ex<sup>a</sup> esteja certo de que esse acontecimento repercutiu extraordinariamente em todo o Brasil e, sobretudo, nesta semana de carnaval, foi o tema de conversa em todos os lugares onde as pessoas estavam. Inclusive inúmeros articulistas, como Carlos Heitor Cony e outros, puderam detectar que, nas conversas das pessoas nesse Carnaval, até mesmo na folia, onde fosse, no Rio de Janeiro ou em qualquer cidade, seja no litoral brasileiro, onde eu mesmo estive, em Ubatuba, ou em São Luís do Paraitinga, onde passei para ver ali a destruição da cidade, e assim por diante, o tema da prisão do Governador José Roberto Arruda e a situação do Vice-Governador Paulo Octávio estão sendo comentadas. De um lado, obviamente há o sentimento de tristeza pelo fato de essas pessoas terem cometido os atos que foram objeto da averiguação muito firme e serena por parte da Polícia Federal, do Ministério Público, do Procurador-Geral da República. Eu tenho a convicção de que o Procurador-Geral da República se, de fato, concluir pela intervenção, obviamente ele estará realizando isso com base nos fatos que estão previstos na Constituição. Não tenho ainda os elementos necessários para concluir se esse é o melhor caminho ou não, mas há um sentimento de indignação muito forte da parte de todo o povo brasileiro com respeito ao comportamento havido, que atingiu não apenas o Governo do Distrito Federal, mas também a sua própria assembleia distrital e outros órgãos

da administração e da própria Justiça aqui no Distrito Federal. Isso indigna, e cabe uma reação muito forte. Daí por que é importantíssimo que a Polícia Federal, o Ministério Público, a Procuradoria Geral da República e o próprio Supremo Tribunal Federal, a partir da ação muito incisiva, serena do Ministro Marco Aurélio de Mello e depois do próprio Pleno do Supremo Tribunal Federal, tomem decisões com base nos fatos que efetivamente estiverem sendo devidamente apurados. O povo brasileiro e o povo do Distrito Federal merecem a apuração completa e a responsabilização daqueles que cometeram desvios de procedimentos. Avalio que seja muito importante que V. Ex<sup>a</sup>, como Senador do Distrito Federal, aqui expresse a sua opinião.

**O SR. ADELMIR SANTANA** (DEM – DF) – Agradeço ao Senador Suplicy pelo aparte.

Na verdade, Senador Suplicy, todos nós que debatemos esse assunto na última sessão concordamos na capacidade, no discernimento do Procurador-Geral da República, que suscita ao Supremo Tribunal Federal o exame dessa questão. Nós não temos as informações, naturalmente, do processo, que corre em segredo de justiça. Mas o que nós debatemos aqui é que isso é uma medida muito dura, muito pesada para com a Capital do País. O que nós esperamos é que a linha sucessória não se cinja apenas ao Governador e ao Vice. Veja, não estou aqui a condenar ninguém, não tenho elementos para isso, nem a defender. Acho que os elementos da Justiça, da Polícia Federal, da Procuradoria saberão examinar, e o próprio Supremo Tribunal Federal, com muito critério essa questão. Mas, há uma sequência nessa linha sucessória que chega à Câmara Distrital. Aliás, há até uma diferença da nossa Lei Orgânica em relação às Constituições estaduais, desde o Presidente, podendo assumir ainda o Vice-Presidente, que, por acaso, é do Partido de V. Ex<sup>a</sup>. Mas eu não quero que chegue a esse ponto, não estou aqui dizendo quem será o futuro Governador de Brasília, mas que tem que ser respeitada essa linha sucessória. É o que eu defendo.

Não tenho compromisso, como eu disse, com o erro. Acho que todos têm que passar pelo crivo da fiscalização, do que está sendo feito pela Polícia Federal e pela Justiça, mas temos que ter muito cuidado com essas vozes que se colocam pela intervenção, até pela extinção do Distrito Federal como organismo político, como uma conquista que foi, como eu disse, muito dura para todos nós aqui nesta cidade.

Eu dizia que, nos anos 70 e 80 do século passado, Sr. Presidente, Brasília efervescia politicamente, reivindicando liberdades democráticas e participação. Brasília conquistou o que tanto desejou, que foi essa

participação política, essa emancipação tanto política quanto econômica.

Nós precisamos, portanto, para esta década que se inicia tão tensa e desacreditada, de um novo projeto, um projeto que envolva a população, que envolva os organismos sociais, as representações empresariais, os movimentos sociais, políticos, universidades, para efetivamente sabermos o que queremos com a nossa Brasília. Um projeto para o próximo ano – estamos em um ano eleitoral – para aqueles que conquistarem os mandatos. Nós precisamos nos unir, trabalhar em conjunto com foco e decisão para construir uma nova Brasília, a Brasília responsável pelo seu futuro.

Era o que eu tinha a dizer sobre as minhas preocupações, que são de todos nós.

Quero agradecer ao Senador Suplicy, que externou aqui uma preocupação de todos os brasileiros.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Adelmir Santana, o Sr. João Pedro, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.*

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – Desejo a V. Ex<sup>a</sup> sorte na missão que, da tribuna, se propôs desenvolver.

Com a palavra o Senador João Pedro por dez minutos, prorrogáveis pelo tempo necessário.

**O SR. JOÃO PEDRO** (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Romeu Tuma, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho, nesta tarde, registrar a realização do IV Congresso do Partido dos Trabalhadores que será aberto no dia de amanhã. O PT realiza, aqui em Brasília, no Centro de Convenções, o seu IV Congresso. Além de convidados e de delegações internacionais que estarão presentes aos três dias do evento – 18, 19 e 20 de fevereiro –, teremos a participação de 1.350 delegados, Senador Eurípedes – repito: 1.350 delegados eleitos!

Esse IV Congresso, evidentemente, além de fazer uma reflexão acerca da vida do nosso partido, de analisar o Brasil, de analisar a conjuntura internacional, ele se realiza em um ano muito especial na história do próprio partido, primeiro porque, neste ano de 2010, estamos encerrando esta experiência nova, este desafio do partido que é a realização de oito anos do Governo do nosso Presidente Luiz Inácio Lula da Silva; e, ainda este ano, teremos uma eleição, a maior eleição do Brasil, com a escolha de Governadores e Senadores. Dois terços do Senado serão escolhidos nessa eleição de 2010 – ela se torna mais especial –, além da sucessão. Então, será um congresso histórico na vida do partido.

Neste ano de 2010, o partido, criado no contexto político do final dos anos 70., quando, no Brasil, a liberdade era muito mais restrita, completa 30 anos de existência. Muitos pensadores, historiadores, políticos, em 1979, estavam voltando para o Brasil, quando da implantação da anistia; da campanha pela anistia ampla, geral e irrestrita.

Ali, em 1980, um grupo de intelectuais, de militantes sociais, de pensadores da política nacional e internacional, organizaram esse partido. E não foi simples! Setores da esquerda criticavam o PT por ser uma organização nascendo ali com uma proposta popular e socialista, de esquerda. E o Brasil vivia ali a importância de combater a ditadura, de reunir os democratas. O Senador Pedro Simon é um ator, é um político dessa leva.

Era importante focar e combater a ditadura que mostrava ainda força, já mostrando fragilidade por conta da conjuntura internacional, enfim, mais nacional, e o PT surge ali.

Então, são 30 anos de existência com erros, com erros, mas o partido guarda até hoje características importantes e traz contribuições para a democracia, que ainda está num processo de consolidação aqui no nosso País. Ele guarda aspectos importantes.

Os delegados para o Congresso são um aspecto importante, uma característica do PT, delegados que são eleitos na chapa, e a chapa é proporcional. Não vem só um lado, não vem só uma chapa, mas ela traz as diferenças do ponto de vista das tendências internas do partido. E a tendência, nesse aspecto, é trazer a cultura da vitalidade partidária. Os delegados são uma característica, mas a vitalidade do partido é outra característica do PT. Sem dono.

Quero dizer, neste testemunho, que sou militante e eleito agora Presidente do PT. Assumi, há poucos dias, a presidência por três anos no meu Estado, mas há a vitalidade, a vontade de homens, de mulheres, do intelectual ao trabalhador mais simples. Ele é o dono da voz e da crítica, da contribuição, do seu pensar, da sua análise sobre a vida do partido. Não é uma tarefa simples, e o velho Lênin já dizia isso lá atrás: se tem uma obra difícil, é a construção de um partido, ideológico, programático. É muito difícil.

Então, o PT tem um mérito importante, e aqui eu não quero fazer o discurso do exclusivismo, mas da importância de termos partidos no Brasil para fazer com que essa pluralidade democrática, os avanços da sociedade possam se fazer valer no dia a dia do povo brasileiro, da sociedade brasileira. Por quê? Têm repercussão positiva para o Brasil, para a América Latina, para o mundo. Nós não podemos viver sem um

pensamento qualificado, coletivo, ideológico. É isso o que impulsiona a sociedade.

Os partidos políticos são da maior relevância para a democracia no nosso País. E o PT traz essa contribuição à sociedade brasileira. Não foi fácil e continua sendo um desafio, porque um partido, por mais que tenha suas organizações, por mais que esteja presente nas fábricas, nas médias cidades, pequenas cidades, grandes cidades, não basta ter um milhão de filiados. Não basta a contribuição. É preciso, Senador Augusto Botelho, que a sociedade apoie o partido. Nós temos, e hoje muito mais – o Brasil permite isso –, o partido está muito mais exposto por conta da responsabilidade de ter aí em torno de 500 Prefeitos, de ter sua bancada de Senadores, de Deputados Federais, de Vereadores, Prefeitos, ter Lula na Presidência. O partido é muito mais cobrado; e deve ser cobrado pela sociedade. E deve ser cobrado. A cobrança ajuda o PT. Então, Sr. Presidente, a contribuição do PT para a vida nacional, para a política nacional, é muito importante.

Cometemos erros? Cometemos erros. Como não? Um partido nacional, presente nos Municípios do nosso País, nas administrações, como não cometer? Mas o importante é que estamos chegando amanhã no IV Congresso. E nós haveremos de, mais uma vez, no congresso, juntar forças, utopias, vontade de um Brasil melhor, da América Latina melhor, mais humana, mais igual!

Do ponto de vista da vida social, o PT faz no seu primeiro dia um debate sobre a questão internacional. As delegações estão chegando, de partidos de esquerda, socialdemocratas. Penso que ganha o Brasil, ganha a sociedade brasileira com a realização do nosso IV Congresso. E, principalmente, se nós saímos e tivemos a ousadia de construirmos um partido nacional ali no período do final da ditadura militar, o desafio maior é organizar um partido transparente, democrático, discutindo pautas de interesse nacional, pautas novas para um partido de esquerda, como a questão ambiental. É um desafio combinar o desenvolvimento, o crescimento econômico com a qualidade de vida, incluir mais!

Nós tivemos, no Governo do Presidente Lula e nesses últimos anos, avanços importantes, mas ainda temos mazelas históricas que contrariam aqueles que lutam por sociedades justas.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – V. Ex<sup>a</sup> me permite?

**O SR. JOÃO PEDRO** (Bloco/PT – AM) – Então, o PT continua sendo atual. O PT precisa no seu IV Congresso juntar forças, Sr. Presidente, principalmente,...

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. JOÃO PEDRO** (Bloco/PT – AM) – ...forças humanas. Nós precisamos ter um perfil mais humanitário, mais solidário, e comprometidos com um Brasil socialmente justo e ambientalmente correto.

Concedo o aparte ao Senador Suplicy, meu companheiro e uma grande liderança desse partido.

**O Sr. Pedro Simon** (PMDB – RS. Fora do microfone.) – Fundador do partido.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador João Pedro, nós temos a felicidade de, neste mês de fevereiro – na verdade, na semana passada –, termos duas datas. Uma delas foi objeto de um belo pronunciamento do Senador Pedro Simon na semana passada: ele falou sobre os 20 anos da libertação de Nelson Mandela e de tudo aquilo que representou a trajetória de seu partido, o ANC, e a democratização da África do Sul. Pois bem, nesta mesma semana passada, no dia 10, nós, do Partido dos Trabalhadores, tivemos razões de alegria para nos reunir: a comemoração dos 30 anos do PT, que também será objeto de sessão de homenagem na próxima semana. Mas este IV Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores se dá justamente neste momento especial, que é o oitavo ano do Governo do Presidente Lula, momento também da aceitação por todos nós, por consenso, da candidata Ministra Irma Passoni à sucessão, aliás, da candidata Dilma...

**O Sr. JOÃO PEDRO** (Bloco/PT – AM) – V. Ex<sup>a</sup> estava pensando na fundação do partido!

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – É, porque a Deputada Irma Passoni, juntamente comigo, João Batista Breda, Marco Aurélio Ribeiro, Sérgio Santos e Geraldo Siqueira, fomos os seis Deputados Estaduais que, eleitos em 1978 pelo MDB, que foi terminado em 1979 por decreto do Presidente Ernesto Geisel, fomos os seis convidados a participar da fundação do PT em 10 de janeiro. Participamos do primeiro Encontro Nacional do PT, de fundação, no colégio Sion. Então, a Ministra Dilma Rousseff, por mim próprio e por todos os segmentos do Partido dos Trabalhadores, amanhã e neste sábado em especial, será aplaudida, consagrada por todos nós, mesmo aqueles que tenhamos sugestões diversas daquelas que a maioria do Partido dos Trabalhadores porventura estará ali colocando. O que percebo é que todas as tendências do Partido dos Trabalhadores aplaudem a escolha e respeitam a Ministra Dilma Rousseff como sucessora pelos méritos extraordinários que ela tem. Será uma oportunidade para cada um de nós – Senador João Pedro, Senador Augusto Botelho e para mim próprio – colocar sugestões de aperfeiçoamento com respeito aos objetivos que precisamos atingir nos próximos anos, nas próximas décadas.

*(Interrupção do som)*

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Inclusive, o Ministro Samuel Pinheiro Guimarães está com a atribuição de pensar como será o País no ano 2022, quando completaremos 200 anos da Independência do Brasil. É muito importante que pensemos nisso. Eu quero examinar as proposições que constam desses projetos de médio e longo prazo do PT, porque, obviamente, gostaria que lá se incluía que nós iremos caminhar celeremente para a instituição da renda básica de cidadania – para dar um exemplo do que poderá ser objeto de reflexão por todos nós nesse acontecimento tão relevante que V. Ex<sup>a</sup> aqui anuncia. Meus cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup>, aos 30 anos do Partido dos Trabalhadores e ao IV Congresso Nacional.

**O Sr. JOÃO PEDRO** (Bloco/PT – AM) – Obrigada, Senador Suplicy.

Já finalizando, Presidente Tuma, quero ressaltar que o Senador Suplicy, além de militante, além de Senador, é isto: fundador deste partido.

A minha reflexão na tarde de hoje aqui funda-se no desejo de ressaltar que não existe democracia sem os partidos, e o congresso do partido é um momento de pensar o partido, de reafirmar princípios.

O PT continua atual, mas diferente de 1980. A responsabilidade do partido é maior por conta de ser o partido que hoje dirige o Brasil e por conta de se propor a dar continuidade a esse projeto. Então, é maior.

Espero que a militância do partido participe do IV Congresso e que possamos fazer um congresso para o bem do PT, mas, fundamentalmente, para o bem da sociedade brasileira.

O partido tem de servir, tem de ser um instrumento da sociedade e, principalmente, da população, da sociedade, que precisa de justiça, de casa, de saneamento, de alegria, de trabalho.

Já quero destacar aqui uma proposta para o PT – tem que ser assim –, a luta em defesa das 40 horas semanais. Esse projeto está aqui, no Congresso, mas é importante, é fundamental, que o PT abrace o debate, abrace a proposta, faça o debate e não perca o princípio que norteou sua criação: o compromisso inarredável com os interesses dos trabalhadores do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O Sr. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senador João Pedro, pediria que V. Ex<sup>a</sup> cumprimentasse a direção do partido pelo trigésimo aniversário e que transmitisse os meus votos de sucesso na realização do Congresso.

**O Sr. JOÃO PEDRO** (Bloco/PT – AM) – Eu vou levar essa mensagem de V. Ex<sup>a</sup>, que neste momento preside a sessão. Vou transmiti-la ao presidente atual, que é Ricardo Berzoini, um grande presidente, uma pessoa importante que nesses últimos anos conduziu

o partido, e ao novo presidente, que passou pela Casa, pelo Senado, que é José Eduardo Dutra.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Um grande amigo.

**O SR. JOÃO PEDRO** (Bloco/PT – AM) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Desejo-lhe muita sorte na presidência.

Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho e, em seguida, pela Liderança, ao Senador José Agripino.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (Bloco/PT – RR.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente Romeu Tuma, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, no início do mês, no início da legislatura, eu falei aqui sobre a ameaça de novos incêndios em Roraima, falei sobre o fogo, sobre a gravidade da seca, sobre o fato de os campos e as florestas estarem muito secos e o gado estar começando a morrer. Uma parte dos recursos necessários já foi enviada para corrigir e ajudar a amenizar esse problema.

Agora, porém, o fogo começa a ser uma coisa grave lá; por onde se anda, vê-se área queimada. Então, eu gostaria de fazer um apelo às pessoas para que não tocassem fogo no campo, não jogassem cigarros, não fizessem fogos em pescarias que pudessem trazer complicações.

Neste fim de semana, eu estava descansando na fazenda quando surgiu fogo na fazenda do Gilberto Yuki. O Dinei, que é o gerente dele, estava desesperado, e fomos todos ajudar. Trabalhamos até umas seis horas da tarde. Quando achamos que tínhamos dominado o fogo, fomos todos para casa. Dali a pouco, às nove horas da noite, o fogo voltou a aparecer, e precisamos enfrentá-lo até meia-noite, quando finalmente o dominamos. Pedimos o socorro dos bombeiros, mas os grupos de combate a fogo em Roraima são poucos; deveria haver uma forma de aumentar esses grupos de combate a fogo. Eu estava a doze quilômetros de Alto Alegre, uma sede de município, e os bombeiros de lá estavam no Paredão, a quarenta quilômetros, apagando fogo, quando ligamos para lá. Liguei para a cidade, prometeram ir, mas chegaram muito depois, porque estavam cuidando de outros focos de incêndio. Temos, portanto, de nos mobilizar. As pessoas não podem tocar fogo, têm de se mobilizar para ajudar, os vizinhos têm de ajudar uns aos outros. Se não for assim, o fogo vai deixar a situação horrível.

Lembro 98, quando o fogo tomou conta de tudo mesmo. Eu gosto de andar a cavalo, e havia um local por onde eu passava sempre. Numa cavalgada de uma hora e meia a duas horas, chegávamos a ver oito tamanduás-bandeira; depois do fogo, eles não

eram mais vistos. Agora, já estavam voltando. Já conseguimos ver entre três e cinco tamanduás nesse local, mas com esse fogo de novo... Estou citando o tamanduá, que é um animal grande, que tem mobilidade. Se formos falar de jabuti e de outros pequenos, acabam-se todos.

Houve uma hora em que eu lamentei não ter uma câmera para filmar esse fogo que deu na borda de uma mata lá. O vento é muito forte e a labareda chega a atingir quatro metros de distância. A raiz do fogo é aqui, mas ela vai a quatro metros, e aí queima os outros que estão lá perto. E eu vi – posso dizer que vi – algumas árvores gritarem. Parecem gemidos, Senador Tuma! Quando o fogo começa a chegar perto delas, quando vem essa labareda, as folhas começam a tremer, a árvore treme, e aí a gente ouve tipo um gemido fino, um grito... O fogo toma conta das folhas imediatamente; não vai queimando em pedaços, não. É claro que estou falando de árvores pequenas, de árvores até a altura desta ponta aqui. Não é árvore gigante, mas árvores da borda da floresta. Parece um grito mesmo de dor, de socorro. Foi lamentável! Eu sofri ao ver aquilo, senti como nas outras vezes.

Faço um apelo às pessoas. Lá no interior de Roraima, todo mundo vê e ouve a TV Senado. A Rádio Senado é que não é ouvida. Mas faço um apelo a todos para que não permitam, para que conversem com seus vizinhos. Quando for fazer um fogo necessário para a sobrevivência... Porque nosso agricultor ainda vive de derrubar um pedaço de mato, esperar secar, queimar e plantar, porque a Nação brasileira ainda não chegou a essas pessoas, ainda não forneceu conhecimento, não passou, não forneceu recursos. Não são recursos para dar, mas empréstimos para elas. Elas não têm empréstimo porque não têm o título da terra. Agora é que surgiu a possibilidade de titular as terras, porque, com aquela lei que foi aprovada aqui nesta Casa, uma MP que permite titular até dez módulos rurais sem licitação, elas vão conseguir titular. Mas faço um apelo às pessoas para que não toquem fogo, para que evitem queimar, porque a situação está grave, está triste. Eu posso dizer que vi uma árvore se mexer e gritar agonizando antes de virar cinza.

Agora, vou falar de uma coisa boa que aconteceu para as pessoas no meu Estado.

Na penúltima sexta-feira, vim aqui reclamar do retardo na liberação de uma verba para a construção de um hospital – já estamos com ela no Orçamento há dois anos e dois meses –, sendo que ela está disponível desde janeiro de 2008. O Relator à época, Senador Valdir Raupp, foi quem designou essa verba para fazer esse hospital em Roraima.

Quero agradecer agora ao Ministério da Saúde, que prontamente atendeu a solicitação. No dia 5 deste mês, foi depositada a primeira parcela, de R\$3,2 milhões, que tornará possível a realização da licitação para dar início a tão importante obra para o meu Estado.

Como Senador e, principalmente, como médico, posso afirmar que esse hospital será construído na área central dos bairros mais distantes do centro de Boa Vista e será de grande utilidade pública.

O Hospital-Maternidade do Pintolândia é fruto de duas emendas parlamentares minhas: uma no valor de R\$16 milhões e outra no valor de R\$18 milhões. E, no dia 5 de fevereiro, conseguimos a liberação efetiva da primeira emenda, no valor de R\$16 milhões.

Esse vai ser um hospital na zona oeste da cidade, perto dos bairros mais populosos de Boa Vista. Esses bairros são os mais populosos e os mais distantes dos três hospitais públicos de Boa Vista: o Hospital Geral de Roraima, o Hospital Materno Infantil Nossa Senhora de Nazaré e o Hospital Infantil Santo Antônio.

Esses hospitais recebem pessoas de todos os Municípios do interior e da cidade e ainda recebem pessoas da Venezuela e da Guiana. O Governo do Estado é que vai ficar à frente da obra de construção do hospital. Neste ano, além dos R\$16 milhões liberados por mim junto ao Governo Federal, teremos mais R\$18 milhões para completar a obra, para ele se tornar um hospital de 160 leitos.

Estamos superando todas as dificuldades e, finalmente, posso afirmar, com toda certeza, que demos início à construção de um hospital no meio das pessoas mais necessitadas da minha cidade. Ele será construído no bairro Pintolândia, próximo à Escola Estadual Severino Cavalcanti, e terá três blocos. Ele fica bem em frente à 4ª DP, atrás do Centro de Saúde Cosme Silva.

No primeiro bloco, no térreo, serão construídos um auditório, salas para coleta, laboratórios, ultrassonografia, sala de ginecologia, salas de curativo, serviço social, um centro de imunização, um centro de cardiologia com ecocardiograma e eletrocardiograma, um setor de endoscopia, para fazer as endoscopias que são tão necessárias para o diagnóstico e o acompanhamento da saúde, algumas enfermarias e também um serviço de Raios X.

No segundo e terceiro blocos, ainda no térreo, ficarão a parte administrativa, o banco de leite, a farmácia, a cozinha, os vestiários, o almoxarifado, a lavanderia, o refeitório, o lactário e outros, além de um centro para repouso dos funcionários e a manutenção.

No primeiro andar funcionará a maternidade, com partos humanizados. Nesses partos, a gestante ficará no próprio quarto onde vai nascer a criança. O pré-parto

e o parto são feitos ali, podendo ter a presença de uma pessoa da família por ela designada, uma amiga, uma companheira, um companheiro.

Teremos quatro salas de centro cirúrgico para realizar cirurgias de pequeno e de médio porte. As cirurgias de alta complexidade serão deslocadas para o hospital referência, que é o Hospital Geral de Boa Vista.

A licitação para a construção do hospital deve ser lançada estes dias pelo Governo do Estado de Roraima. Assim, conseguiremos ter um hospital no centro da área oeste de Boa Vista, próximo aos mais necessitados e onde existe o maior número de pessoas na minha cidade.

Quero agradecer pelo apoio que tenho recebido do Presidente Lula e do Ministério da Saúde e vamos dar início a esta obra, que vai atender muitas gestantes e muitas pessoas que precisam de um serviço de saúde pública de qualidade em Roraima.

A população já pode comemorar mais essa conquista para Roraima. E tenham certeza de que estarei fiscalizando de perto a execução dessa obra para garantir a melhor execução possível.

Era isso que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senador Augusto Botelho, V. Exª falou que ouviu uma árvore praticamente chorar antes de ser queimada.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (Bloco/PT – RR) – Vi. Posso lhe dizer que ouvi ela gritar.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – Não é uma coisa inverídica. Quando fui candidato pela primeira vez, como policial, andei pelo interior. Em uma das cidades que visitei, o palanque ficava em frente a um local que foi todo destruído pelo fogo. A imagem que eu tinha e que transmiti àqueles que lá compareceram parecia a demonstração do sofrimento da árvore que morreu prematuramente com a amargura de não poder se salvar. Os galhos retorcidos, pretos pela queimada, davam a demonstração clara de que as árvores também sofriam.

Essa postura, essa figuração que V. Exª aqui trouxe é importantíssima para que aqueles que queimam sem respeito algum à natureza saibam que eles lhe estão impondo um sofrimento, e, talvez, isso se vire contra nós.

Eu gostaria de cumprimentá-lo também por ter virado bombeiro, visto que o Senador Geovani Borges diz que os bombeiros ganharam a melhor atenção da população, com 87%. V. Exª, no seu Estado, deve estar no mesmo patamar.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino, como Líder.

Lerei os outros nomes: em seguida, falará o Senador Alvaro Dias; depois, usará da palavra o Senador Valdir Raupp, seguido pelos Senadores Pedro Simon e Eduardo Suplicy. Essa é a lista de inscritos e de lideranças.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (DEM – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, passaram-se as festas de fim de ano, passou-se o Dia de Reis, com suas festas e comemorações, e chegamos ao carnaval. Para nós, pelo que muito se comenta, daqui para a frente é que o ano começará. Tudo começa depois do carnaval. É verdade que, no interstício entre o dia 31 de janeiro e o carnaval, esta Casa se manifestou e promoveu alguns debates, mas, na verdade, o ano começa agora.

Confesso a V. Ex<sup>a</sup> que passei o carnaval em Brasília. Há anos que eu não o fazia. Resolvi ficar aqui para arrumar meus papéis, para ler, para escrever algumas anotações importantes, para refletir sobre aquilo que meu País está vivendo e sobre o que é preciso fazer. Fiquei em Brasília e fiz bem, Senador Pedro Simon. Acompanhei detidamente o noticiário e fui obrigado a dar algumas entrevistas a rádio, à TV e ao jornal para fornecer explicações sobre a crise que vive a secção regional do meu Partido em Brasília. Mas, fundamentalmente, Senador Romeu Tuma, esse período de carnaval, para mim, foi importante para refletir sobre o que foi o governo passado e o que está sendo este Governo.

Já fui Governador e sequenciei outros governadores que vinham adotando uma linha administrativa semelhante à que adotei. Por isso, entendo que nada é mais importante para um Estado, para um Município ou para um País do que a sequência administrativa de forma coincidente, assemelhada, de forma a que uns se somem aos outros em matéria de ação administrativa.

Tenho a consciência de que o governo Fernando Henrique Cardoso, com seus erros e acertos, produziu um grande legado para a sociedade brasileira, que começou com o Plano Real e que produziu algo que é patrimônio do Brasil hoje: a inflação em níveis civilizados, na faixa de 4% ao ano. Isso produz enormes desdobramentos. Esse benefício chega aonde as pessoas nem imaginam. Com uma inflação de 4%, 3%, 5% ao ano, é possível financiamento de automóvel, de eletrodoméstico, de televisão em até sessenta meses. Com inflação próxima de zero, a taxa de juros tende a cair tanto quanto maior seja a pressão da sociedade e do Congresso para que essa taxa de juros caia. A população deixa de pagar o mais injusto dos impostos, que é o imposto da inflação. Esse legado é creditado a Fernando Henrique Cardoso. Talvez, seja

esse o maior dos trunfos que o governo de S. Ex<sup>a</sup> possa exibir ao Brasil.

Os fundamentos básicos da inflação próxima a zero estão montados num tripé: câmbio flutuante; metas inflacionárias entregues ao Banco Central, que, para isso, precisa de certa autonomia; e superávit primário que obriga receitas e despesas a ficarem sob controle, para que sobre algo, para que se invista e se pague o serviço da dívida, de forma equilibrada. Esse tripé, composto por câmbio flutuante, por metas inflacionárias e por superávit primário civilizado, produziu, à época de Fernando Henrique, inflação sob controle, e o atual Governo, com responsabilidade, manteve os mesmos fundamentos, com igual rigor na política fiscal. E, se Deus quiser, o atual Governo vai entregar o País ao seu sucessor com a inflação sob controle, como Fernando Henrique o entregou ao Presidente Lula.

Não julgo mérito do atual Governo ter mantido a inflação sob controle, mas mérito do atual Governo é, sim – e é preciso que se reconheça e que se cultive isso –, o crescimento da classe C no Brasil. É verdade que, há muito tempo, este Congresso, Câmara e Senado, vem se batendo pela elevação permanente do salário mínimo. É verdade que o Bolsa Família, que é um programa de redistribuição de renda do ponto de vista social justíssimo, vem promovendo, pelo aumento da arrecadação no Brasil, uma distribuição de forma não sustentada. As pessoas que são inscritas no programa Bolsa Família recebem um salário mensal e, com isso, incorporam-se, de forma gradativa, a uma categoria social superior. É uma decisão política de Governo, no meu entender, acertada.

O crédito consignado foi outra postura do atual Governo, aumentando o nível de demanda, estimulando a economia, pela oportunidade que se dá às pessoas que têm um rendimento. Até os inscritos na previdência rural, no Funrural, aqueles que recebem o salário mínimo de aposentadoria, tiveram a oportunidade de financiamentos pelo crédito consignado. Aí incluídos estão os 2,4 milhões de velhinhos. Eles foram incluídos por uma decisão nossa, do Congresso, de baixar de 67 anos para 65 anos a idade dos beneficiários da prestação continuada, benefício esse que, hoje, atinge 2,4 milhões de brasileiros, que passaram a receber um salário mínimo.

O universo dos beneficiados pelo Programa Bolsa Família, o salário mínimo aumentado, o crédito consignado, os beneficiários da prestação continuada, tudo isso configurou o aumento de uma classe C, que é o legado que o atual Governo deixa para o futuro governo. Ocorre, no entanto – isso eu li nesse fim de semana –, que aproximadamente dezoito milhões de brasileiros, pela elevação justa do salário mínimo, pela expansão

do Programa Bolsa Família, pela renda adquirida, pela expansão do crédito consignado, pela expansão no tempo, saíram das classes D e E para a classe C. E aí é onde entra minha grande preocupação.

Sr. Presidente Romeu Tuma, o atual Governo, que tem méritos – repito, tem méritos –, fica devendo ao Brasil a reforma sindical, a reforma trabalhista, a reforma política. Nenhuma delas foi feita. O atual Governo fica devendo ao Brasil uma política de saúde condizente com as necessidades do brasileiro – a saúde, no Brasil, não vai bem. Fica devendo ao Brasil uma política de segurança, que, de Estado a Estado, do seu ao meu, vai mal.

E fica devendo uma política de infraestrutura, que é na verdade quem, de forma sustentada, pode garantir um custo Brasil capaz de gerar emprego para os nossos pretensos desempregados que queiram um emprego no mercado de trabalho normal.

Eu tenho a consciência de que, ao futuro governo, vai caber fundamentalmente mexer no IDH e no índice Gini do Brasil, que passa por isso que acabei de falar. O IDH é o Índice de Desenvolvimento Humano. Ele é medido por mortalidade infantil, taxa de analfabetismo, saneamento básico que a população tenha disponível. É um somatório de componentes do ponto de vista social importantes que produzem um Índice de Desenvolvimento Humano. É com quanto as pessoas contam em matéria de educação fundamental, em matéria de saúde básica, em matéria de saneamento básico e outras coisas correlatas.

Nos últimos anos, o Brasil caiu da posição 70 para a posição 75. Piorou. Muito embora o IDH tenha melhorado como número, no contexto internacional, outros países melhoraram mais do que o Brasil. O Brasil caiu. Mesmo com a classe C aumentada, o IDH piorou. Os brasileiros não estão tendo, de forma sustentada, aquela provisão de infraestrutura básica capaz de mantê-los em processo de crescimento sustentado.

O índice Gini, esse é mais perverso. É o índice que mede a distância entre ricos e pobres. Estamos na posição pior que o Haiti. Somos o oitavo mais injusto país do mundo, do ponto de vista de distância da renda entre ricos e pobres.

Acho que o futuro governo tem que ter a consciência de que, assim como entregou ao atual governo o bom legado da inflação reduzida a 3%, 4%, 5% – e o atual governo teve a responsabilidade de mantê-la com uma política econômica responsável –, produziu uma outra coisa boa, apanhou uma coisa boa e produziu uma outra coisa boa: a produção de um proletariado numeroso de 18 milhões de brasileiros capazes de comprar, mas comprar de forma que ainda reputo artificial.

O crédito consignado tem um limite. O salário mínimo não é uma conquista, é uma conquista política, mas não uma conquista no mercado de trabalho. O salário mínimo é o Poder Executivo e o Legislativo que decidem. Não é a oferta e a procura, mas é aquilo que torna oito milhões de brasileiros reféns da não qualificação. Eles não têm qualificação para se apresentar ao mercado de trabalho e impor o seu salário ou disputar um salário melhor pela sua qualificação.

Este é o desafio do próximo governo: garantir uma saúde decente, segurança decente, infraestrutura decente e cuidar desses 18 milhões de brasileiros, conquista do atual governo que, se não cuidarmos no futuro – e sabemos como cuidar –, eles podem cair de novo para as classes D e E, porque o crescimento que se lhes ofereceu não é sustentado, é um crescimento frágil, sustentado sobre doações.

O que é preciso é que aqueles a quem se dê uma porta de entrada para o Programa Bolsa Família, que permitiu que eles começassem a sair da pobreza, se ofereça a porta de saída efetiva com chave, que é a qualificação profissional, que é o crescimento do mercado de trabalho, que é a infraestrutura aumentada, que é a retomada do crescimento econômico de forma sustentada, real, competitiva no plano internacional, com reforma sindical feita, reforma trabalhista feita e reforma política feita. Isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é que na minha visão, modesta visão, é a tarefa fundamental que se reserva ao futuro governo.

O Governo Fernando Henrique teve conquistas, o atual Governo, ninguém negue, tem conquistas, mas tem falhas. Resta ao futuro governo, pela avaliação crítica das conquistas do passado, projetar as conquistas do futuro por um Brasil melhor.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – V. Ex<sup>a</sup> permite um aparte?

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – Muito bom, Senador.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Uma breve consideração ao Líder do DEM.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – Enquanto o Senador Alvaro Dias se dirige à tribuna...

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (DEM – RN) – Com muito prazer, Senador Suplicy. O Regimento não permite aparte em fala de Líder, mas, com muito prazer, com a permissão do Presidente, eu aceito e ouço com muita alegria.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senador José Agripino, V. Ex<sup>a</sup>, como Líder, a importância do seu Partido para demonstrar à população o acompanhamento de tudo aquilo que se prevê em benefício da sociedade.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (DEM – RN) – Obrigado, Sr. Presidente.

Senador Suplicy.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Senador José Agripino, avalio como importante a contribuição de V. Ex<sup>a</sup> e gostaria de aqui lembrar dois tópicos de sua fala. Quando menciona que o Brasil ainda está em oitavo dentre os países mais desiguais, é importante que ressalte que, desde 2002, em todos os anos (de 2002 para 2003, de 2004 para 2005, de 2006 para 2007 e para 2008) a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio do IBGE registrou gradual, ainda que pouco a pouco, diminuição do coeficiente de desigualdade, bem como a diminuição da pobreza absoluta. Sim, V. Ex<sup>a</sup> tem razão e ressalta que é importante avançarmos muito mais, mas é importante registrar que houve um avanço considerável, inclusive como resultado de programas que se iniciaram em governos anteriores e foram aqui aperfeiçoados. Houve, inclusive, a participação muito importante, como V. Ex<sup>a</sup> mencionou, do Congresso Nacional. Ressalto que, assim como os programas Bolsa Família e Bolsa Alimentação foram aprovados aqui por consenso, por todos os Partidos, também a sua transformação, a unificação no Programa Bolsa Família, foi por nós, pelo nosso Partido, pelo Partido de V. Ex<sup>a</sup>, aprovado por consenso. Inclusive, quando aqui aprovamos (no Senado em 2002, na Câmara em 2003 e sancionado pelo Presidente da República em 8 de janeiro de 2004) a renda básica de cidadania, para onde vai o Bolsa Família, também o foi por todos os Partidos. Queria só assinalar isso, porque o próprio aperfeiçoamento dos programas de transferência de renda, felizmente, tem tido aqui o consenso, depois do debate, visando ao aperfeiçoamento. Era essa a contribuição que gostaria de aduzir ao seu pronunciamento.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (DEM – RN) – Eu agradeço, primeiro de tudo, a condescendência do Presidente em permitir o importante aparte do Senador Suplicy, a quem agradeço.

Senador Suplicy, nós temos divergências políticas, mas nós nos respeitamos do ponto de vista pessoal há muito tempo e somos amigos. Reconheço que o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, um aparte elegante, ...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (DEM – RN) – ... é verdadeiro, até porque estamos de acordo em que conquistas têm que se somar. Se temos divergências político-partidárias, tanto V. Ex<sup>a</sup> como eu somos brasileiros e queremos o melhor para os brasileiros, queremos o melhor para essa classe C aumentada, que é uma conquista do atual governo, mas que vejo incluída do

ponto de vista social numa classe superior mas de forma não sustentada.

Então, o que desejo é que se comecem a debater as propostas para que as conquistas se mantenham assim como se manteve o fim da inflação, assim como se mantém uma política pública responsável; que a mobilidade social que se conseguiu como produto fundamental de uma política econômica fundamentada e responsável tenha consequência. A história da humanidade registra isso. Na medida em que há uma sequência de ações ordenadas e responsáveis, se consegue dar sustentação às conquistas. E a preocupação de V. Ex<sup>a</sup> e a minha é que os brasileiros, os 18 milhões que ascenderam à categoria que é capaz de comprar um liquidificador e até capaz de comprar uma motocicleta compre hoje, mas compre amanhã e, se possível, amanhã compre o automóvel popular. Para isso, é preciso infraestrutura, é preciso combater aquilo que nos macula e nos mostra a perversidade do nosso índice de Gini e do nosso IDH.

Têm que ser as nossas metas e procurar, em cima da necessidade de melhorar esses índices, atuar como forma de governo.

Ouçó, com muito prazer, se V. Ex<sup>a</sup> me permitir, o Senador Flávio Arns.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – Eu peço desculpas, Senador Alvaro Dias, só para não interromper.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (DEM – RN) – Já concluo, Sr. Presidente.

**O Sr. Flávio Arns** (PSDB – PR) – É para também ajudar numa reflexão. Eu penso que o que nós precisamos, no Brasil, neste momento, é de maturidade, saber que ninguém descobriu a roda agora, há um ano ou há dez anos. Tudo que se faz é fruto de uma sequência de esforços, de iniciativas, da união do povo, de pessoas que trabalham pelo Brasil todo, e todos nós somos responsáveis pelos resultados mais positivos ou não. Mas nós temos que nos acostumar, no Brasil, a fazer uma análise crítica. Crítica não significa criticar; significa pensar: até onde chegamos, até onde queremos ir, como a gente quer avançar.

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Flávio Arns** (PSDB – PR) – Então, Senador Agripino, quando se fala em inflação, eu não tenho dúvidas em dizer que isso tudo começou lá com o Itamar Franco, Plano Real; depois a sustentação, a negociação de tudo no Governo Fernando Henrique; a continuidade no Governo Lula; e, como V. Ex<sup>a</sup> colocou, tem que se continuar no próximo governo. Então, isso é um debate. Agora nós temos que fazer, pensar: bom, como estão os juros nesse processo de inflação? Isso é algo que

temos que questionar. Oito e meio por cento no Brasil ainda é uma taxa muito elevada; significa que quase R\$100 bilhões estão sendo gastos no pagamento da taxa básica de juros. É um dinheiro que faz falta na educação, nessas áreas todas. Então, cuidar do superávit, cuidar do câmbio, controlar a inflação... A política do automóvel foi boa no sentido de manter o emprego, gerar emprego. Que bom que foi feito isso! Agora, por outro lado, vemos tantos brasileiros gastando R\$50 mil pagando automóvel. Daqui a cinco anos não vão ter patrimônio nenhum. Poderia ter havido uma política de incentivo à casa, à habitação, um bem durável, permanente. Então, o que quero dizer para os brasileiros de maneira geral é que temos que nos acostumar a pensar que é bom o crédito consignado; é importante, como V. Ex<sup>a</sup> colocou, mas os juros são escorchantes. Aposentados e pensionistas pagarem três por cento, dois, quatro por cento, dez vezes a taxa de inflação por mês... Isso é algo que tem que melhorar. Crédito consignado é bom, mas tem que melhorar também. BPC, o salário mínimo para o idoso e para a pessoa com deficiência. É excelente. Foi implantado no Governo de Itamar Franco. Ele foi aprovado no Governo Itamar Franco, foi consolidado no Governo Fernando Henrique e foi mais consolidado ainda no Governo do Presidente Lula, mas agora precisamos avançar. Quantas famílias que têm pessoas com deficiência pelo Brasil estão dizendo: olha, tenho filho de 18, 20 anos de idade que usa fralda, que tem uma deficiência acentuada e precisa de muito mais apoio, precisa de remédio... Esse debate tem que ser feito, e nós temos de fazer. O Bolsa Família é excelente! Mas temos que, como o Senador Cristovam coloca, dar ênfase à escola, Bolsa Escola, para enfatizar o aspecto da educação. Todos achamos que quem tem fome, quem precisa de dinheiro tem que ter dinheiro hoje, não adianta esperar para amanhã. Mas temos de ter, depois, políticas que conduzam para a plena inserção e inclusão da pessoa. Quarenta por cento das vagas de trabalho não estão sendo preenchidas por falta de qualificação. Se observamos, como V. Ex<sup>a</sup> o fez, o relatório da Unesco sobre educação, veremos que o Brasil está atrás da Bolívia, está atrás do Paraguai, está atrás da Argentina. Quinze por cento da população tem curso superior. Avançamos. Temos escolas técnicas, institutos. Isso é bom! Temos de dizer que isso é bom, é bom, é deste Governo. Mas não adianta só dizer que é bom. Temos de saber onde estamos e para onde queremos ir. É esta maturidade que o povo brasileiro tem que pensar: Bolsa Família, excelente, queremos, está aí. Já havia Bolsa Escola, havia Bolsa Gás, havia Bolsa Alimentação, foi estruturada e organizada. Isso é bom. Fundeb é excelente. Tínhamos o Fundeb antes, ensino fundamental. Agora,

temos o Fundeb. O que não é bom? É a gente não ter gasto R\$10 bilhões no ano passado. Diminuí o valor do Fundeb em R\$10 bilhões para a educação básica. Isso não é bom. Por quê? Porque houve isenção de IPI, diminuição de Imposto de Renda, crise financeira. Então, diminuí o Fundeb. Este é um ano eleitoral, e as pessoas, às vezes, dizem para gente falar alguma coisa ou do Bolsa Família ou do BPC, ou disso ou daquilo. Não. Nós temos que ser bem maduros no Brasil e dizer: “A gente quer avançar. Chegamos até aqui e aonde a gente quer chegar”. Então, quero parabenizar V. Ex<sup>a</sup> pelo discurso muito bom, muito adequado, concordo com tudo que foi dito e, ao mesmo tempo, fazer este alerta para o povo brasileiro e dizer: “Olha, queremos avançar mais”. Então, vamos pensar juntos, nós todos. Queremos avançar ainda mais. Então, parabéns a V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (DEM – RN) – Senador Flávio Arns, muito obrigado pelo seu primoroso aparte, substantivo, equilibrado, como V. Ex<sup>a</sup> costuma ser, mas, acima de tudo, rico em detalhes.

**O Sr. Valdir Raupp** (PMDB – RO) – V. Ex<sup>a</sup> poderia me conceder um minuto, com a permissão do Presidente?

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (DEM – RN) – V. Ex<sup>a</sup> abordou uma questão, dentre as várias que abordou, que é, talvez, a maior meta do futuro governo: qualidade de gasto público. Por que é que a taxa de juros, no Brasil, é indecente? Nós temos uma inflação decente. Mas a taxa de juros, no Brasil, é indecente. Por quê? Por culpa do Governo. Esse mesmo Governo que consegue debelar a inflação, manter os fundamentos que sustentam a inflação sob controle, não é capaz de estabelecer decência na taxa de juros. Por quê? Quem é que precisa do dinheiro do público e por isso pratica taxa de juros de 8,5%? É o Governo, que deve muito; deve hoje R\$1,5 trilhão. É em quanto deve andar a dívida interna brasileira, que tem que ser remunerada todos os meses. Precisa de dinheiro novo. Para ter o dinheiro novo, que não tem, tem que comprar título. Comprar quem? Comprar o brasileiro que tem dinheiro, que vende ao Governo, e o Governo compra pagando uma taxa de juros indecente de 8,5% porque deve demais, porque precisa desesperadamente daquele dinheiro porque deve muito.

Qual seria o caminho a trilhar? Não dever tanto, baixar a dívida interna. Como? Melhorando a qualidade do gasto público, deixando de gastar o supérfluo dos cartões corporativos, das diárias, das viagens, enfim, tudo aquilo que é perdularismo do Governo para que a despesa pública ou gasto público seja gasto de qualidade e você possa, com menos despesa pública, abater a dívida interna baixando a taxa de juros. Esta é

uma das maiores tarefas do futuro Governo no campo da economia seguramente: melhorar a qualidade do gasto público, para ter inclusive dinheiro para investir na infraestrutura preparando o Brasil para o futuro.

Obrigado a V. Ex<sup>a</sup> pelo substancioso aparte.

Concedo, com a permissão do Presidente, este último aparte ao Senador Valdir Raupp.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Pediria que fosse urgente, em respeito...

**O Sr. Valdir Raupp** (PMDB – RO) – Um minuto, só para não deixar passar aqui o raciocínio. Quero parabenizar o Senador José Agripino pelo brilhante pronunciamento que faz nesta tarde e queria relembrar um pouco mais atrás quando o Senador Flávio Arns falou do Governo Itamar Franco. Eu voltaria um pouco mais atrás na transição democrática, naquela eleição do Tancredo, no início da Nova República: ali começaram as mudanças dos indicadores sociais do nosso País. Já no Governo Presidente Sarney, pois Tancredo não teve infelizmente a sorte de governar o País, o Sarney já começou a fazer as mudanças sociais do nosso País. E a Constituição de 1988 então foi um marco muito importante para essas mudanças. Dali para cá, os indicadores sociais do Brasil começaram a mudar muito lentamente, mas gradativamente. E o que nós precisamos é acelerar um pouco mais por meio da Educação. Eu entendo que todos os governos: Sarney, Itamar Franco, Fernando Henrique e agora o Presidente Lula todos têm avançado na Educação, na área social, mas nós ainda tínhamos 40 milhões de pessoas na miséria; ainda temos 20 milhões necessitando de 25% de um salário mínimo (o Bolsa Família) para sobreviver, mas o Ipea dá conta de que em 10, 15, 20 anos no máximo nós poderemos sair, tirar esses 18, 20 milhões que ainda vivem abaixo da linha de pobreza desta situação em que se encontram. E eu acredito que seja pela educação. Hoje apenas um terço dos jovens brasileiros, Senador José Agripino, estão matriculados no ensino médio. Nós não temos a menor condição de sair desta situação se nós não avançarmos mais na educação. Então é necessário que o Governo invista um pouco mais. Se temos mais de 200 bilhões de dólares em reservas cambiais, vamos investir um pouco mais em educação no nosso País. Era só essa contribuição. Parabéns.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (DEM – RN) – Agradeço, Senador Valdir Raupp. V. Ex<sup>a</sup>, com muita propriedade, lembra os feitos de outros Presidentes, a começar pelo Senador Sarney, que foi o responsável pelo fim da conta-movimento, que era uma balbúrdia na economia brasileira, e o responsável pelo Programa do Leite, que foi o primeiro grande programa social. Todos têm o seu mérito. Veja – coincidência dentro daquilo que

eu digo – todos os que vieram mantiveram as coisas boas dos que passaram. Eu acho que é assim que tem de caminhar o nosso Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

Peço desculpas ao Senador Alvaro Dias. Não vou marcar o tempo, Senador, para que V. Ex<sup>a</sup> possa...

Em seguida, o Senador Pedro Simon.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Romeu Tuma.

Srs. Senadores, o que me traz à tribuna hoje é uma matéria do jornal **Gazeta do Povo**, do Paraná, sob o título: “Ação política fraca deixa PR no fim da fila do Orçamento. Estado sai perdendo em repasses da União para 2010”.

Diz o jornal:

“No parte e reparte das verbas orçamentárias da União para este ano, o Paraná deve receber o segundo menor valor per capita entre os 27 estados. Os R\$4,5 bilhões destinados às despesas da União no estado pela Lei Orçamentária Anual (LOA) equivalem a R\$421 por paranaense. Os gaúchos, por sua vez, vão receber R\$739 e os sul-mato-grossenses, R\$828. A modéstia dos repasses para o Estado é recorrente. Especialistas dizem que deputados, senadores e governantes não atuam juntos no interesse do Paraná e não costumam pressionar o governo por mais verbas”.

Mais adiante o jornal diz: “Sem articulação, PR fica na rabeira dos repasses da União”.

E apresenta uma estatística em que o Paraná é o penúltimo Estado. Em último lugar, fica o Estado de São Paulo – proporcionalmente, é o que menos recebe recursos da União.

Concordo com a crítica, mas não com o endereço; o endereço está errado. Faço a defesa dos Parlamentares do Paraná de forma insuspeita, porque sou opositor, um dos poucos da Bancada paranaense que fez oposição durante estes sete anos ao Governo Lula. Portanto, não tenho a atribuição de passar o chapéu pelos corredores dos Ministérios.

O jornal disse que consultou especialistas e fala em cientista político da Universidade de Brasília ou da Universidade Federal do Paraná. Há cientistas políticos opinando sobre essa matéria. Não sei se são especialistas ou não. Cientista político da Universidade de Brasília faz análise do comportamento da Bancada de Parlamentares do Paraná e diz que a Bancada não deve ser unida, porque não consegue os recursos que

outros Estados conseguem. Portanto, a conclusão é que as Bancadas dos outros Estados são mais unidas do que a Bancada do Paraná. São Paulo, por exemplo, que está em último lugar, teria uma Bancada extremamente desunida nesse caso.

Enfim, não vou falar sobre o papel de um cientista político ao fazer análise dessa natureza. O que eu quero dizer é que a Bancada do Paraná, quando se trata de defender recursos para o Estado, é extremamente unida.

Eu e o Senador Flávio Arns, acompanhamos... Todos os anos, quando chega o momento da elaboração do Orçamento, os Parlamentares do Paraná, especialmente os Deputados, se reúnem. Os Secretários de Estado vêm a Brasília, participam dessas reuniões, definem prioridades e procuram consignar no Orçamento da União os recursos para projetos prioritários no Estado. Além, é claro, das emendas parlamentares individuais, que cada Parlamentar procura destinar em conformidade com o seu critério de prioridade.

Tenho uma posição a respeito das emendas individuais; eu sou contra a existência dessas emendas. Entendo que o dinheiro público deve ser distribuído em função da prioridade – os projetos sociais mais importantes – e não em função de eventuais interesses de natureza política.

Mas, seguramente, a responsabilidade pela escassez de recursos no atual Governo em relação ao Paraná não é da sua Bancada. Nem pode ser. O Orçamento é elaborado pelo Executivo. O coordenador da elaboração do Orçamento é o Ministro do Planejamento. Coincidentemente, o Ministro Paulo Bernardo é do Paraná e amigo pessoal do Presidente da República.

Obviamente caberia a ele, portanto, garantir a maior soma de recursos para o seu Estado. Nem mesmo ele tem tido essa possibilidade. Como podemos atribuir aos Parlamentares a responsabilidade pelo descaso do Governo Federal em relação ao Estado do Paraná? Há uma insensibilidade do Presidente.

Parece-me que para o Presidente da República basta agradar alguns amigos pessoais no Estado e prescindir de destinar ao Estado os recursos a que faz jus em função do que oferece como contribuição à União. Isso não vem ocorrendo realmente nestes sete anos.

O Presidente da República, quando vai ao Paraná, vai de mãos vazias. Eu não vi nenhuma inauguração importante do Presidente nestes últimos sete anos no Paraná e não vejo que tenha ele possibilidade de realizar, até o final deste ano, qualquer inauguração. A inauguração que ele pretende fazer é do palanque da sua candidata à Presidência da República. Essa

inauguração sim, ele deseja fazer porque vem se esforçando muito para construí-lo.

Vem há muito tempo intervindo na política do Paraná de forma decisiva e eficiente, buscando articular para a aglutinação de forças na construção de um palanque eleitoral para a sua candidata.

Eu, portanto, poderia até transferir essa responsabilidade aos Parlamentares governistas do meu Estado, mas, por uma questão de justiça, Senador Flávio Arns, que preside agora a sessão, não o faço; a responsabilidade é do Executivo.

E o que o jornal não salienta, mas poderia salientar, é que não basta a consignação desses recursos. A matéria faz referência aos recursos consignados. Isso não significa que eles serão liberados, porque a execução orçamentária tem sido pífia, tem sido lastimável. Setores fundamentais, como segurança pública, educação e saúde pública, são setores cujos recursos consignados no Orçamento da União não são aplicados. A execução orçamentária é insignificante até mesmo nesses setores essenciais para a vida da população. Tanto é que fui autor de um projeto no Senado Federal, aqui aprovado por unanimidade, que torna impositivo o item do Orçamento que diz respeito à segurança pública. Segundo ele. Os recursos consignados para o setor de segurança pública deveriam ser liberados integralmente sob pena de crime de responsabilidade a que estariam sujeitos o Presidente da República e o Ministro da Justiça, caso não os aplicassem. Esse projeto foi aprovado no Senado por unanimidade. Ele está parado na Câmara dos Deputados. A orientação do Ministério da Fazenda foi contrária à aprovação do projeto.

Portanto, o que é mais grave...É grave evidentemente essa distinção entre um Estado e outro, é grave a agressão ao princípio da isonomia.

E aqui os chamados especialistas dizem, entre outras coisas, que o desempenho eleitoral do Presidente Lula pode ter sido o agravante. O Governo tende a beneficiar não somente o Estado de aliados, mas também o Estado onde os eleitores são mais favoráveis. Esse especialista diz que o Rio Grande do Sul, por exemplo, tem mais recursos do que o Paraná, porque o Presidente foi melhor votado lá.

Eu até nem me lembro. O Senador Pedro Simon diz que não. Logo, esse especialista não acertou aqui na sua dissertação, ele não está matando a charada, não está dirimindo esse enigma: por que um Estado recebe mais que outro Estado.

Enfim, não basta a consignação no Orçamento da União. É preciso que se aplique o recurso. Por exemplo, o jornal diz que, em relação às emendas parlamentares, foram liberadas, no ano passado, 47,3%, das do

Paraná. E a Bancada paranaense é majoritariamente governista. São poucos os oposicionistas no Paraná. São poucos aqueles que fazem Oposição.

Então, não podemos afirmar nem mesmo que é perseguição política, discriminação ou que Bancadas oposicionistas não estão sendo contempladas. Não podemos afirmar nem isso.

O que há, na verdade – porque ao final do ano muitos ministérios devolvem recursos ao Tesouro Nacional pois não os aplicaram – o que há é incompetência administrativa. Apesar de sete anos de Governo, os atuais governantes não aprenderam ainda. É por isso que obras estão paralisadas (algumas, ou muitas) porque são superfaturadas e o Tribunal de Contas determina sua paralisação.

Veja, Senador Flávio Arns, no Paraná, o Governo – digo sempre – é muito bom de anúncio, é muito bom de **marketing**, o presidente alcança índices de aprovação popular recordes, mas o que acontece na realidade? Em relação ao Paraná, em relação a recursos para o Estado, as promessas são megalomaníacas. Por exemplo: ferrovia de Paranaguá à Antofagasta no Chile. Ora, a ferrovia de Curitiba à Paranaguá é centenária, superada e sem condições de arcar com a carga que vem do oeste do Estado em função da construção da Ferroeste, que teve início inclusive quando fui Governador.

Além disso, prometeram aqui – e fizeram alarde da promessa – que teríamos um trem-bala, saindo de Curitiba e chegando a Belo Horizonte, em Minas Gerais, em alta velocidade, um trem-bala maravilhoso. E nada acontece no Estado.

Então, somos obrigados a ler que, sem articulação, o Paraná fica na rabeira nos repasses da União. Mas existe articulação, porque as promessas são feitas.

Certamente essas promessas são feitas em razão da articulação política dos governistas do Paraná, que fazem com que a Ministra Dilma inclua no PAC o trem-bala, a ferrovia que vai até o Chile e mantenha obras como a Estrada Boiadeira, por exemplo, inconclusas há 20 anos. Quer dizer, não é só responsabilidade do atual Governo, mas são 7 anos de irresponsabilidade em relação a essa obra – e não há nenhuma importância em citá-la, cito-a como poderia citar outras –, cuja terraplanagem nós realizamos no nosso Governo. Além da terraplanagem realizamos as obras de arte, 20 km de pavimentação, e vamos completar em 15 de março do próximo ano 20 anos. Vinte anos se passaram e nada se fez. Perderam-se as obras de infraestrutura, as obras de arte e a terraplanagem realizadas e nada se fez. Todos os anos a Bancada do Paraná inclui no

Orçamento da União recursos para essa obra e ela não acontece.

Então, eu creio que o endereço aqui está errado. Perdoe-me o jornalista responsável por essa matéria. Ele acertou na crítica, a crítica é necessária, é honesta. Agora, o endereço está errado. O endereço é o Palácio do Planalto, não há outro endereço. O descaso é do Presidente da República. No Brasil muitos se acostumaram fazer a corda arrebentar sempre do lado mais fraco...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – V. Ex<sup>a</sup> me permite?

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Vou conceder o aparte, Senador Suplicy.

Vamos criticar o Parlamentar, o Deputado Federal, quem sabe até o Senador – no meu caso é impossível porque eu sou da Oposição, mas de qualquer maneira estou aqui fazendo justiça...

No meu caso é impossível porque sou da Oposição, mas de qualquer maneira estou aqui fazendo justiça àqueles que são do Governo e são parlamentares. É mais fácil criticar o parlamentar. O Presidente Lula não é responsável por nada. A única responsabilidade do Presidente da República é o alto índice de popularidade que alcança nas pesquisas. De resto, não é responsável por mais nada. Corrupção? Não. O Presidente nunca viu, nunca ouviu, nunca soube. Agora, provavelmente está vendo porque não é do Partido dele. Até deve aplaudir que o Governador de Brasília tenha sido preso. E os mensaleiros de 2005? O Presidente pediu a prisão deles? É óbvio que não pediu. Ele não viu, ele não soube, ele não ouviu. Nos temos até aqueles que, na imprensa livre e democrática do nosso País, na província, acabam assimilando esse comportamento. “Não, o Presidente da República não tem responsabilidade, quem manda mais é o deputado. O Presidente não manda.” Mas é que o Presidente não vê, não ouve. Quantas vezes, nesses sete anos, estive nesta tribuna criticando o Governo por abandonar o meu Estado? Quantas vezes compareci a esta tribuna para criticar o descaso do Governo com o Paraná? Quantas vezes estive aqui para denunciar a mentira, a farsa da promessa fácil dos trens-balas?

Ora, Sr. Presidente, é preciso responsabilizar quem responsabilidade tem, como é necessário homenagear quem homenagem merece. Neste caso, cabe a crítica, mas a crítica tem que ser direcionada ao Poder Executivo.

Quando eu fui Governador, perdoem-me lembrar, ninguém no Paraná reclamava a ausência de recursos federais. Ao contrário, outros Estados reclamavam que o Paraná era beneficiado em excesso, que, por exemplo, tinha 18% do Orçamento da Caixa Econômica

ca para investimento. Não vou dizer qual a razão. Não preciso nem dizer, pois as pessoas são inteligentes, aqueles que estão nos ouvindo agora pela TV Senado são inteligentes e sabem por que. Enfim, como sabem as pessoas inteligentes, a responsabilidade não é do deputado na elaboração do orçamento; o orçamento é elaborado lá no Governo, coordenado pelo Ministro do Planejamento, remetido ao Congresso Nacional, onde a maioria governista aprova. É um presidencialismo forte.

Exigir dos parlamentares que promovam alterações de profundidade no orçamento é exigir demais. Vejam o ultimo exemplo. Surpreendentemente até, o Congresso Nacional denuncia obras superfaturadas atendendo as auditorias do Tribunal de Contas e determina o impedimento e determina o impedimento: recursos públicos não podem ser repassados para obras superfaturadas. E elas são bloqueadas. O Presidente da República simplesmente vetou, e os recursos estão sendo liberados. Esse é um exemplo que demonstra a força do Executivo, num presidencialismo forte que submete o Congresso Nacional.

Portanto, vamos responsabilizar quem tem responsabilidade. Não há como fazer uma postura de ingenuidade diante de um fato tão visível como este. Não há como ignorar a realidade. O Orçamento é elaborado, é uma peça de ficção; o Governo não o executa, aplica os recursos que lhe convém aplicar, especialmente no ano eleitoral.

Eu vou conceder um aparte ao Senador Suplicy. Espero que V. Ex<sup>a</sup> hoje não venha com uma marchinha de Carnaval, porque já quarta-feira de Cinzas, mas é com prazer que concedo um aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. PSDB – PR) – Senador Suplicy, só um minuto. Eu só gostaria que, depois do aparte, que foi o único pedido, pudesse haver o encerramento da fala também, já que o tempo foi ultrapassado.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Para mim está suficiente.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Senador Alvaro Dias, V. Ex<sup>a</sup> foi Governador, é Senador e, obviamente, conhece o Paraná melhor do que eu. Já o visitei diversas vezes. Estive lá fazendo palestras. Inclusive, tive o prazer de dialogar com V. Ex<sup>a</sup> nas universidades do Paraná. Mas, quando V. Ex<sup>a</sup> aqui observa que nada do Programa de Aceleração do Crescimento foi realizado no Paraná, até estranhei porque me parece que V. Ex<sup>a</sup> sempre procura ser justo para com os dados. Olhei aqui inúmeras notícias sobre o PAC no Paraná. Apenas para dar um exemplo, a Companhia de Habitação do Paraná observa que os investimentos, por exemplo... Vou citar alguns brevemente.

Em Piraquara, investimento de R\$91 milhões provenientes do PAC para urbanização de favelas e habitação nas micro-bacias dos rios Itaqui, Iraí e Piraquara, e tem uma série de detalhes. Logo a seguir, há também no Município de Colombo um investimento de R\$19 milhões para urbanização de favelas e habitação nas bacias dos rios Palmital, Atuba, Arruda, e assim por diante, com diversos outros detalhes. Em Campo Magro, investimento de R\$13,2 milhões; em Pinhais, R\$36,8 milhões. Isso pelo órgão oficial, inclusive assinado pelo Sr. Rafael Greca de Macedo, da Companhia de Habitação do Paraná, que é um órgão do Governo Roberto Requião que coopera com o PAC. Então, pelo menos aqui, estão informações de ações efetivas que têm sido realizadas e relacionadas ao Programa de Aceleração do Crescimento. V. Ex<sup>a</sup> mencionou outros aspectos, mas disse que nada havia. Então pelo menos aqui observo que o próprio dado oficial do Governo do Estado do Paraná registra cooperação entre o Governo Federal, por meio do PAC, e o Governo do Estado do Paraná.

**O SR. ALVARO DIAS** (PDT – PR) – Obrigado, Senador Eduardo Suplicy. Talvez V. Ex<sup>a</sup> não tenha ouvido de forma completa o pronunciamento, porque eu disse que não há nenhuma obra importante inaugurada nesses sete anos. Existe obra em andamento, inclusive, com denúncia de superfaturamento do Tribunal de Contas. O Contorno Norte de Maringá, por exemplo, foi uma obra do PAC em andamento e que está prestes a ser paralisada em função de estar superfaturada. No aeroporto existiam obras também que foram paralisadas em função do superfaturamento.

Enfim, V. Ex<sup>a</sup> fez referência a alguns recursos na região metropolitana de Curitiba, mas o Paraná não merece só isso! Isso é insignificante diante da grandeza do meu Estado. São anúncios feitos, mas eu não vi o Presidente inaugurando nem mesmo essas ações administrativas referidas por V. Ex<sup>a</sup>. Não estou dizendo que elas não existam. Elas devem estar em curso, mas são insignificantes diante da grandeza do Estado do Paraná. O que se fez nesses sete anos no meu Estado é muito pouco diante do que o Estado oferece ao País como contribuição.

Eu tinha, Sr. Presidente, o dever de fazer esse pronunciamento para, do ponto de vista do meu entendimento pessoal, colocar no devido lugar as críticas que foram veiculadas pelo jornal *Gazeta do Povo*, do Paraná.

Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

*Durante o discurso do Sr. Álvaro Dias, o Sr. Romeu Tuma deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Flávio Arns.*

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. PSDB – PR)

– Agradeço ao Senador Alvaro Dias e, apesar de estar na condição de Presidente dos trabalhos neste momento, quero ser solidário com a análise que foi feita da reportagem, muito profunda, muito adequada e que tem que ser também neste sentido pensada pelo povo do nosso Estado.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA**

A Presidência transfere as matérias constantes da pauta de hoje para a Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária.

São as seguintes as matérias transferidas:

1

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 469, DE 2009**

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 469, de 2009, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Saúde e dos Transportes, no valor global de dois bilhões, cento e sessenta e oito milhões, cento e setenta e dois mil reais, para os fins que especifica.*

(Lida no Senado Federal no dia 22-12-2009)

Relator revisor: Senador Geovani Borges

(Sobrestando a pauta a partir de: 20-11-2009)

Prazo final prorrogado: 15-3-2010

2

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO  
Nº 18, DE 2009**

(Proveniente da Medida Provisória nº 470, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2009, que constitui fonte adicional de recursos para ampliação de limites operacionais da Caixa Econômica Federal; altera a Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 470, de 2009).

(Lida no Senado Federal no dia 22-12-2009)

Relator revisor: Senador Gim Argello

(Sobrestando a pauta a partir de: 28-11-2009)

Prazo final prorrogado: 23-3-2010

3

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 471, DE 2009**

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 471, de 2009, que altera as Leis nºs 9.440, de 14 de março de 1997, e 9.826, de 23 de agosto de 1999, que estabelecem incentivos fiscais para o desenvolvimento regional.

(Lida no Senado Federal no dia 22-12-2009)

Relator revisor: Senador César Borges  
(Sobrestando a pauta a partir de: 17-2-2010)

Prazo final: 3-3-2010

4

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 280, DE 2009**

(*Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição*)

(*Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno*)

Projeto de Lei da Câmara nº 280, de 2009 (nº 5.395/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação de docentes para atuar na educação básica, e dá outras providências.*

Dependendo de Parecer da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Sobrestando a pauta a partir de 19-12-2009).

5

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 28, DE 2009**

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2009 (nº 413/2005, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Antonio Carlos Biscaia), que *dá nova redação ao § 6º do art. 226 da Constituição Federal, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimindo o requisito de prévia separação judicial por mais de um ano ou de comprovada separação de fato por mais de dois anos.*

Parecer favorável, sob nº 863, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

6

#### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de Subemenda que apresenta.

7

#### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 51, DE 2003**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que dá nova redação ao § 4º do art. 225 da Constituição Federal, para incluir o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional.

Parecer favorável, sob nº 269, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

8

#### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 19, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior.

Parecer favorável sob nº 850, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

9

#### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 100, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 100, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que dá nova redação às alíneas b e c do inciso XXIII do art. 21 da Constituição Federal, para autorizar a produção, a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e uso médicos.

Parecer favorável, sob nº 1.105, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges.

10

#### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2008**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2008 (nº 138/2003, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Sandes Júnior), que altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227 (dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude).

Parecer sob nº 297, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Expedito Júnior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, de redação, que apresenta.

11

#### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 89, DE 2003**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Ideli Salvatti, que dá nova redação aos arts. 93 e 95 da Constituição Federal, para impedir a utilização da aposentadoria dos magistrados como medida disciplinar e permitir a perda de cargo, nos casos que estabelece.

Parecer sob nº 2.303, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 32, DE 2008**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2008, tendo como primeira signatária a Senadora Patrícia Saboya, que altera o § 4º do art. 225 da Constituição Federal para incluir a caatinga entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional.

Parecer favorável, sob nº 1.217, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

13

**SUBSTITUTIVO AO  
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, DE 2001**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2001 (nº 4.594/94, na Casa de origem, do Deputado Paulo Paim), que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que “dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências”, para determinar que o atendimento de urgências e emergências médicas, no âmbito do Sistema Único de Saúde, seja prestado pela iniciativa privada, mediante ressarcimento, nos casos em que as disponibilidades do Sistema forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial.

Parecer sob nº 2.290, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

14

**SUBSTITUTIVO AO  
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2002**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2002 (nº 1.670/99, na Casa de origem, do Deputado Carlito Merss), que proíbe a utilização do jateamento de areia a seco.

Parecer sob nº 2.289, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

15

**SUBSTITUTIVO AO  
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 116, DE 2006**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2006 (nº 557/2003, na Casa de origem, do Deputado João Herrmann Neto), que altera a Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995, para determinar a publicidade dos valores revertidos ao Fundo Nacional de que trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.

Parecer sob nº 2.287, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

16

**SUBSTITUTIVO AO  
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, DE 2007**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2007 (nº 3.688/2000, na Casa de origem, do Deputado José Carlos Elias), que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.

Parecer sob nº 2.291, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

17

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 95, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2003 (nº 2.961/2000, na Casa de origem), que extingue as listas tríplexes do processo de escolha dos dirigentes universitários regulado pela Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995.

Parecer sob nº 2.066, de 2005, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

18

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2006 (no 1.244/2003, na Casa de origem, do Deputado João Alfredo),

que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (substitui a expressão “medida sócio-educativa” pela “medida psicossocioeducativa”).

Parecer sob no 1.480, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Efraim Morais, favorável, com a Emenda no 1-CCJ, de redação, que apresenta.

19

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2008 (nº 108/2007, na Casa de origem, da Deputada Solange Amaral), que altera o inciso II do caput do art. 1.641 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil (é obrigatório o regime de separação de bens no casamento de pessoa maior de 70 anos).

Parecer sob nº 1.392, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

20

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Inácio Arruda.

21

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2008 (nº 799/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que revoga o art. 508 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (revoga o artigo que permite a rescisão de contrato de traba-

lho, por justa causa, do empregado bancário inadimplente).

Parecer favorável, sob nº 1.649, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim.

22

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2008 (nº 2.347/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), que dispõe sobre o dever de notificação em caso de necessidade de ações preventivas, de socorro, assistenciais ou recuperativas na área de defesa civil e dá outras providências.

Parecer sob nº 1.901, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Marconi Perillo, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

23

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2008 (nº 1.871/2007, na Casa de origem, do Deputado Edinho Bez), que inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica.

Parecer sob nº 1.229, de 2008, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável nos termos da Emenda nº 1-CI (Substitutivo), que oferece.

24

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2008 (nº 1.309/2007, na Casa de origem, do Deputado Eliene Lima), que acresce o § 3º ao art. 974 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. (Dispõe sobre o registro de contratos e alterações contratuais de sociedade que seja integrada por sócio incapaz).

Parecer favorável, sob nº 1.481, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Efraim Morais.

25

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 107, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2008 (no 2.093/2003, na Casa de origem, do Deputado Júlio Delgado), que dispõe sobre a advertência em rótulos de alimentos e bulas de medicamentos que contêm fenilalanina.

Parecer sob nº 1.881, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

26

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 143, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2008 (nº 388/2003, na Casa de origem, do Deputado Maurício Rabelo), que altera a redação do art. 70 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor (inclui a substituição ou retirada de peças e componentes, sem autorização do consumidor no fornecimento de serviços).

Pareceres sob nºs 1.269 e 1.270, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta; e

– da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável ao Projeto e as emendas oferecidas pela CCJ.

27

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 150, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 150, de 2008 (nº 129/2007, na Casa de origem, do Deputado Vanderlei Macris), que altera o inciso I do caput do art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para reservar aos idosos pelo menos três por cento das unidades residenciais em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos.

Pareceres sob nºs 1.107 e 1.917, de 2009, das Comissões

– de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Paulo Paim, favorável; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Efraim Morais, pela rejeição (em audiência, nos termos do Requerimento nº 635, de 2009).

28

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 152, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 152, de 2008 (nº 1.890/2007, na Casa de origem, do Deputado Mauro Nazif), que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social.

Parecer favorável, sob nº 582, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

29

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 156, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 2008 (nº 7.343/2006, na Casa de origem, do Deputado Tarcísio Zimmermann), que altera o art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, para garantir a prioridade dos idosos na aquisição de unidades residenciais térreas, nos programas nele mencionados.

Pareceres favoráveis, sob nº 67 e 1.593, de 2009, das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns; e de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim (em audiência, nos termos do Requerimento nº 636, de 2009).

30

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 158, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 158, de 2008 (nº 843/2007, na Casa de origem, do Deputado Daniel Almeida), que altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de permitir a ausência ao serviço para realização de exame preventivo de câncer.

Parecer sob nº 1.650, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora *ad hoc*:

Senadora Fátima Cleide, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta.

**31**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 173, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 173, de 2008 (nº 1.036/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que institui o exercício da profissão de Instrutor de Trânsito.

Parecer favorável, sob nº 1.429, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

**32**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 182, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 182, de 2008 (nº 371/99, na Casa de origem, do Deputado Enio Bacci), que altera o art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (dispõe sobre o direito de arrendimento do consumidor).

Parecer favorável, sob nº 706, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Leomar Quintanilha.

**33**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 187, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 187, de 2008 (nº 1.681/1999, na Casa de origem, do Deputado Arnaldo Faria de Sá), que regula o exercício da profissão de Técnico em Imobilização Ortopédica e dá outras providências.

Parecer sob nº 1.430, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Renato Casagrande, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

**34**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 194, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 194, de 2008 (nº 612/2003, na Casa de origem, do Deputado Ricardo Izar), que altera o art. 18 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas,

Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras providências, para permitir que farmácias e drogarias disponibilizem serviços de aferição da pressão arterial.

Parecer sob nº 1.916, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, que apresenta.

**35**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2009 (nº 1.273/2007, na Casa de origem, do Deputado Alexandre Silveira), que inclui as vacinas contra hepatite A, meningocócica conjugada C, pneumocócica conjugada sete valente, varicela e pneumococo no Calendário Básico de Vacinação da Criança.

Parecer favorável, sob nº 1.431, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa.

**36**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2009 (nº 1.128/2003, na Casa de origem, do Deputado Carlos Abicalil), que dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Saúde Vocal do Professor da rede pública de ensino e dá outras providências.

Pareceres sob nºs 1.907 e 1.908, de 2009, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CE, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CE/CAS, e Subemenda nº1 CAS à Emenda nº 3-CE.

**37**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2009 (nº 6.171/2005, na Casa de origem, do Deputado Celso Russomanno), que acrescenta parágrafos ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para ga-

rantir ao consumidor o exame dos produtos adquiridos.

Parecer favorável, sob nº 707, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro.

**38**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2009 (nº 6.244/2005, na Casa de origem, da Deputada Sandra Rosado), que fixa critério para instituição de datas comemorativas.

Parecer favorável, sob nº 1.057, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cristovam Buarque.

**39**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 191, DE 2009**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 18, de 2009)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 191, de 2009 (nº 3.620/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação ao inciso XI do art. 29 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, para alterar a estrutura básica do Ministério do Esporte (cria uma Secretaria no Ministério do Esporte).

Parecer favorável, sob nº 2.066, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá.

**40**

#### **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 77, DE 2007**

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum) Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 77, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 3, de 2007-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Senador João Ribeiro), que aprova as contas do Governo Federal, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça,

da Justiça do Trabalho, do Conselho da Justiça Federal e da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, da Justiça Eleitoral, da Justiça Militar, da Justiça do Distrito Federal e Territórios e do Ministério Público da União, relativas ao exercício de 2003.

**41**

#### **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 60, DE 2009**

*(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)*

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 60, de 2009 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1, de 2009-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Senador Gim Argello), que aprova as Contas do Governo Federal relativas ao Exercício de 2004.

**42**

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006**

*(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)*

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição e Justiça (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

**43**

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 118, DE 2004**

*(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 11, de 2009)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2004, de auto-

ria do Senador Hélio Costa, que acrescenta o inciso IV ao § 4º, do art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar aulas presenciais e periódicas nos cursos de educação à distância.

Parecer sob nº 1.451, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Marco Maciel, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

44

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 5, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional.

Pareceres sob nºs 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “*ad hoc*”: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto, em turno único, perante a Comissão): favorável, nos termos de emenda substitutiva, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas, apresentadas ao Substitutivo, no turno suplementar, perante a Comissão): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

45

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 124, DE 2005**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 8, de 2006)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2005, de autoria da Senador Papaléo Paes, que *altera o art. 2º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências, para tipificar a venda desses produtos como crime punível com penas equivalentes às do tráfico ilícito de substância entorpecente.*

Pareceres sob nºs 418, de 2006, e 795, de 2009, das Comissões

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Augusto Botelho, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira, favorável, nos termos do Substitutivo, oferecido pela Comissão de Assuntos Sociais.

46

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 202, DE 2005**

*(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 7, de 2009)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que *altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.*

Pareceres sob nºs 1.302 e 2.226, de 2009, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relatora: Senadora Kátia Abreu, 1º pronunciamento (sobre o projeto): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CRA (Substitutivo) que oferece; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nºs 2 e 3, de Plenário): contrário, com voto em separado do Senador Sadi Cassol.

47

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004– Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005– Complementares; 141, 231 e 261, de 2006– Complementares; 265 e 684, de 2007– Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005– Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que *altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

48

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175, DE 2003– COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003–Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que altera o art. 1º, inciso I, alínea “g” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que dispõe sobre inelegibilidade cominada aos que tiveram suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas pelo órgão competente.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de

2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

49

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 316, DE 2004 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2004-Complementar, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei das Inelegibilidades), para declarar a inelegibilidade, em quaisquer outros Municípios do mesmo Estado, dos que tenham sido reeleitos Prefeitos na eleição imediatamente anterior.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de

2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

50

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 341, DE 2004 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2004-Complemen-

tar, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para estabelecer que os Chefes do Poder Executivo e respectivos Vices devem se licenciar para concorrer à reeleição.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de

2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

51

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 266, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Alvaro Dias, que acrescenta a alínea “j” ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subseqüentes, do ocupante de cargo público que a ele renuncie.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador

Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

52

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 269, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 269, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Peres, que acrescenta a alínea j ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subseqüentes, do parlamentar que renuncie ao mandato e do chefe do Poder Executivo que, réu de processo crime de responsabilidade, renuncie ao cargo.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

53

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 274, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004–Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005–Complementares; 141, 231 e 261, de 2006–Complementares; 265 e 684, de 2007–Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Tião Viana, que altera a Lei Complementar nº 64 de 19 de maio de 1990, para acrescentar nova hipótese de inelegibilidade quando houver renúncia ao mandato parlamentar.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

54

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 313, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004–Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005–Complementares; 141, 231 e 261, de 2006–Complementares; 265 e 684, de 2007–Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon que acrescenta a alínea “j” ao inciso I do art. 1º e dá nova redação à alínea “d” do inciso I do art. 1º e ao inciso XIV, do art. 22, da Lei Complementar nº 64, de 1990.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. – 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

55

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 363, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004–Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005–Complementares; 141, 231 e 261, de 2006–Complementares; 265 e 684, de 2007–Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 363, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Peres, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, alterando prazo de cessação de inelegibilidade de magistrados.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

56

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 381, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004–Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005–Complementares; 141, 231 e 261, de 2006–Complementares; 265 e 684, de 2007–Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 381, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon que acresce parágrafo único ao art. 15 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, (dispõe sobre casos de inelegibilidade).

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

57

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 141, DE 2006 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004–Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005–Complementares; 141, 231 e 261, de 2006–Complementares; 265 e 684, de 2007–Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Antônio Carlos Valada-

res, que altera a redação do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade de candidato condenado por compra de voto.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

58

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 231, DE 2006 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004–Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005–Complementares; 141, 231 e 261, de 2006–Complementares; 265 e 684, de 2007–Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Romeu Tuma, que altera a redação da alínea “g” do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para impedir que a mera propositura de ação judicial que vise desconstituir a decisão que rejeitou as contas de agente público suspenda sua inelegibilidade.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes

Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

59

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 261, DE 2006 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 261, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Péres, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para estabelecer a inelegibilidade de condenados ou processados por crime contra a administração pública.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

60

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 265, DE 2007 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2007-Complemen-

tar, de autoria do Senador Epitácio Cafeteira, que acrescenta parágrafos ao art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegível o candidato que tenha parentes ocupantes de cargos comissionados, na mesma circunscrição e estender aos parentes próximos as condições de inelegibilidade aplicáveis aos agentes políticos.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

61

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 684, DE 2007 –  
COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 684, de 2007-Complementar, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que acrescenta alínea ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegíveis os apresentadores, locutores e comentaristas de programas de rádio ou televisão que não se afastarem de suas funções até um ano antes do pleito, e proibir detentores de mandatos eletivos de exercer essas atividades.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

62

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 17, DE 2008 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidades, prazo de cessação e determina outras providências.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que ofe-

rece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

63

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 84, DE 2008 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que acrescenta alínea “j” ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade de candidato que responda a processo judicial.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

64

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 184, DE 2008 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2008-Comple-

mentar, de autoria do Senador Valter Pereira, que altera a alínea *çgç* do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para condicionar a suspensão da inelegibilidade ao ajuizamento, no prazo de três meses da decisão administrativa irrecorrível do órgão competente para rejeição das contas, de ação que questione a legalidade dessa deliberação.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 *ç* CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

65

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, DE 2008**

*(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684 de 2007-Complementares; e 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera a Lei nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para tornar inelegível agente público denunciado por envolvimento com prostituição infantil.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador

Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

66

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 236, DE 2008 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Epitácio Cafeteira, que altera a redação da alínea *b* do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para fazer constar que a contagem do prazo de inelegibilidade do dispositivo em questão é contado a partir da perda do mandato eletivo.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

67

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 249, DE 2008 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004–Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005–Complementares; 141, 231 e 261, de 2006–Complementares; 265 e 684, de 2007–Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade dos que foram condenados pela prática dos crimes que especifica, por improbidade administrativa e para determinar a preferência no julgamento dos processos respectivos.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

68

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2007**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 1, de 2009)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2007, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera a Lei nº 9.394, de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da Libras na educação infantil e no ensino fundamental.

Pareceres sob nºs 1.276 e 2.340, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável,

nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que apresenta; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nº 2 e 3-Plen): Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável à Emenda nº 2-Plen, e pela aprovação da Emenda nº 3-Plen, na forma de subemenda que apresenta.

69

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 117, DE 2007**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 19, de 2009)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2007, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que altera o art. 22 da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, para limitar as exigências das instituições financeiras na concessão de financiamentos habitacionais de interesse social.

Pareceres sob nºs 2.059 e 2.060, de 2009, das Comissões:

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, contrário; e

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antonio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; com abstenção do Senador Antonio Carlos Valadares.

70

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

71

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, DE 2007**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 17, de 2009)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2007, de autoria da

Senadora Maria do Carmo Alves, que altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para prever o exame criminológico para progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena.

Parecer sob nº 2.013, de 2009, da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antônio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

72

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 441, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.135, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns), que altera o art. 30 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994 (Lei dos Cartórios), para incluir, entre os deveres dos notários e oficiais de registro, o encaminhamento de relatório pertinente ao quantitativo de emolumentos recebidos no exercício anterior à corregedoria do tribunal.

Parecer favorável, sob nº 729, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Renato Casagrande.

73

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2009, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que acrescenta inciso VI ao art. 7º da Lei nº 6.815, de 9 de agosto de 1980, para vedar a concessão de visto ao estrangeiro indiciado em outro país pela prática de crime contra a liberdade sexual ou o correspondente ao descrito nos arts. 240 e 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Parecer favorável, sob nº 1.393, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

74

### REQUERIMENTO Nº 1.094, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.094, de 2009, do Senador Paulo Paim, solicitando o desapensamento da Proposta de

Emenda à Constituição nº 50, de 2006, das Propostas de Emenda à Constituição nºs 38, de 2004, e 86, de 2007, a fim de que tenha tramitação autônoma (voto secreto).

75

### REQUERIMENTO Nº 1.238, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.238, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 232, de 2006, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

76

### REQUERIMENTO Nº 1.239, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.239, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 685, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

77

### REQUERIMENTO Nº 1.276, DE 2009

*(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 222 do Regimento Interno)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.276, de 2009, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando seja apresentado voto de censura e repúdio ao cerco militar à Embaixada do Brasil em Tegucigalpa e à repressão do governo golpista contra as manifestações pacíficas dos partidários do governante legítimo de Honduras, Manuel Zelaya.

Parecer nº 1.636, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em reexame, favorável, nos termos do texto que apresenta.

78

### REQUERIMENTO Nº 1.313, DE 2009

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.313, de 2009, do Senador Flávio Arns,

solicitando voto de rejúbilo ao embaixador da República Federal da Alemanha no Brasil, e ao Instituto Goethe de Curitiba, por ocasião do centésimo octogésimo aniversário da primeira imigração alemã recebida no Estado do Paraná, comemorado em 30 de setembro de 2009.

Parecer favorável, sob nº 2.772, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Valadares.

**79**

#### **REQUERIMENTO Nº 1.443, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.443, de 2009, do Senador Expedito Júnior, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 37, de 2009, dos Projetos de Lei do Senado nºs 80, de 2006; 340, de 2007; e 375, de 2008, a fim de que tenha tramitação autônoma (dedução do Imposto de Renda de despesas com pagamento de pedágio em rodovia federal).

**80**

#### **REQUERIMENTO Nº 1.452, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.452, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2009, e do Projeto de Lei do Senado nº 149, de 2009; com o Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2004, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei da Câmara nºs 70, de 2004; 78, 86, 108 e 133, de 2005; 6, de 2006; 99, 103 e 128, de 2007; e 74, 135, 165, 172 e 198, de 2008; e com os Projetos de Lei do Senado nºs 141 e 322, de 2003; 167 e 208, de 2004; 56 e 315, de 2006; 71, 96, 97, 192, 201, 222, 257, 383, 401, 462, 550, 594, 613 e 645, de 2007; 19, 202, 253, 280 e 426, de 2008, por regularem a mesma matéria (alteram dispositivos do Código de Trânsito Brasileiro).

**81**

#### **REQUERIMENTO Nº 1.474, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.474, de 2009, do Senador Álvaro Dias, solicitando a tramitação conjunta do

Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2009, com o Projeto de Lei do Senado nº 327, de 2004, por regularem a mesma matéria (regularem a participação de Torcidas Organizadas em competições esportivas).

**82**

#### **REQUERIMENTO Nº 1.516, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.516, de 2009, do Senador Lobão Filho, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2009, com os Projetos de Lei do Senado nºs 301, de 2003; 355, de 2004; 8 e 18, de 2005; 45, de 2006; 42, de 2007; 54, de 2009; e com os Projetos de Lei da Câmara nºs 106, de 2007; 55 e 75, de 2009, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria (prestadoras de serviços públicos).

**83**

#### **REQUERIMENTO Nº 1.549, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.549, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 465, de 2008; e 194, de 2009; com os Projetos de Lei do Senado nºs 423 e 495, de 2003; 106, de 2006; 470 e 681, de 2007; 138, de 2008; e 115, de 2009, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria (deduções na base de cálculo do imposto de renda de pessoas físicas).

**84**

#### **REQUERIMENTO Nº 1.576, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.576, de 2009, da Senadora Kátia Abreu, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 318, de 2003; e 64, de 2005, por regularem a mesma matéria (reintegração de posse).

**85**

#### **REQUERIMENTO Nº 1.580, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.580, de 2009, do Senador João Tenório, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 86, de 2004; e

345, de 2006, por regularem a mesma matéria (inseção de impostos sobre instrumentos musicais).

**86**

#### **REQUERIMENTO Nº 1.582, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.582, de 2009, do Senador Roberto Cavalcanti, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 294, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (altera o art. 192 da CLT para dispor sobre a base de cálculo do adicional de insalubridade).

**87**

#### **REQUERIMENTO Nº 1.590, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.590, de 2009, do Senador Efraim Morais, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei da Câmara nºs 149, de 2008; e 251, de 2009, por regularem a mesma matéria (denomina Rodovia Padre Cícero Romão Batista o trecho da rodovia BR-116, no Estado do Ceará).

**88**

#### **REQUERIMENTO Nº 1.591, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.591, de 2009, do Senador Efraim Morais, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 737, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (utilização de recursos arrecadados pela União das indústrias que exploram o fumo e as bebidas alcólicas para utilização na saúde).

**89**

#### **REQUERIMENTO Nº 1.596, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.596, de 2009, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, solicitando o sobrestamento do Projeto de Decreto Legislativo nº 217, de 2009, a fim de aguardar documentação prevista na Resolu-

ção nº 3, de 2009, do Senado Federal (outorga permissão à Rádio e TV Farol da Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada).

**90**

#### **REQUERIMENTO Nº 1.628, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.628, de 2009, do Senador Sérgio Zambiasi, que solicitando a tramitação em separado do Projeto de Lei do Senado nº 199, de 2006, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 212, de 2005; 67, 239 e 342, de 2006; e 287, de 2008 (permissão de porte de arma de fogo a carreira de Institutos de Criminalística, de Identificação e de Medicina Legal).

**91**

#### **REQUERIMENTO Nº 1.629, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.629, de 2009, do Senador Renato Casagrande, que solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 201, de 2003; 475, de 2007; e 342, de 2008; por regularem a mesma matéria (dispõem sobre áreas de preservação permanente).

**92**

#### **REQUERIMENTO Nº 1.630, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.630, de 2009, do Senador Antonio Carlos Valadares, que solicitando a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nº 158 de 2002; nº 201 de 2003; e nº 475 de 2007, com o de nº 107 de 2009, por versarem sobre a mesma matéria (dispõem sobre áreas de preservação permanente).

**93**

#### **REQUERIMENTO Nº 1.631, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.631, de 2009, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 285, de 2009, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Desenvolvimento Regional e Turismo (arren-

damento das retransmissoras de televisão na Amazônia Legal).

94

#### REQUERIMENTO Nº 1.633, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.633, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2009, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (divulgação de lista de material escolar antecipada).

95

#### REQUERIMENTO Nº 1.635, DE 2009

Votação do Requerimento nº 1.635, de 2009, da Senadora Lúcia Vânia, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 424, de 2009, com os Projetos de Lei do Senado nºs 243, de 2004; 123, de 2007, e 252, de 2008, que já se encontram apensados por regularem a mesma matéria (práticas de telemarketing).

96

#### REQUERIMENTO Nº 1.641, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.641, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 483, de 2009, com os Projetos de Lei do Senado nºs 131, 142 e 304, de 2007; e 34, 64, 65 e 78, de 2008, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria (incentivo fiscal pela preservação florestal).

97

#### REQUERIMENTO Nº 1.643, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.643, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 280, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infraestrutura (produção, programação e provimento de conteúdo brasileiro por meio eletrônico).

98

#### REQUERIMENTO Nº 38, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 38, de 2010, do Senador Inácio Arruda, solicitando a criação de Comissão Representativa do Senado Federal, composta por dois Senadores, com o objetivo de comparecer à posse do Presidente do Uruguai, José Mujica, do Vice-Presidente Danilo Astori e demais Ministros de Estado e participação no Seminário sobre Experiência de Construção Unitária da Frente Ampla, que se realizarão entre os dias 1º a 3 de março de 2010, em Montevideo, Uruguai.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. PSDB – PR) – Passo, em seguida, a palavra ao Senador Pedro Simon. Eu quero anunciar também que, na seqüência, terá a palavra o Senador Valdir Raupp, como Líder, e, em seguida, o Senador e amigo, Eduardo Suplicy.

Com a palavra, então, o Senador Pedro Simon.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, na quinta-feira passada, pela manhã, reuni-me com a minha Assessoria para analisarmos o pronunciamento que iria fazer naquela tarde. Durante o recesso, estudei com atenção dois assuntos que muito atraíam o meu interesse.

O primeiro deles é a situação delicada que vive o Judiciário brasileiro em função da frequente revisão de decisões de juízes de primeira entrância por parte de membros dos Tribunais Superiores. Na verdade, eu me concentrei no estudo do caso do juiz Fausto De Sanctis, que atua em dois processos de grande presença na mídia, resultantes das operações Satiagraha e Castelo de Areia.

O outro assunto sobre o qual eu havia me debruçado com a finalidade de fazer um pronunciamento era a comemoração, naquela mesma quinta-feira da semana passada, dos 20 anos da libertação de Nelson Mandela, após 27 anos na prisão. Considero Mandela o maior estadista vivo nos dias de hoje. Acho que ele se transformou num dos maiores homens públicos do século passado, quando ele fez a transição pacífica de um regime racista, cruel e violento para a democracia multirracional. Sem ele, sem sua grandeza, sem sua imensa capacidade de perdoar, a África do Sul teria mergulhado numa guerra fratricida.

Ao final da reunião, ficou decidido que eu deveria falar sobre Nelson Mandela. Afinal, na Justiça brasileira, ano após ano, não se vêem muitas mudanças para melhor. Permanece sempre a frustrante sensação

de impunidade na realidade brasileira, olhando todos os seus poderes. É verdade que a recente criação do Conselho Nacional de Justiça vem apresentando bons serviços à Nação, mas também é verdade que os processos se arrastam por anos, dando a impressão de que só os que têm bons advogados é que obtêm justiça neste País.

Pois bem, quinta-feira eu vim a esta tribuna e falei sobre Nelson Mandela. Ao descer para o plenário, fui informado de que o Governador de Brasília, José Roberto Arruda, havia sido preso naquele momento. Não acreditei. Simplesmente não acreditei no que estavam me dizendo.

No entanto, em seguida, fui entrevistado pelos jornalistas e “caí na real”. Caí na real, como dizem os jovens. Realmente, o Superior Tribunal de Justiça havia dado uma ordem de prisão contra o Governador, que já se encontrava recolhido nas dependências da Polícia Federal. Atitude inteligente a do Governador: não esperou que o viessem buscar e, espontaneamente, foi ao órgão da Polícia Federal para se entregar.

Já no gabinete, comentei com meus assessores o que poderia ter ocorrido: enquanto eu estivesse na tribuna comentando a necessidade urgente de uma justiça efetiva e eficiente neste País, algum dos Srs. Senadores poderia se levantar e derrubar o meu pronunciamento com um simples aparte, informando que o Governador do Distrito Federal havia sido preso.

Mais tarde, voltei a examinar o pronunciamento sobre a Justiça que eu havia preparado. Num primeiro momento, pensei em não divulgá-lo mais. No entanto, concluí que o que aconteceu no Brasil, embora seja um avanço, é ainda apenas um passo em direção à Justiça que queremos. É um grande passo, sem dúvida, mas o primeiro grande passo.

Assim, estou aqui hoje para analisar a Justiça brasileira, especialmente no que se refere ao choque entre juízes de primeira entrância e tribunais superiores. Faço agora, portanto, o pronunciamento que poderia ter feito na semana passada. Ao final dele, comentarei a sentença contra o Governador de Brasília e as muitas e intrincadas questões políticas levantadas por esse fato.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, trato de um dos mais graves problemas da área pública justo neste momento em que começamos o ano de 2010, ano da disputa presidencial, ano de acirramento dos ânimos políticos, ano de uma eleição que promete ser das mais duras já enfrentadas após a redemocratização.

Quero tratar da Justiça brasileira. Aliás, num valioso artigo publicado no jornal *Folha de S. Paulo*, em 24 de dezembro passado, a Procuradora da República Janice Agostinho Barreto Ascari dá uma dimensão

do problema. “A Justiça na UTI” é o título do referido artigo. Nesse texto, a procuradora examina todas as graves implicações dos desdobramentos jurídicos da conhecida Operação Satiagraha.

Leiamos os três primeiros parágrafos do referido artigo:

“Após sucessivas intervenções jurídicas incomuns, encontra-se agonizando, em estado grave, um dos mais escabrosos casos de corrupção e crimes de colarinho branco de que se teve notícia no Brasil.

A Operação Satiagraha surpreendeu o País. Nem tanto pelos crimes (corrupção, lavagem de dinheiro e outros), velhos conhecidos de todos, mas, sim, pelas manifestações de autoridades e de instituições públicas e privadas em defesa dos investigados.

Nunca se viu tamanho massacre contra os responsáveis pela investigação e julgamento do caso. Em vez do apoio à rigorosa apuração e punição, buscou-se desacreditar e desqualificar a investigação criminal colocando em xeque, com ataques vis e informações orquestradas e falaciosas, o sério trabalho conjunto do Ministério Público Federal e da Polícia Federal, bem como a atuação da Justiça Federal.”

Hoje, falarei aqui sobre o juiz Fausto De Sanctis, titular da 6<sup>a</sup> Vara Criminal de São Paulo, que, jovem ainda, tem sob sua responsabilidade vários processos que ganharam o interesse da mídia por envolverem aqueles a quem podemos chamar de “pessoas de grosso calibre”.

Dos casos sob a responsabilidade do juiz De Sanctis, o mais conhecido, sem dúvida, é a Operação Satiagraha. Mas há outros dois casos igualmente intrincados e que envolvem pessoas poderosas.

A Operação Satiagraha tem como principal acusado o Sr. Daniel Dantas, badalado banqueiro, nacionalmente famoso depois que obteve do Supremo dois **habeas corpus** quase simultâneos que o livraram da cadeia, onde se encontrava por ordem do magistrado acima citado.

Duas decisões recentes de tribunais superiores, tomadas no final do ano passado, podem invalidar as investigações da Satiagraha. Uma liminar do Supremo Tribunal Federal determinou que todas as provas originais dessa operação - reunidas em doze grandes caixas - fossem retiradas do processo e levadas para Brasília. Uma liminar de Ministro do Superior Tribunal de Justiça suspendeu ações e investigações da Satiagraha.

O segundo caso de grande impacto na comunicação social que está em mãos também do jovem magistrado é resultante de uma outra operação da Polícia Federal, chamada Castelo de Areia, que investigou doações milionárias de uma conhecida construtora nacional a políticos de todos ou quase todos os principais partidos políticos brasileiros.

No processo da Operação Castelo de Areia, a investigação do juiz De Sanctis foi suspensa, em pleno recesso da Justiça, agora em janeiro, pelo Superior Tribunal de Justiça, que aceitou as alegações dos advogados da empresa no sentido de que a investigação teria sido iniciada ilegalmente por quebra de sigilo telefônico em decorrência de denúncia anônima. De nada adiantou o juiz ter explicado ao Superior Tribunal de Justiça que o caso iniciou-se com o depoimento de um colaborador da Justiça e com os resultados de outra apuração policial.

Sobre a suspensão da investigação no Castelo de Areia, a revista Carta Capital publicou, na edição de 20 de janeiro, um editorial assinado pelo destacado jornalista Mino Carta:

Mais uma telha cai sobre a cabeça do Juiz Fausto De Sanctis, da 6ª Vara Criminal de São Paulo, especializada em crimes contra o sistema financeiro nacional e lavagem. Dia 11, o juiz aceitou a denúncia do Ministério Público Federal, amparado por investigação da Polícia Federal contra três diretores da Camargo Corrêa, por lavagem precedida por evasão de divisa. Dia 14, o Superior Tribunal de Justiça paralisou a ação!

Depois de ressaltar que “o destino inescapável” levou o juiz a tomar decisões que atingiram “enormes interesses, econômicos e políticos”, o edital da conceituada revista acrescenta:

Fausto De Sanctis é jovem magistrado de figura elegante e palavras bem medidas, raramente revela alguma tensão ao apressar a fala sem elevar o tom. Sua dedicação ao mister está fora da mais pálida dúvida, bem como sua competência e integridade. O juiz não vive, porém, dias sossegados, alvo de inúmeros procedimentos administrativos e de acusações e ironias de pares e escribas, sem falar do confronto que teve que sustentar com o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, quando das prisões do banqueiro Daniel Dantas. Confronto perdido, como se sabe, pelos dois habeas corpus concedidos ao banqueiro graças a decisões de Mendes tão imperiosas quanto descabidas.

Assim disse Mino Carta.

Há ainda um outro processo com grande repercussão na mídia submetido ao Juiz De Sanctis. Trata-se do conhecido caso MSI-Corinthians, que investiga uma nebulosa parceria entre o clube de futebol paulista e uma multinacional de investidores, a MSI, comandada pelo magnata russo Boris Berezovski, uma das figuras mais controvertidas do capitalismo pós-soviético, que, após o colapso do comunismo, enriqueceu com as privatizações no regime de Boris Yeltsin.

Cabe aqui um comentário que é, na verdade, uma lamentação: no Brasil hoje, aparentemente, Judiciário, Legislativo e Executivo não se debruçam mais sobre o essencial. O que se discute, por exemplo, não é o crime praticado, mas se as autoridades colocaram os carimbos corretos nas páginas certas dos processos. Ou seja, discute-se, em muitos casos, o acessório, e não o principal.

Pois bem, prossegue a Procuradora Janice:

Em julho de 2008, decretou-se a prisão dos investigados pela possibilidade real de orquestração e destruição de provas.

A prisão preventiva do cabeça da organização foi criteriosamente determinada em sólida decisão, embasada em documentos e em fatos confirmados nos autos, como a grande soma de dinheiro apreendida com os investigados, provando ser hábito do grupo o pagamento de propinas a autoridades.

Apesar de tantas evidências, o Presidente do Supremo Tribunal Federal revogou a prisão por duas vezes em menos de 48 horas. Os fatos criminosos, gravíssimos, foram ignorados. Pateticamente, o plenário do Supremo Tribunal Federal referendou o “HC canguru” (aquele habeas corpus que pula instâncias) e voltou-se contra o juiz, mas sem a anuência dos Ministros Joaquim Barbosa e Marco Aurélio – este, aliás, o único que leu e analisou minuciosamente as decisões de primeiro grau.

E continua a procuradora:

Iniciou-se um discurso lendário, insequente e retórico para incutir, por repetição, a ideia da existência de um terrível “Estado policial” e da “grampolândia” brasileira, uma falação histriônica a partir de um “grampo” que jamais existiu.

Lembro-me muito bem desse episódio, pelo tanto que ele acirrou a discussão entre os juristas brasileiros. Aliás, trata-se de uma decisão inusitada e preocupante do Presidente do Supremo. Um juiz de primeira instância mandava prender um cidadão, e o Presidente do

Supremo revogava tal decisão em duas oportunidades, em apenas 48 horas.

Ali eu me perguntei: será que em outros países é assim?

Será que, na França ou nos Estados Unidos, um ministro da Corte Suprema revoga decisão de um juiz e dá, em seguida, declarações bombásticas quanto a esse mesmo magistrado?

O problema, em poucas palavras, é o seguinte: estarão as decisões dos tribunais superiores brasileiros travando investigações contra poderosos ao mesmo tempo em que desprestigiam policiais competentes e humilham magistrados inflexíveis?

O artigo da Procuradora Janice Ascari entra no cerne da questão:

Alcançou-se o objetivo de afastar policiais experientes, de trabalho nacionalmente reconhecido e consagrado: o então Diretor da Abin foi convidado a deixar o cargo; o Delegado de Polícia Federal que presidiu o inquérito foi afastado das funções e corre risco de exoneração.

Outra vertente é aniquilar a atuação da Justiça de primeiro grau, afastando o juiz. Cada decisão técnica, porque contrária aos réus, passou a ser tachada de arbitrária e parcial. Muitas foram as armadilhas postas para atacar pessoalmente o juiz e asfixiar a atividade da primeira instância, por meio de centenas de petições, habeas corpus, mandados de segurança, procedimentos disciplinares.

Por falar em procedimentos disciplinares, a revista *Carta Capital* – que vem dando uma excepcional cobertura sobre o trabalho que visa a emparedar o Juiz De Sanctis – arrola as ações contra o magistrado na sua edição de 20 de janeiro do corrente ano. Diz a revista:

Desde março do ano passado, após a operação Satiagraha, o Tribunal Regional Federal instaurou, a cargo de De Sanctis, cinco procedimentos administrativos, dos quais três foram arquivados e dois estão em curso. Mais cinco foram da lavra do Supremo Tribunal Federal: três arquivados e dois em curso. E mais três pelo Conselho Nacional da Justiça: dois em curso e um arquivado. Acrescente-se uma chuva de reclamação diversas no Supremo.

Voltemos ao artigo da Procuradora Janice:

No apagar de 2009, duas decisões captaram a atenção da comunidade jurídica. A primeira, pelo ineditismo: na Reclamação 9324,

ajuizada diretamente no Supremo Tribunal Federal, alegou-se dificuldade de acesso aos autos.

O juiz informou ter deferido todos os pedidos de vista. Sobreveio a inusitada liminar: o ministro Eros Grau determinou que todas as provas originais fossem desentranhadas do processo (!) e encaminhadas ao seu gabinete. Doze caixas de provas viajaram de caminhão por horas a fio e agora repousam no STF.

A segunda foi a liminar dada pelo ministro Arnaldo Esteves Lima, do STJ, na véspera do recesso. Por meio de uma decisão pouco clara e de apenas 30 linhas, apesar da robusta manifestação contrária da Procuradoria-Geral da República, todas as ações e investigações da Satiagraha foram suspensas e poderão ser anuladas, incluindo o processo no qual já houve condenação por corrupção.

A alegação foi de suspeição do juiz, rechaçada há mais de um ano pelo TRF da 3ª Região. Curiosamente, o réu não recorreu naquela ocasião. Preferiu esperar dez meses para impetrar Habeas Corpus no STJ, repetindo a mesma tese. As duas decisões são secretas. Não foram publicadas e não constam dos sites do STF e do STJ. Juntas, fulminam uma megaoperação que envolveu anos de trabalho sério. Reforçam a sensação de impunidade para os poderosos, que jamais prestam contas à sociedade pelos crimes cometidos.

Sr. Presidente, passo agora a tratar da Operação Castelo de Areia. O rolo compressor moveu-se desde o momento em que o juiz De Sanctis aceitou denúncia do Ministério Público contra diretores da construtora Camargo Corrêa por julgar convincentes as provas de que eles teriam enviado dólares a paraísos fiscais.

Sobre a operação Castelo de Areia, a revista *Carta Capital* informou que a Procuradora da República responsável pelo caso, Karen Louise Kahn, lamentou a decisão do Superior Tribunal de Justiça, já que o ministro que a firmou teria sido “induzido a erro por advogados ao deferir liminar sem ouvir o Ministério Público Federal”.

Segundo a Procuradora Karen Louise Kahn, a atuação do Ministério Público Federal, durante toda a investigação, “foi inteiramente pautada na legalidade, fornecendo à Justiça Federal todos os elementos necessários à concessão de medidas constritivas, como a interceptação telefônica, que acabou sendo deferida pelo juízo de forma legal e fundamentada”.

A ação referente ao caso Castelo de Areia foi suspensa, provisoriamente, no dia 14 de janeiro, quando

o Ministro César Asfor Rocha, Presidente do Superior Tribunal de Justiça, concedeu *habeas corpus* em favor dos acusados em função da existência de supostas provas ilícitas no processo.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero comentar aqui a “sensação de impunidade” que atinge hoje todos os cidadãos brasileiros.

Existem vários estudos que avaliam a sensação que os cidadãos têm, por exemplo, em relação à impunidade reinante em suas sociedades.

O que se sabe é que a sensação de impunidade no Brasil é fortíssima. Isso ocorre porque os telejornais mostram todo dia criminosos comuns sendo enfiados num camburão, mas quase nunca apresentam um figurão sendo levado para a cadeia.

O que está na mente do cidadão brasileiro é o sorriso de gente graúda ao sair da cadeia cercada por seus advogados altamente remunerados.

Acontece, porém, que nós vimos, recentemente, na televisão norte-americana, o banqueiro Bernard Madoff, autor do maior golpe de pirâmide financeira da história, sendo xingado nas ruas de Nova Iorque ao ser conduzido ao tribunal.

Sr. Presidente, o problema é, repito, da maior gravidade. E pergunto eu: Será mesmo que os setores mais altos da nossa Justiça estão em divergências profundas com os magistrados das instâncias iniciais?

Essa é uma pergunta inconcebível num país democrático.

Mas eu pergunto ainda: Haverá fundamento na sensação que temos de que impera a impunidade em nosso País?

Será que os ricos, os poderosos, os magnatas, as grandes empresas e os políticos poderosos saem sempre vencedores nas causas que enfrentam na Justiça brasileira, aqui no Congresso ou no Poder Executivo?

Essas são as perguntas que me constroem.

As respostas a essas perguntas também me constroem.

Repito aqui, Sr. Presidente, o trecho final do artigo da Procuradora Janice Ascari, publicado pela **Folha de S. Paulo**: “A sociedade precisa de segurança e de voltar a ter confiança na Justiça imparcial, aquela que deve aplicar a lei a todos, indistintamente”.

Sr. Presidente, aqui eu acabava o meu discurso que eu leria na quinta-feira. Se V. Ex<sup>a</sup> me permite, eu acrescento os fatos que aconteceram depois de quinta-feira.

Hoje, eu mantenho aqui essas indagações delicadas, mesmo depois da prisão do Governador do Distrito Federal, acusado de tentar subornar testemunhas, após ter sido apontado inicialmente como mentor, aqui

na capital, de um sistema de mensalão, ou seja, de pagamento de uma certa quantia mensal a Deputados de sua base política na Câmara Distrital.

Pelo que informam os jornais, a corrupção em Brasília atingiu números extraordinários.

Esse sistema de “sustentação política” não é privilégio único do Distrito Federal.

Uma acusação semelhante contra o Governo Federal derrubou, anos atrás, o então todo-poderoso Ministro José Dirceu e arrastou junto com ele mais de uma dezena de destacados petistas e de outros partidos. Aliás, cabe, aqui, um comentário. Desde o momento em que caiu o Sr. José Dirceu e assumiu a Casa Civil a Ministra Dilma Rousseff, o Governo Lula deu um salto de qualidade. Mudou para melhor, ficou mais eficiente, menos autoritário.

Mas voltemos à Operação Caixa de Pandora.

Antes de tudo, quero saudar o Ministro Fernando Gonçalves, que determinou a prisão do Governador. Pelo que diz a imprensa, trata-se de um magistrado cauteloso e discreto, como costumam ser os juizes nascidos em Minas Gerais. Pelo que dizem aqueles que o conhecem, para tomar atitude de tal grandeza, ele deve ter refletido muito e deve ter examinado à exaustão um grande número de provas arrasadoras.

Também me chamou a atenção o fato de o Ministro Fernando Gonçalves ter obtido, pouco depois de sua decisão, a confirmação de seu veredicto pelo Pleno do Superior Tribunal de Justiça. Esta, embora sendo uma atitude jurídica, pareceu-me ter um segredo conteúdo político, melhor dizendo, de sabedoria política. Porque, depois da reunião do Pleno, ficou mais difícil revogar uma decisão coletiva, tomada por alguns dos ministros mais destacados desta Nação.

A rapidez: saiu da decisão do Ministro Relator e, cinco minutos depois, saiu a decisão do Pleno. Foi realmente algo inédito. Não me lembro de alguma coisa conhecida. O normal é ele ter decidido na quinta, e o Tribunal se reunia a partir de amanhã ou depois. E, nesse espaço de tempo, teria sido, talvez, mais fácil um **habeas corpus** levado ao Tribunal Superior ter decisão.

Mas a decisão tomada pelo Tribunal foi altamente positiva. E aí, então, tivemos a negação pelo Ministro Marco Aurélio, do Supremo Tribunal Federal, de um pedido de **habeas corpus** impetrado em favor do Governador, pelos seus advogados. No seu despacho, o Ministro Marco Aurélio disse que a decisão de prender o Governador havia sido tomada com “esmero insuplantável”.

Transcrevo aqui um trecho que me parece excelente do despacho do Ministro Marco Aurélio:

“Se, de um lado, o período revela abandono a princípios, perda de parâmetros, inversão de valores, o dito pelo não dito, o certo pelo errado e vice-versa, de outro, nota-se que certas práticas repudiadas a não mais poder, pelos contribuintes, pela sociedade, não são mais escamoteadas, elas vêm à baila para ensinar a correção de rumos, expungida a impunidade. Então, o momento é alvissareiro.”

Após a prisão do Governador, os fatos políticos ganharam velocidade. Quatro organizações ingressaram na justiça com pedido de **impeachment** do vice-Governador do Distrito Federal, Sr. Paulo Octávio, agora exercendo a governança. Simultaneamente, o Procurador-Geral da República, Roberto Gurgel, entrou no Supremo com pedido de intervenção federal no Distrito Federal.

A tese de intervenção federal – pelo que nos informa a Imprensa – não encontra guarida nem no Palácio do Planalto, nem no Supremo e muito menos no Congresso Nacional.

O Presidente Lula – que, num primeiro momento, disse que as imagens de gente botando dinheiro nas meias não falavam por si, mas que, depois, se disse chocado – não quero ônus de indicar a figura sempre antipática um interventor em um ano eleitoral.

Os Ministros do Supremo dizem que é preciso exaurir as três instâncias de sucessão – vice-Governador, Presidente da Câmara Distrital, Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal – antes de decretar a intervenção.

No Legislativo, a votação de um pedido de intervenção bloquearia a votação das Propostas de Emenda à Constituição neste ano eleitoral. Ou seja, ela simplesmente acabaria com a nossa produtividade legislativa, hoje baixíssima.

O Presidente da Câmara e Presidente do meu Partido, o Deputado Michel Temer, disse aos jornais: “A regra constitucional é a não intervenção”. E acrescentou: “O normal é seguir o rito institucional. Se houver problemas com o vice-Governador, assume o presidente da Câmara Legislativa. Se der problema, o Presidente do Tribunal de Justiça. Se nada der certo, aí sim, vem a intervenção, que é a excepcionalidade”.

Agora, estamos aguardamos as decisões do Supremo.

Confirmarão os Ministros do Supremo a decisão do Ministro Fernando Gonçalves? Decidirão a favor da manutenção da ordem de prisão contra o Governador? Como reagirão os Ministros do Supremo diante do pedido de intervenção?

A crise política de Brasília se arrasta há mais de oitenta dias.

Sou um admirador da obra de Juscelino Kubitschek. A criação de Brasília serviu para favorecer o desenvolvimento acelerado dos Estados que hoje são relevantes para a economia nacional, como Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e Tocantins, sem falar em seus efeitos benéficos sobre Minas Gerais, Bahia, Maranhão e Piauí. No entanto, a representação em Brasília apresentou muitos problemas. Em cerca de vinte anos de presença no Senado, a capital da República perdeu três Senadores, dois deles renunciaram ao mandato e um terceiro foi cassado pelos seus pares.

Eram essas reflexões que eu queria com os Srs. Senadores.

Ao encerrar, Sr. Presidente, peço que seja anexada ao meu pronunciamento uma nota à imprensa distribuída pela Associação dos Juizes Federais do Brasil (AJufe) sobre os devastadores desdobramentos das operações Satiagraha e Castelo de Areia.

Diz a nota emitida no dia 19 de janeiro de 2010, assinada em Brasília pelo Juiz Fernando César Baptista de Mattos, Presidente da Ajufe.

“A Associação dos Juizes Federais do Brasil (AJUFE), a propósito das recentes manifestações divulgadas na imprensa acerca das decisões do Superior Tribunal de Justiça, que suspenderam as ações penais abertas em decorrência das chamadas operações ‘Satiagraha’ e ‘Castelo de Areia’, vem a público, uma vez mais, defender a independência dos magistrados e salientar que a reforma de decisões deve ser vista pela sociedade como fato normal no Estado Democrático de Direito.

Diariamente, são proferidas milhares de decisões pelos juizes e tribunais brasileiros, a partir do livre convencimento e da interpretação dos fatos, da Constituição e das leis. Cada uma dessas decisões agrada uma parte do processo e desagrade a outra.

A independência funcional da magistratura é uma garantia fundamental do Estado Democrático de Direito e da cidadania, não podendo, por qualquer forma ser diminuída. A possibilidade de recorrer das decisões judiciais também integra o mesmo rol de garantias fundamentais. Portanto, a decisão judicial por órgão de primeiro grau de jurisdição, o recurso em razão dela interposto e a decisão de órgão de instância superior, reformando ou não a decisão primeira, são fatos normais do cotidiano judiciário.

O que não se pode aceitar é a tentativa, cada vez mais reiterada, de, a partir da reforma de uma decisão judicial, pretender-se desqualificar o magistrado que a proferiu. Isso deve ser repellido com veemência.

A independência dos juizes brasileiros, seja qual for a instância que integrem, é es-

sencial para a democracia. Atacar um magistrado pela decisão que proferiu é atacar a democracia.

A Ajufe, portanto, rejeita toda e qualquer tentativa de desmoralização pública de seus associados e não se furtará a manifestar-se sempre que necessário.”

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Senador Pedro Simon.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Pois não, Senador.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Quero expressar minha solidariedade à manifestação de V. Ex<sup>a</sup> em apoio ao trabalho do juiz Fausto de Sanctis. Quero informar-lhe, Senador Pedro Simon, como já lhe contei na semana passada, que, quando houve a primeira tentativa de diminuir o trabalho do juiz Fausto De Sanctis, eu, que não o conhecia, resolvi visitá-lo em seu gabinete na Justiça Federal de São Paulo, e muito bem fiquei impressionado com a postura, os valores e a forma de estudar em profundidade e com tanta seriedade os diversos processos nos quais ele se aprofundou, agindo com muita correção, no meu entender. Avalio que a manifestação da Ajufe em defesa dos atos do juiz Fausto De Sanctis é muito positiva. Quero fazer uma sugestão, Sr. Presidente: que a manifestação hoje tão importante do Senador Pedro Simon seja encaminhada ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Gilmar Mendes, bem como ao Conselho Nacional de Justiça, que coincidentemente também é presidido pelo Ministro Gilmar Mendes. Mesmo que o discurso do Senador Pedro Simon faça uma avaliação crítica das decisões de *habeas corpus* do Ministro Gilmar Mendes, avalio que se trata de texto muito relevante e que precisa ser apreciado pelo plenário do Supremo Tribunal Federal e pelo Conselho Nacional de Justiça. É a sugestão que aqui formulo. Vou ser breve agora, até em consideração ao Senador Valdir Raupp, mas eu queria muito também expressar a minha alegria de compartilhar com o sentimento de V. Ex<sup>a</sup> com respeito ao Presidente Nelson Mandela e tudo o que consegui realizar na África do Sul. Recomendo, Senador Valdir Raupp, o filme tão belo, “Invictus”, a que V. Ex<sup>a</sup> assistiu. Eu tenho recomendado às pessoas, meus filhos todos assistiram, e quero que meus netos assistam, que meus amigos, que todas as pessoas assistam a esse belo filme, dirigido por Clint Eastwood e que tem no papel de Nelson Mandela um dos melhores atores – Morgan Freeman, que possivelmente ganhará o Oscar de melhor ator. Mas ele até se assemelha com Nelson Mandela na sua forma de ser, seus valores, e com isso enriqueceu muito...

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Diz a informação que foi o próprio Mandela que escolheu o ator que ia fazer o seu papel.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Muito bem. Mas eu comungo com todo o seu pronunciamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. PSDB – PR) – Senador Suplicy, peço brevidade. É um prazer sempre escutá-lo e refletir com V. Ex<sup>a</sup>, mas só em função também...

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Já terminei. Fica a sugestão à Presidência do Senado de encaminhar o pronunciamento do Senador Pedro Simon para exame ao próprio Presidente do Supremo Tribunal e Presidente do Conselho Nacional de Justiça, porque o Senado tem uma função muito especial junto a esses organismos.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. PSDB – PR) – Isso será apreciado, na forma do Regimento, para se vislumbrar a possibilidade.

Mas, sem dúvida alguma, eu também compartilho que é um dos pronunciamentos mais importantes sobre a atual necessidade e desafios da Justiça no Brasil.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Eu agradeço a tolerância e o aparte de V. Ex<sup>a</sup>. Acho que é exatamente nas coisas que estão acontecendo, com a prisão do Governador, que nós devemos meditar e refletir. Eu, conforme disse aqui quinta-feira, rezei muito pelo Governador nesse feriado.

Eu também passei em Porto Alegre, assim como o Líder do PFL, hoje DEM. Só que aproveitei e fui ao chamado Rebanhão, da Canção Nova. É muito interessante, Sr. Presidente, como várias igrejas reúnem os jovens nessa semana de Carnaval. Ali, no Ginásio de Esportes, eram milhares e milhares de jovens. O ambiente era de uma alegria muito grande. Parecia até, quase que eu diria, uma festa de Carnaval. Os hinos eram religiosos, mas a alegria era muito intensa. Achei lindo o tema do encontro. Eles diziam que a tese era a seguinte: nós estávamos acostumados que quem orientava os filhos, quem levava os filhos para a educação, para a religião, para a fé, para Deus, para as coisas certas na família eram os pais.

Mas os jovens hoje se queixavam muito: eu sou o único na minha família que vai à igreja. Eu sou o único na família que vai ao rito, ao culto, à missa, meus pais não querem mais nada. Aí o pastor, o pregador diz: “Não diga isso. Você não é o único. Você é o representante que Deus mandou para levar essa ideia a sua família.”

E, realmente, hoje tem que inverter. Se hoje as famílias estão descurando, estão se afastando, estão despreocupadas, mas você teve a sorte de participar

de um grupo de trabalho, está em um trabalho como este, você deve levar isso à sua família. E você é que poderá levar o seu pai e a sua mãe para o culto, para a missa, para as verdades, para o sentido da dignidade, da correção.

Fiquei emocionado com isso. Vou dizer aqui o que eu disse no ano passado, a mesma coisa, e não adianta nada: eu acho o carnaval uma festa magnífica. Acho que hoje as escolas de samba do Rio e São Paulo, principalmente, são verdadeiras aulas em que a gente aprende. E digo que não é só mulher sem roupa, são coisas bonitas que a gente vê. Mas não entendo por que no Carnaval, no sábado, no domingo, na segunda, na terça e na quarta, noticia-se no jornal da televisão 80% sobre carnaval e os outros 20% sobre crimes e acidentes que aconteceram no mundo inteiro: descarrilhou um trem na Bélgica, houve um congestionamento de 40 carros nos Estados Unidos, um marido deixou a mulher presa durante 40 horas no Rio Grande do Sul.

Mas por que também não se publica esse outro lado? Por que não se chama a atenção para as pessoas que poderiam ter uma orientação? Aqui, em Brasília, por exemplo: “Ali tem o Rebanhão. Vão ali na igreja tal. Há vários lugares de retiro, de debate, de análise, de interpretação.”

Vejam o meu querido amigo Líder do DEM. Ficou em casa estudando, lendo. Disse que é o primeiro carnaval que passou em Brasília, e ficou em casa lendo, estudando, se preparando. Ele não é de carnaval, não ligou. Mas, talvez, se estivesse assistindo, poderia se lembrar, até participar. Mas ele não podia saber, não podia adivinhar. Não saiu em jornal, não saiu em nenhuma televisão uma notícia nesse sentido.

A mim isso me impressionou muito, me impressionou muito. Aliás, dois a zero para Brasília, para os jovens. Primeiro, quando aconteceu essa questão do Governador, os jovens foram para a rua, invadiram a Câmara Distrital, lotaram a frente, foram para a frente do Tribunal, foram para a frente do Supremo. De cara pintada eles foram para a rua.

Eu sou favorável, Sr. Presidente. Venho daquela época em que esses caras-pintadas derrubaram um regime de cinco generais ditadores. Eu acredito que esses caras-pintadas têm condições de mexer com esta Casa e com as outras Casas deste País.

E a outra foi o Rebanhão. Eu vi milhares, e, naqueles milhares, 90% eram jovens que estavam ali com muita alegria, debatendo, analisando os problemas da vida e da sociedade brasileira.

Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. PSDB – PR)  
– Agradeço, Senador Pedro Simon.

Em seguida, passo a palavra ao Senador Valdir Raupp, como Líder.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, nobre Senador Flávio Arns.

Quero parabenizar o nobre Senador Pedro Simon e estava, ao mesmo tempo, ansioso por causa do tempo, mas atento ao seu sempre brilhante pronunciamento. Tenho um compromisso também com minha esposa de ir à missa hoje e estou aqui olhando o relógio. A missa é às 19 horas, mas vai dar tempo tranqüilo de fazer o meu pronunciamento e ainda ir à missa daqui a pouco.

Mas, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, recente estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o Ipea, que tanto admiramos, informa ser possível zerar a condição de pobreza extrema de cerca de 20 milhões de brasileiros em curto espaço de tempo. Eram 40 milhões até pouco tempo. Hoje são apenas 20 milhões. Mas, 20 milhões é muito ainda para um país que se vangloria de ser a 8<sup>a</sup> economia do mundo e quer chegar à 5<sup>a</sup> economia do mundo até 2020. E ainda temos 20 milhões de brasileiros abaixo da linha de pobreza.

Com efeito, é possível – e plenamente factível – que nos próximos seis anos 10,5% de nossa população, que recebem até 25% de um salário mínimo mensal, fiquem livres dessa terrível situação.

Trata-se, sem dúvida, de notícia auspiciosa, que merece e deve ser comemorada. Ela atesta o acerto das políticas públicas que, especialmente após a promulgação da Constituição de 1988, estão sendo implementadas no País. Com isso, acelera-se o ritmo de queda da pobreza no Brasil, com significativa redução da desigualdade social que, infelizmente, sempre esteve presente em nossa trajetória histórica.

Contudo, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores tenhamos clareza quanto aos limites naturais que se interpõem às políticas públicas de transferência de renda. Por mais meritórias que sejam, e efetivamente o são, tais políticas perdem sua eficácia a partir de determinado momento. É quando se requer dos governos, em todos os níveis, sensibilidade e determinação para tomar decisões que assegurem a sustentabilidade do processo de redução das desigualdades e do fim da miséria extrema.

Eis o ponto a que gostaria de chegar. Dúvida não há: o que confere qualidade ao desenvolvimento – que é a condição essencial para efetiva emancipação das camadas extremamente pobres da população – é a educação. Somente por meio da educação, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores.

O mundo contemporâneo não se cansa de nos oferecer exemplos explícitos a esse respeito. Inexiste caso de nação que tenha alcançado notável nível de desenvolvimento sem que tenha oferecido aos seus filhos um sólido sistema educacional. Mais recentemente, países que se tornaram exemplos emblemáticos de superação, do atraso e da miséria, seja na Ásia ou até mesmo na velha Europa, começaram a vencer o desafio por meio da disseminação da educação de qualidade para todos.

Outro caminho não há para o Brasil. É terrível constatar, por exemplo, que mais de 90% dos pobres brasileiros não conseguiram chegar à derradeira etapa da educação básica, que é o ensino médio. Ora, há óbvia relação entre nível de escolaridade, emprego, salário e qualidade do desenvolvimento econômico. Em outras palavras, quanto maior a escolaridade, melhores serão os salários e mais complexa e sofisticada a economia.

Quem não se lembra da Coréia do Sul, que era um país pobre, subdesenvolvido. Em 30 anos apenas, por meio de investimentos maciços na educação, chegou ao Primeiro Mundo. Assim foi com o Japão também, um pouco antes da Coréia do Sul. Também era um país atrasado e chegou ao topo do mundo, como a segunda economia, perdendo agora para a China, logo abaixo dos Estados Unidos. A China, também, está neste momento fazendo uma verdadeira revolução educacional e científica, assim como a Indonésia, um país abalado por terremotos, que também está hoje ganhando as manchetes da imprensa mundial pelo seu desenvolvimento rápido e acelerado por meio da educação.

Por isso, Sr. Presidente, apelo ao Governo Federal para que se debruce sobre o grave problema da educação brasileira. Considerando que Estados e Municípios já fazem talvez mais do que efetivamente podem, cabe à União assumir um papel central no processo de construção de um sistema educacional de qualidade voltado para todos os brasileiros, sem qualquer forma de exclusão.

Está mais do que provado ser a educação integral o caminho natural e insubstituível para a construção da verdadeira cidadania e para alicerçar o pleno desenvolvimento nacional. Educação integral pressupõe colocar à disposição das crianças, adolescentes e jovens escolas fisicamente bem construídas e conservadas, com adequados equipamentos, laboratórios e bibliotecas, sem falar em condignas instalações para as práticas esportivas.

Cito aqui um exemplo – já lhe concedo um aparte, nobre Senador Adelmir Santana – de um Município do meu Estado, Ariquemes. Lá assumiu a prefeitura, há

cinco anos, um médico, que foi deputado federal por três mandatos: Confúcio Moura. Ele foi eleito e reeleito com 72% dos votos agora na última eleição para prefeito e implantou a educação integral. Está dando um verdadeiro *show* de educação naquela cidade, de educação e cidadania, tanto é que ele é aprovado por 80%, 90% da população do Município e já está pré-lançado como candidato a governador pelo PMDB. Foi aprovado em pré-convenção com mais de dois mil filiados e convencionais no último mês de novembro próximo passado, para ser o pré-candidato a governador do Estado de Rondônia, pelo trabalho que vem fazendo na terceira cidade do meu Estado, Rondônia.

Então, a educação revoluciona. E esse horário integral, nessa escola integral em Ariquemes, implantou programas simples, mas programas que funcionam; banco do povo, instalou um pequeno banco do povo, começou com R\$ 700 mil, hoje já está com mais de R\$2 milhões, já empregou mais de 500 pessoas por meio dos pequenos financiamentos de R\$2 mil, R\$3 mil, para uma micro e pequena empresa, o que está sendo uma verdadeira revolução. O banco de alimentos; casa popular, com fábrica própria da Prefeitura; asfalto pela metade do custo. Ele faz asfalto usinado, com meio-fio, drenagem, sarjeta, de primeira qualidade, a R\$180 mil o quilômetro, quando estão pagando 400 mil por asfalto inferior, de tratamento superficial duplo, pior que o CBUQ. Ele implantou uns dez, doze programas na cidade que estão dando certo.

Concedo um aparte, com muito prazer, ao nobre Senador Adelmir Santana.

**O Sr. Adelmir Santana** (DEM – DF) – Senador Raupp, eu quero me reportar à parte do seu discurso que trata da escola integral. Nós sabemos que há algumas PECs, tanto aqui quanto na Câmara, tratando dessa matéria. O que a gente, realmente, precisa é que haja um compromisso de todos os governantes, em todos os níveis, com relação à educação. Eu mesmo tive a oportunidade de me reportar sobre isso. Fui Relator em uma dessas PECs, a do Senador Cristovam, que trata dessa matéria, e tenho dito sempre que, aliado a essa escola integral, nós não temos que apenas imaginar o uso de todo o tempo do aluno na escola, que é bom – tira-o das ruas, tira-o das famílias que, às vezes, nem tem como acolher ou desenvolver os trabalhos escolares. O mais importante com a escola integral, na minha visão, é a oportunidade da revisão dos conteúdos programáticos, e não apenas de uso do tempo do aluno, para dar ao ensino uma efetiva eficácia. A gente sabe que, em países com menor potencial que o Brasil, antes de chegar à universidade, os alunos são obrigados, por força de lei, a terem conhecimento de mais de uma língua, de duas línguas e até de três

línguas diferentes. No Brasil, poucos conseguem, porque têm outras oportunidades econômicas. A escola pública ou escola de formação inicial não dá essa oportunidade, e estamos em um país que tem um enorme crescimento, por exemplo, na área de turismo, mas que precisa recepcionar bem os turistas que vêm a este País. Falha na área de serviços, porque também há uma falha no processo de educação brasileira. Então, quero me associar as suas colocações em relação à questão do ensino. Muito a propósito esta Casa neste instante está sendo presidida por um Senador focado também nesta matéria, que é o Flávio Arns, que tem preocupação com relação à educação. Acho que em bom momento todos deveríamos endurecer este discurso para transformar a questão da educação em uma prioridade em todos os níveis de Governo – municipal, estadual e federal –, e até mesmo, quem sabe, fazer uma reformulação nesta questão, porque muitas vezes não se sabe de quem é a obrigação, um fica esperando o outro, mas quem sofre é a população brasileira. Meus parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Obrigado a V. Ex<sup>a</sup> pela contribuição. Acho que seria muito justo e coerente, até porque a legislação brasileira proíbe a criança e o adolescente de trabalhar. Já que proíbe trabalhar e a renda das famílias também tem melhorado ultimamente, por que não ficar integralmente na escola, pelo menos até a idade de 14, 15, 16 anos?

Claro que tudo isso custa dinheiro. A questão passa a ser esta: queremos uma Nação pujante, que respeite seus filhos e lhes ofereça condições para uma vida digna? Se esse é o propósito, não há como divagar sobre os custos de um sistema educacional como o que todos os países vitoriosos possuem. Trata-se de uma escolha política, da qual decorrerá o País que queremos.

Universalizar a educação básica de qualidade tem de ser o nosso mote. Agora! Já! Da educação infantil ao ensino médio, passando pelo ensino fundamental, eis a escolaridade a que todo brasileiro precisa de ter acesso e condições para cumprir com eficiência.

Hoje, não mais que um terço dos nossos jovens estão matriculados no ensino médio. Dos que conseguem se matricular, percentual baixíssimo conclui o curso. Eis a realidade que precisa ser urgente e profundamente alterada.

Repito: impossível exigir de Estados e Municípios que se desdobre ainda mais para ampliar sua cota na oferta e no financiamento da educação básica. Daí minha ênfase no apelo ao Governo Federal para que se faça mais presente nesse estratégico setor.

Nobre Senador Eduardo Suplicy, V. Ex<sup>a</sup> gostaria de um aparte? (*Pausa.*) Concedo com prazer, nobre Senador.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Quero ressaltar, prezado Senador Valdir Raupp, a importância da ênfase que V. Ex<sup>a</sup> está colocando nos bons exemplos, como Japão e Coréia do Sul, de como a educação possibilitou o crescimento equilibrado desses respectivos países. Ao final de fevereiro, passei uma semana na Coréia do Sul, em Seul, ali convidado pelo Congresso da rede da Coréia do Sul sobre a Renda Básica e que começa a debater esse tema que para eles passou a ser considerado muito relevante. Eu gostaria de lhe informar que não apenas no Congresso da Renda Básica, mas quatro partidos diferentes pediram para que eu fosse expor a proposição para seus respectivos diretórios; um dos principais partidos, ao comemorar dez anos, me convidou para falar a respeito para dois mil delegados que comemoravam os seus dois mil anos sobre esse tema. Eu já relatei a V. Ex<sup>a</sup>, mas dadas as iniciativas tão interessantes por V. Ex<sup>a</sup> citadas do Prefeito de Ariquemes, eu gostaria de dizer que há um Município no Brasil, Santo Antonio do Pinhal, que resolveu instituir uma experiência inovadora da Renda Básica de Cidadania. Eu me coloco aqui à disposição do Prefeito de Ariquemes para que ele considere realizar também uma experiência pioneira nessa direção. Então eu desejo encaminhar ao Prefeito de Ariquemes depois os documentos, a lei que foi aprovada por consenso na Câmara Municipal e sancionada pelo Prefeito José Augusto de Guarnieri Pereira, eleito em 2004 com 55% dos votos e reeleito em 2008 com 79,06% dos votos; portanto, com uma trajetória semelhante àquela que V. Ex<sup>a</sup> descreveu sobre o Prefeito de Ariquemes. Meus cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Muito obrigado pelo aparte.

Se V. Ex<sup>a</sup> passar às minhas mãos, eu passo imediatamente ao nobre Prefeito Confúcio Moura, que tem uma aliança com o Partido dos Trabalhadores, desde o início do seu primeiro mandato e com outros partidos também.

Imagino, inclusive, Sr. Presidente, a adoção de uma espécie de pacto nacional por meio do qual, por um tempo determinado – talvez duas décadas, 20 anos, ouso propor –, União, Estados e Municípios assumam tarefas, encargos e responsabilidades com o objetivo de permitir que a educação brasileira dê o salto de qualidade de que tanto necessita.

A universidade é importante. As faculdades são importantes, mas podem ser uma consequência. Já melhoraram muito no Brasil. E, com certeza, o aumento

delas será uma consequência do aumento de jovens formados no ensino médio.

Só assim, Sr. Presidente, haveremos de dar sequência e consistência ao meritório trabalho de redução dos absurdos níveis de desigualdade que sempre nos infelicitaram e de eliminação da miséria extrema em nosso País.

É a educação que assegurará a sustentabilidade dessa extraordinária conquista. É ela que nos fará uma Nação moderna, inequivocamente identificada com as exigências do tempo presente. Por isso, meu sincero apelo ao Governo Federal para que invista um pouco mais em educação.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Mantive rigorosamente o tempo concedido.

*Durante o discurso do Sr. Valdir Raupp, o Sr. Flávio Arns, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Adelmir Santana, Suplente de Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Adelmir Santana. DEM – DF.) – Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

Pela ordem de oradores inscritos, passo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, que dispõe de dez minutos regimentalmente.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje, inúmeros Senadores, como Flávio Arns, Romeu Tuma, Pedro Simon, João Pedro e outros, expressaram a importância da Campanha da Fraternidade que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil lança hoje, 17 de fevereiro, e que tem como tema “Economia e Vida”. O objetivo é promover uma economia a serviço da vida, sem exclusões e com vistas a criar uma cultura de solidariedade e paz. O reverendo Luiz Alberto Barbosa, do Conic, informa que “a proposta é trabalhar no conceito de inclusão social em favor de uma economia que gere a vida e não a morte”.

A propósito, gostaria de recomendar os livros de Paul Davidson e Greg Davidson, **Economics for a Civilized Society**, a Economia para uma Sociedade Civilizada, de 1988, e de Amartya Sen, **Development as Freedom**, de 1999, traduzido para o português **Desenvolvimento como Liberdade**, Companhia das Letras, de 2000, os quais me levaram a oferecer a disciplina que leciono na Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, que tem como tema os instrumentos de política econômica para construção de uma sociedade civilizada e justa.

Como construir uma sociedade civilizada? Como caminhar na direção de uma sociedade mais justa? Ao escolher os instrumentos de política econômica devemos levar em conta os valores que não sejam

simplesmente a busca do interesse próprio, de se levar vantagem em tudo, mesmo que pisoteando o próximo. É claro que todos desejamos progredir, mas devemos também considerar aqueles outros valores que são próprios dos seres humanos, como a busca da verdade, da ética, a solidariedade, a fraternidade, a justiça, a equidade, a eficiência, a liberdade e a democracia.

E quais são os instrumentos de política econômica e pública que são compatíveis com esses valores? Por exemplo, a universalização da boa educação para todos – para as crianças, os jovens e os adultos que não tiveram oportunidade de estudar na infância – e a universalização da assistência à saúde. Num país com tamanha disparidade de renda e de riqueza, também são necessárias a reforma agrária, o estímulo às formas cooperativas de produção, a expansão do microcrédito – acesso a pequenas somas a taxas de juros razoáveis –, o orçamento participativo, em que a comunidade decide o destino do dinheiro público, e a renda básica de cidadania, que é o direito de todas as pessoas participarem da riqueza da Nação através de uma renda, na medida do possível, suficiente para atender às necessidades vitais de cada um, de maneira incondicional. Ao colocarmos em prática esses instrumentos, colocaremos a economia em favor da vida.

Saliente que, neste ano, o Conic lança a Campanha da Fraternidade de maneira ecumênica. O objetivo da Campanha da Fraternidade de 2010 é unir as igrejas cristãs e principalmente a nossa sociedade, que é formada por pessoas de boa vontade, na promoção de uma economia a serviço da vida sem exclusões, criando uma cultura de solidariedade e trazendo paz, conforme menciona o reverendo Luiz Alberto, da Igreja Anglicana.

O Secretário do Conic informa que o tema da Campanha da Fraternidade 2010 foi escolhido a partir das sugestões nascidas da consciência cristã das igrejas-membros do Conic. São estas: a Igreja Católica Apostólica Romana, a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, a Igreja Sirian Ortodoxa de Antioquia e a Igreja Presbiteriana Unida, além da CNBB, da Igreja Católica. A CNBB, inclusive, já definiu o tema para a Campanha da Fraternidade de 2011 – “Fraternidade e a Vida no Planeta” – e como lema “A criação geme em dores de parto”.

Sr. Presidente, hoje, ao fazer uma leitura da **Revista Piauí** nº 41, deparei-me com um texto que avalio ser de notável beleza: *Fusão Invencível*, escrito pela jornalista Dorrit Harazim, uma das principais colaboradoras da Piauí.

E eu quero completar o meu pronunciamento sobre a Campanha da Fraternidade com esta homenagem a D. Zilda Arns, que, segundo aqui diz Dorrit: “Até o fim da vida ela cantou e rezou em alemão, mas aprendeu a dançar forró e comer macaxeira no café da manhã”.

Eis o texto:

“Observar Zilda Arns fazer as malas e partir em viagem era uma aula de ‘eficiência máxima com risco mínimo’. Bastava observar o minimalismo com que executava a tarefa para entender por que a pantagruélica Pastoral da Criança nunca saiu dos trilhos. Criação e criatura se espelhavam numa mesma cartilha: ‘Pensar e planejar é ótimo, mas o importante é fazer e resolver’.

Um dos quartos do apartamento de Zilda Arns em Curitiba era reservado ao material necessário para a sua vida pública. O armário embutido tinha roupas, sapatos e adereços de uso apenas para viagem de agenda profissional. A cama servia para espalhar e organizar itens que precisavam caber na bagagem. ‘Quando eu entro aqui, não desmobilizo a cabeça’, explicava. ‘Mas, quando estou no meu quarto, faço questão de me sentir completamente livre, só comigo mesma. Nele não quer saber de serviço. Nem a minha bolsa eu quero ver na minha frente’.

O primeiro evento de uma viagem seria em estúdio de televisão? Sapecava logo um broche da Pastoral na lapela do traje que iria usar. Para homenagens em cidades múltiplas levava um só conjunto coringa: blazer (tubinho básico, sapato de salto sensato). Já em caso de eventos múltiplos numa mesma localidade, escolhia peças avulsas intercambiáveis. Item obrigatório para missões de muito bate-perna: o par de chinelos dobráveis acondicionado em saquinho próprio, cortesia de uma empresa aérea.

Sua mala preferida, apesar de compacta, permitia acondicionar vestidos e jaquetas com uma única dobra, em vez de duas.

‘Assim amassa menos e dispensa ser passado a ferro na chegada’, esclarecia, satisfeita. Com o tempo, e a milhagem crescente, elaborou uma lista de hotéis brasileiros que não cobram serviço de passageira. Sua técnica de dobrar peças mantendo colarinhos e mangas lisinhos merecia ser patenteada.

Foram pelo menos vinte anos com uma média de 45 viagens por semestre, e apenas três extravios de bagagem. Um deles, em 1994, roubou-lhe a elogiada serenidade, face neutra que disfarçava a sua tenacidade. Ao desembarcar em Washington, numa manhã de sábado, para receber prêmio internacional da Organização Pan-americana da Saúde, a mala com a ‘roupa chique’ tinha sumido. Foi a um supermercado comprar uma blusinha enquanto esperava a mala que nunca veio. Por isso, a homenageada da soirée subiu ao pódio vestindo blusinha de supermercado. Aprendeu a lição: a bagagem de mão, até então, reservada para materiais de trabalho (‘a única coisa que não pode extraviar nunca’) passou a abrigar também uma muda de roupa multiuso, zipada em plástico.

Poucas são as mulheres que encarariam com naturalidade uma viagem Curitiba-Timor Leste nos moldes do périplo realizado pela médica sanitária Zilda Arns, aos 66 anos de idade. À época, o Brasil ajudava a reconstrução da ex-colônia portuguesa, devastada pela guerra, e a implantação da Pastoral da Criança fazia parte da empreitada. Embora integrasse a comitiva do Presidente Fernando Henrique Cardoso, a Dr<sup>a</sup> Zilda Arns partiu em vôo comercial, enquanto a caravana oficial seguiu no avião presidencial.

Chegou para o embarque com uma bagagem de 90 quilos. Para uma viagem que a levaria a três continentes, seus pertences pessoais ocupavam apenas uma malta pequena.

O restante do excesso de peso estava tomado por material didático, dez balanças de pesar crianças e mil colheres de medição do soro caseiro. Na bagagem de mão, acrescida de duas sacolas, a pediatra acomodou camisetas com o emblema da Pastoral e material de treinamento de parteiras leigas. ‘Assim, pelo menos, garanti o serviço’, explicou na volta. ‘Eu quis levar o máximo possível comigo, porque, a posterior, tudo seria mais complicado pela distância e difícil comunicação’. Para um dos cinco filhos, Nelson Arns Neumann, à época epidemiologista e até hoje coordenador-adjunto da Pastoral, nenhuma novidade. ‘Com a mãe nada fica para depois, e infeliz daquele que vier com relatos de dificuldades’, comentou.

Ao desembarcar em Díli, capital do Timor Leste, Zilda Arns tinha lido o suficiente – e um pouco mais – sobre o país cuja população equivalia à metade do número de crianças brasileiras acompanhadas mensalmente pela Pastoral: 1,6 milhão. Ela estava pronta para dar palestras, explicar, perguntar e ouvir. Sabia que apenas 20% dos timorenses falavam português, que o indonésio e o inglês continuavam sendo idiomas de negócios, e que as palestras dos brasileiros seriam traduzidas para o tétum, a língua nacional da jovem nação. Durante a estadia, fez anotações de tudo que julgou útil ou pertinente.

Na viagem de retorno, atravessou vários fusos horários e incluiu escalas com reuniões em Jacarta, na Indonésia, e Cidade do Cabo, na África do Sul, até cruzar o Atlântico e pousar em Brasília – onde pegou a conexão para Curitiba. Ao todo, Zilda Arns ficou socada dentro de um avião três dias.

Na manhã seguinte,...

*(Interrupção do som)*

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – ...uma quinta-feira, dava expediente na sede da entidade, no bairro de Mercês. E no fim de semana escreveu um relatório de dez páginas intitulado ‘Memória de minha viagem ao Timor Leste na comitiva presidencial do Senhor Presidente da República Fernando Henrique Cardoso’. Para quê? ‘Ora, para que a memória seja guardada’, respondeu, surpresa com pergunta tão óbvia. É Pouco provável que outro integrante da comitiva tenha produzido tão rápido um texto tão informativo – se é que alguém escreveu algo.

O vôo rasante de Zilda Arns sobre Díli gerou resultado imediato também para a Pastoral. Passada uma semana, a sergipana Ana Ruth Góes, graduada em obstetrícia e pediatria, e coordenadora estadual da entidade, recebeu um telefonema de Curitiba. A Dr<sup>a</sup> Zilda queria saber se ela aceitava implantar a Pastoral em Timor Leste. ‘Precisamos capacitar umas trinta agentes, além de formar algumas lideranças’, indagou e comunicou.

Feito. Em julho do mesmo ano, Ana Ruth, irmã Maria de Lourdes Mattiello e Odete Dorigon embarcavam para uma estadia de três meses no outro lado do mundo. O Timor Leste

tornava-se o 13º país para onde o Brasil exportava o que tinha de melhor.

A morte de Zilda Arns aos 75 anos no interior da Igreja Sacré Couer, em Porto Príncipe, tragada pelo terremoto que destruiu o Haiti, foi uma fatalidade dupla. Até poucos anos atrás, este período do ano estaria blindado com sua agenda, inapelavelmente reservado ao convívio com os filhos, netos e, sobretudo, os irmãos ainda vivos. O tempo entre a semana de Natal e meados de janeiro era sagrado: as três gerações se reuniam, ora na chácara da família, a 40 quilômetros de Curitiba, ora na casa de praia da ainda rústica Betaras, no litoral paranaense.

Com a morte de Heriberto (frei Crisóstomo), o reverenciado primogênito dos treze irmãos Arns (sete mulheres e seis homens), e a fragilidade física do irmão número cinco, Paulo (dom Paulo Evaristo, arcebispo emérito de São Paulo), a alegre rotina ficou mais flexível. Deixou de ser impedimento ao embarque rumo ao Haiti.

Penúltima na escadinha de filhos do patriarca e fundador da cidade catarinense de Forquilha, Zilda foi amamentada até os 3 anos de idade. As duas tranças loiríssimas que usou até os 18 anos, a covinha acentuada na bochecha esquerda, o par de olhos azul-faixa valeram-lhe um apelido familiar que os irmãos, mesmo quando já octogenários, jamais aposentaram: Tipsi, a bonequinha.

Sr. Presidente, Senador Adelmir Santana, aqui está a Tipsi aos 18 anos, D. Zilda Arns, com suas tranças tão bonitas.

Tipsi cresceu segundo o receituário de vida naquela colônia de assentados, onde crianças trabalhavam na roça desde cedo. Com 8 anos, Heriberto, o primogênito, já encarava sozinho 18 quilômetros a cavalo entre Criciúma e Forquilha, com parada para um único pão no meio do caminho. As meninas Arns trabalharam na olaria a partir dos 5 anos. ‘Criança forma o caráter através do trabalho, da realidade nua e crua’, assegurava o mesmo Heriberto, que se tornara frade franciscano e conceituado educador. ‘O trabalho foi formador para nossa geração. Quem se acostuma a ele entende melhor o progresso, cujas leis estão no sangue, no cérebro, na alma de um

povo. No nosso tempo não havia tevê, nem rádio havia’.

O que havia, toda noite, era a reza do terço. ‘Ficávamos, todos os treze irmãos, enfileirados no quarto da mãe – e de joelhos, viu?’, contava Zilda. Depois cantava-se. ‘Minha mãe tinha uma voz lindíssima. Também tocava um pouco de violino, gaitinha de boca e adorava dançar’. Sete décadas depois, em tardes de verão na chácara, Zilda e os irmãos ainda podiam ser vistos entoando canções alemãs a quatro vozes durante caminhadas.

Pela cartilha desses colonos que cravaram enxada no Sul do Brasil, a vida se balizava em quatro eixos: fé, família, trabalho e estudo. A primeira construção em Forquilha; antes de qualquer casa, foi uma igreja. A segunda, uma escola. Quando Zilda e seus irmãos cresceram além do potencial local, o pai, que tinha apenas dois anos de escolaridade formal, despachou todos os filhos para estudar em Curitiba. Ele mesmo ergueu naquela cidade a casa onde os filhos morariam sozinhos – irmãos homens de um lado do corredor, as meninas do outro.

Todos dividiam o serviço doméstico com Típsi, encarregada de cozinhar nos finais de semana e encerrar parte da casa. As nove e meia em ponto, todos se aprontavam para dormir. “Quando chovia, a gente levava sapato e meia limpos numa sacola de pano, e calçava sapato de andar em barro até perto da escola”, gostava de lembrar a Dr<sup>a</sup> Zilda. “Depois, trocava um pelo outro para poder entrar com o uniforme impecável, senão tinha de voltar para casa. A disciplina fazia parte da cultura e quando faz parte da cultura não machuca, não é?”

Ela demonstrou, ao longo da vida, ter razão. Ergueu a maior teia de ação social que o Brasil já conheceu sem que, em 27 anos de existência, tenha surgido uma única suspeita de desvio de verba. Lia da primeira à última linha tudo o que assinava, e relia em caso de alguma alteração, mesmo mínima. Apensar de, estatutariamente, poder fazê-lo, nunca assinava cheques da Pastoral sozinha. “Para dar o exemplo”, explicava. A entidade sempre funcionou com mordomia zero – nem carros, motorista, aluguel de jatinhos, nem cargos comissionados.

Aprendeu a lidar com a cultura de Brasília. “Há anos observo que é melhor somar esforços com o governo nos objetivos que nos são comuns”, disse. “Mas também sei que é melhor não procurar gabinetes nos primeiros meses de poder. O titular, quando assume, pensa que ele pode tudo por estar no cargo, e só percebe com o tempo que a máquina está enferrujada. É então que vale a pena a gente voltar lá – já nos olham com mais humildade e procuram entender melhor.”

Teve paciência infinita com o bloco de feministas consagradas de esquerda desnorreadas pela eficácia e impacto social da Pastoral. “Odeio comitês estéreis”, comentou tempos atrás. “Mas bater boca é bobagem, não leva a nada. Eu, em 41 anos de administração, só perdi a paciência umas três vezes, porque, realmente, me provocaram até o fim. E as três vezes me arrependi.”

A vida e obra de Zilda Arns....

E concluirei em breve, Sr. Presidente, já estou no último parágrafo.

A vida e obra de Zilda Arns resultaram do encontro dessa descendente de alemães fugidos da fome no século XIX com o Brasil desnutrido dos séculos XX e XXI. Nessa fusão, ambos foram muito além do imaginado. Quanto ao Haiti, o país perdeu, além de tudo o mais, a chance de ter o destino de suas crianças melhorado.

Tenho certeza de que o exemplo de Zilda Arns frutificará, e muito, não apenas no Haiti e no Timor Leste, mas em especial em nosso Brasil, pois o seu exemplo de vida é algo que a todos nos alegra, pois os seus exemplos aqui retratados de maneira tão bela pela Dorrit Arazim fazem com que possamos recomendar esse bonito texto sobre a vida da Dr<sup>a</sup> Zilda Arns. Tem muito a ver com a campanha da fraternidade “Economia de Justiça.”

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Adelmir Santana. DEM – DF) – Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Suplicy. Essa campanha vem a propósito do arcabouço, que também votamos aqui, sobre o empreendedor individual, que foi uma participação do Congresso para facilitar a inclusão de pessoas que efetivamente tenham vocação para as atividades econômicas.

Então, Senador Flexa Ribeiro, quer fazer uso da palavra? (*Pausa.*)

Como último orador inscrito, inscreve-se agora o Senador Flexa Ribeiro, a quem concedo a palavra por dez minutos.

Para que o Senador Flexa faça uso da palavra, vamos prorrogar a sessão por dez minutos.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

**DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO NA SESSÃO DO DIA 17 DE FEVEREIRO DE 2010, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

**O SR. PRESIDENTE** (Adelmir Santana. DEM – DF) – Parabenizo V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Adelmir Santana. DEM – DF) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que constará da pauta da sessão ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas, a seguinte

## ORDEM DO DIA

1

### MEDIDA PROVISÓRIA Nº 469, DE 2009

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 469, de 2009, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Saúde e dos Transportes, no valor global de dois bilhões, cento e sessenta e oito milhões, cento e setenta e dois mil reais, para os fins que especifica.*

(Lida no Senado Federal no dia 22–12–2009)

Relator revisor: Senador Geovani Borges

(Sobrestando a pauta a partir de: 20–11–2009)

Prazo final prorrogado: 15.03.2010

2

### PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 18, DE 2009

(Proveniente da Medida Provisória nº 470, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2009, que *constitui fonte adicional de recursos para ampliação de limites operacionais da Caixa Econômica Federal; altera a Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 470, de 2009).*

(Lida no Senado Federal no dia 22–12–2009)

Relator revisor: Senador Gim Argello  
(Sobrestando a pauta a partir de: 28–11–2009)

Prazo final prorrogado: 23.03.2010

3

### MEDIDA PROVISÓRIA Nº 471, DE 2009

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 471, de 2009, que *altera as Leis nºs 9.440, de 14 de março de 1997, e 9.826, de 23 de agosto de 1999, que estabelecem incentivos fiscais para o desenvolvimento regional.*

(Lida no Senado Federal no dia 22–12–2009)

Relator revisor: Senador César Borges

(Sobrestando a pauta a partir de: 17–2–2010)

Prazo final: 3–3–2010

4

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 280, DE 2009 (Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 280, de 2009 (nº 5.395/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação de docentes para atuar na educação básica, e dá outras providências.*

Dependendo de Parecer da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Sobrestando a pauta a partir de 19–12–2009).

5

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 28, DE 2009

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2009 (nº 413/2005, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Antonio Carlos Biscaia), que *dá nova redação ao § 6º do art. 226 da Constituição Federal, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimindo o requisito de prévia separação judicial por mais de um ano ou de comprovada separação de fato por mais de dois anos.*

Parecer favorável, sob nº 863, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

6

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pro-

nunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de Subemenda que apresenta.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 51, DE 2003**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que *dá nova redação ao § 4º do art. 225 da Constituição Federal, para incluir o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional.*

Parecer favorável, sob nº 269, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 19, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que *acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior.*

Parecer favorável sob nº 850, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 100, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 100, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *dá nova redação às alíneas b e c do inciso XXIII do art. 21 da Constituição Federal, para autorizar a produção, a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e uso médicos.*

Parecer favorável, sob nº 1.105, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges.

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 42, DE 2008**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2008 (nº

138/2003, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Sandes Júnior), que *altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227 (dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude).*

Parecer sob nº 297, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Expedito Júnior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, de redação, que apresenta.

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 89, DE 2003**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Ideli Salvatti, que *dá nova redação aos arts. 93 e 95 da Constituição Federal, para impedir a utilização da aposentadoria dos magistrados como medida disciplinar e permitir a perda de cargo, nos casos que estabelece.*

Parecer sob nº 2.303, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 32, DE 2008**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2008, tendo como primeira signatária a Senadora Patrícia Saboya, que *altera o § 4º do art. 225 da Constituição Federal para incluir a caatinga entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional.*

Parecer favorável, sob nº 1.217, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

13

**SUBSTITUTIVO AO  
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, DE 2001**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2001 (nº 4.594/94, na Casa de origem, do Deputado Paulo Paim), que *altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que "dispõe sobre as condições para a promoção, proteção*

*e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências”, para determinar que o atendimento de urgências e emergências médicas, no âmbito do Sistema Único de Saúde, seja prestado pela iniciativa privada, mediante ressarcimento, nos casos em que as disponibilidades do Sistema forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial.*

Parecer sob nº 2.290, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

**14**

**SUBSTITUTIVO AO  
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2002**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2002 (nº 1.670/99, na Casa de origem, do Deputado Carlito Merss), que *proíbe a utilização do jateamento de areia a seco.*

Parecer sob nº 2.289, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

**15**

**SUBSTITUTIVO AO  
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 116, DE 2006**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2006 (nº 557/2003, na Casa de origem, do Deputado João Herrmann Neto), que *altera a Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995, para determinar a publicidade dos valores revertidos ao Fundo Nacional de que trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.*

Parecer sob nº 2.287, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

**16**

**SUBSTITUTIVO AO  
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, DE 2007**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2007 (nº 3.688/2000, na Casa de origem, do Deputado José Carlos Elias), que *dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.*

Parecer sob nº 2.291, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

**17**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 95, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2003 (nº 2.961/2000, na Casa de origem), que *extingue as listas tríplices do processo de escolha dos dirigentes universitários regulado pela Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995.*

Parecer sob nº 2.066, de 2005, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

**18**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2006 (nº 1.244/2003, na Casa de origem, do Deputado João Alfredo), que *altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (substitui a expressão “medida sócio-educativa” pela “medida psicossocioeducativa”).*

Parecer sob nº 1.480, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Efraim Morais, favorável, com a Emenda no 1-CCJ, de redação, que apresenta.

**19**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2008 (nº 108/2007, na Casa de origem, da Deputada Solange Amaral), que *altera o inciso II do caput do art. 1.641 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil (é obrigatório o regime de separação de bens no casamento de pessoa maior de 70 anos).*

Parecer sob nº 1.392, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

**20**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não*

*quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Inácio Arruda.

## 21

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2008 (nº 799/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que *revoga o art. 508 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (revoga o artigo que permite a rescisão de contrato de trabalho, por justa causa, do empregado bancário inadimplente).*

Parecer favorável, sob nº 1.649, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim.

## 22

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2008 (nº 2.347/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), que *dispõe sobre o dever de notificação em caso de necessidade de ações preventivas, de socorro, assistenciais ou recuperativas na área de defesa civil e dá outras providências.*

Parecer sob nº 1.901, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Marconi Perillo, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

## 23

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2008 (nº 1.871/2007, na Casa de origem, do Deputado Edinho Bez), que *inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica.*

Parecer sob nº 1.229, de 2008, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável nos termos da Emenda nº 1-CI (Substitutivo), que oferece.

## 24

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2008 (nº 1.309/2007, na Casa de origem, do Deputado Eliene Lima),

que *acresce o § 3º ao art. 974 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. (Dispõe sobre o registro de contratos e alterações contratuais de sociedade que seja integrada por sócio incapaz).*

Parecer favorável, sob nº 1.481, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Efraim Morais.

## 25

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 107, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2008 (nº 2.093/2003, na Casa de origem, do Deputado Júlio Delgado), que *dispõe sobre a advertência em rótulos de alimentos e bulas de medicamentos que contêm fenilalanina.*

Parecer sob nº 1.881, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

## 26

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 143, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2008 (nº 388/2003, na Casa de origem, do Deputado Maurício Rabelo), que *altera a redação do art. 70 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor (inclui a substituição ou retirada de peças e componentes, sem autorização do consumidor no fornecimento de serviços).*

Pareceres sob nºs 1.269 e 1.270, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta; e

– da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável ao Projeto e as emendas oferecidas pela CCJ.

## 27

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 150, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 150, de 2008 (nº 129/2007, na Casa de origem, do Deputado Vanderlei Macris), que altera o inciso I do caput do art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que *dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para reservar aos idosos pelo menos três por cen-*

*to das unidades residenciais em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos.*

Pareceres sob nºs 1.107 e 1.917, de 2009, das Comissões

– de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Paulo Paim, favorável; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Efraim Morais, pela rejeição (em audiência, nos termos do Requerimento nº 635, de 2009).

### 28

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 152, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 152, de 2008 (nº 1.890/2007, na Casa de origem, do Deputado Mauro Nazif), que *acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social.*

Parecer favorável, sob nº 582, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

### 29

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 156, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 2008 (nº 7.343/2006, na Casa de origem, do Deputado Tarcísio Zimmermann), que *altera o art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, para garantir a prioridade dos idosos na aquisição de unidades residenciais térreas, nos programas nele mencionados.*

Pareceres favoráveis, sob nº 67 e 1.593, de 2009, das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns; e de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim (em audiência, nos termos do Requerimento nº 636, de 2009).

### 30

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 158, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 158, de 2008 (nº 843/2007, na Casa de origem, do Deputado Daniel Almeida), que *altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de permitir a ausência ao serviço para realização de exame preventivo de câncer.*

Parecer sob nº 1.650, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora *ad hoc*:

Senadora Fátima Cleide, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta.

### 31

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 173, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 173, de 2008 (nº 1.036/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que *institui o exercício da profissão de Instrutor de Trânsito.*

Parecer favorável, sob nº 1.429, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

### 32

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 182, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 182, de 2008 (nº 371/99, na Casa de origem, do Deputado Enio Bacci), que *altera o art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (dispõe sobre o direito de arrependimento do consumidor).*

Parecer favorável, sob nº 706, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Leomar Quintanilha.

### 33

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 187, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 187, de 2008 (nº 1.681/1999, na Casa de origem, do Deputado Arnaldo Faria de Sá), que *regula o exercício da profissão de Técnico em Imobilização Ortopédica e dá outras providências.*

Parecer sob nº 1.430, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Renato Casagrande, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

### 34

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 194, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 194, de 2008 (nº 612/2003, na Casa de origem, do Deputado Ricardo Izar), que *altera o art. 18 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras providências, para permitir que farmácias e drogarias disponibilizem serviços de aferição da pressão arterial.*

Parecer sob nº 1.916, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, que apresenta.

35

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2009 (nº 1.273/2007, na Casa de origem, do Deputado Alexandre Silveira), que *inclui as vacinas contra hepatite A, meningocócica conjugada C, pneumocócica conjugada sete valente, varicela e pneumococo no Calendário Básico de Vacinação da Criança*.

Parecer favorável, sob nº 1.431, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa.

36

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2009 (nº 1.128/2003, na Casa de origem, do Deputado Carlos Abicalil), que *dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Saúde Vocal do Professor da rede pública de ensino e dá outras providências*.

Pareceres sob nºs 1.907 e 1.908, de 2009, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CE, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CE/CAS, e Subemenda nº1 CAS à Emenda nº 3-CE.

37

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2009 (nº 6.171/2005, na Casa de origem, do Deputado Celso Ruscimanno), que *acrescenta parágrafos ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para garantir ao consumidor o exame dos produtos adquiridos*.

Parecer favorável, sob nº 707, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro.

38

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2009 (nº 6.244/2005, na Casa de origem, da Deputada Sandra Rosado), que *fixa critério para instituição de datas comemorativas*.

Parecer favorável, sob nº 1.057, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cristovam Buarque.

39

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 191, DE 2009

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 18, de 2009)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 191, de 2009 (nº 3.620/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação ao inciso XI do art. 29 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, para alterar a estrutura básica do Ministério do Esporte (cria uma Secretaria no Ministério do Esporte)*.

Parecer favorável, sob nº 2.066, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá.

40

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 77, DE 2007

*(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)*

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 77, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 3, de 2007-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Senador João Ribeiro), que *aprova as contas do Governo Federal, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, da Justiça do Trabalho, do Conselho da Justiça Federal e da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, da Justiça Eleitoral, da Justiça Militar, da Justiça do Distrito Federal e Territórios e do Ministério Público da União, relativas ao exercício de 2003*.

41

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 60, DE 2009***(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143  
do Regimento Comum)*

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 60, de 2009 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1, de 2009-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Senador Gim Argello), que *aprova as Contas do Governo Federal relativas ao Exercício de 2004*.

42

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006***(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143  
do Regimento Comum)*

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito)*.

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição e Justiça (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

43

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 118, DE 2004***(Incluído em Ordem do Dia, nos termos  
do Recurso nº 11, de 2009)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2004, de autoria do Senador Hélio Costa, que *acrescenta o inciso IV ao § 4º, do art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar aulas presenciais e periódicas nos cursos de educação à distância*.

Parecer sob nº 1.451, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Marco Maciel, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

44

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004***(Incluído em Ordem do Dia nos termos  
do Recurso nº 5, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional*.

Pareceres sob nºs 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “*ad hoc*”: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto, em turno único, perante a Comissão): favorável, nos termos de emenda substitutiva, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas, apresentadas ao Substitutivo, no turno suplementar, perante a Comissão): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

45

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 124, DE 2005***(Incluído em Ordem do Dia nos termos  
do Recurso nº 8, de 2006)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2005, de autoria da Senador Papaléo Paes, que *altera o art. 2º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências, para tipificar a venda desses produtos como crime punível com penas equivalentes às do tráfico ilícito de substância entorpecente*.

Pareceres sob nºs 418, de 2006, e 795, de 2009, das Comissões

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Augusto Botelho, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira, favorável, nos termos do Substitutivo, oferecido pela Comissão de Assuntos Sociais.

46

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 202, DE 2005***(Incluído em Ordem do Dia, nos termos  
do Recurso nº 7, de 2009)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que *altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade*.

Pareceres sob nºs 1.302 e 2.226, de 2009, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relatora: Senadora Kátia Abreu, 1º pronunciamento (sobre o projeto): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CRA (Substitutivo) que oferece; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nºs 2 e 3, de Plenário): contrário, com voto em separado do Senador Sadi Cassol.

## 47

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, DE 2005  
COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que *altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

## 48

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175, DE 2003  
COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2003-Complemen-

tar, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que *altera o art. 1º, inciso I, alínea “g” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que dispõe sobre inelegibilidade cominada aos que tiveram suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas pelo órgão competente.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

## 49

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 316, DE 2004 –  
COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2004-Complementar, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que *acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei das Inelegibilidades), para declarar a inelegibilidade, em quaisquer outros Municípios do mesmo Estado, dos que tenham sido reeleitos Prefeitos na eleição imediatamente anterior.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

### 50

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 341, DE 2004 COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que *acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para estabelecer que os Chefes do Poder Executivo e respectivos Vices devem se licenciar para concorrer à reeleição.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

### 51

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 266, DE 2005 COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2005-Complementar,

de autoria do Senador Alvaro Dias, que *acrescenta a alínea “j” ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subseqüentes, do ocupante de cargo público que a ele renuncie.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

### 52

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 269, DE 2005 COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 269, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Peres, que *acrescenta a alínea j ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subseqüentes, do parlamentar que renuncie ao mandato e do chefe do Poder Executivo que, réu de processo crime de responsabilidade, renuncie ao cargo.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

### 53

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 274, DE 2005 COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Tião Viana, que *altera a Lei Complementar nº 64 de 19 de maio de 1990, para acrescentar nova hipótese de inelegibilidade quando houver renúncia ao mandato parlamentar.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

### 54

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 313, DE 2005 COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon que *acrescenta a alínea “j” ao inciso I do art.*

*1º e dá nova redação à alínea “d” do inciso I do art. 1º e ao inciso XIV, do art. 22, da Lei Complementar nº 64, de 1990.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

### 55

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 363, DE 2005 COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 363, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Peres, que *altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, alterando prazo de cessação de inelegibilidade de magistrados.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que ofe-

rece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

56

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 381, DE 2005  
COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 381, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon que *acresce parágrafo único ao art. 15 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, (dispõe sobre casos de inelegibilidade).*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

57

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, DE 2006  
COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que *altera a redação do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio*

*de 1990, para determinar a inelegibilidade de candidato condenado por compra de voto.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

58

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 231, DE 2006  
COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Romeu Tuma, que *altera a redação da alínea “g” do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para impedir que a mera propositura de ação judicial que vise desconstituir a decisão que rejeitou as contas de agente público suspenda sua inelegibilidade.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos

da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

### 59

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 261, DE 2006 COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 261, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Péres, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para estabelecer a inelegibilidade de condenados ou processados por crime contra a administração pública.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

### 60

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 265, DE 2007 COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Epiácio Cafeteira, que acrescenta parágrafos ao art. 1º da Lei

*Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegível o candidato que tenha parentes ocupantes de cargos comissionados, na mesma circunscrição e estender aos parentes próximos as condições de inelegibilidade aplicáveis aos agentes políticos.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

### 61

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 684, DE 2007 COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 684, de 2007-Complementar, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que acrescenta alínea ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegíveis os apresentadores, locutores e comentaristas de programas de rádio ou televisão que não se afastarem de suas funções até um ano antes do pleito, e proibir detentores de mandatos eletivos de exercer essas atividades.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes

Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

## 62

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 17, DE 2008 COMPLEMENTAR

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidades, prazo de cessação e determina outras providências.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

## 63

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 84, DE 2008 COMPLEMENTAR

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003 – Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que acrescenta alínea “j” ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de

1990, para determinar a inelegibilidade de candidato que responda a processo judicial.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

## 64

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 184, DE 2008 COMPLEMENTAR

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004 – Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005 – Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007 – Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008 – Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Valter Pereira, que altera a alínea “g” do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para condicionar a suspensão da inelegibilidade ao ajuizamento, no prazo de três meses da decisão administrativa irrecorrível do órgão competente para rejeição das contas, de ação que questione a legalidade dessa deliberação.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes

Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

65

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, DE 2008**

**(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684 de 2007-Complementares; e 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que *altera a Lei nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para tornar inelegível agente público denunciado por envolvimento com prostituição infantil.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

66

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 236, DE 2008 COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003 - Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007 - Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008 - Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Eptácio Cafeteira,

que *altera a redação da alínea “b” do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para fazer constar que a contagem do prazo de inelegibilidade do dispositivo em questão é contado a partir da perda do mandato eletivo.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

67

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 249, DE 2008 COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003 – Complementar; 316 e 341, de 2004 – Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005 – Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007 – Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008 – Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que *altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade dos que foram condenados pela prática dos crimes que especifica, por improbidade administrativa e para determinar a preferência no julgamento dos processos respectivos.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

**68**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2007**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 1, de 2009)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2007, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que *altera a Lei nº 9.394, de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da Libras na educação infantil e no ensino fundamental.*

Pareceres sob nºs 1.276 e 2.340, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que apresenta; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nº 2 e 3-Plen): Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável à Emenda nº 2-Plen, e pela aprovação da Emenda nº 3-Plen, na forma de subemenda que apresenta.

**69**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 117, DE 2007**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 19, de 2009)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2007, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que *altera o art. 22 da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, para limitar as exigências das instituições financeiras na concessão de financiamentos habitacionais de interesse social.*

Pareceres sob nºs 2.059 e 2.060, de 2009, das Comissões:

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, contrário; e

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antonio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; com abstenção do Senador Antonio Carlos Valadares.

**70**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007  
COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

**71**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, DE 2007**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 17, de 2009)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2007, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que *altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para prever o exame criminológico para progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena.*

Parecer sob nº 2.013, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antônio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

**72**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 441, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.135, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns), que *altera o art. 30 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994 (Lei dos Cartórios), para incluir, entre os deveres dos notários e oficiais de registro, o encaminhamento de relatório pertinente ao quantitativo de emolumentos recebidos no exercício anterior à corregedoria do tribunal.*

Parecer favorável, sob nº 729, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Renato Casagrande.

73

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2009, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que *acrescenta inciso VI ao art. 7º da Lei nº 6.815, de 9 de agosto de 1980, para vedar a concessão de visto ao estrangeiro indiciado em outro país pela prática de crime contra a liberdade sexual ou o correspondente ao descrito nos arts. 240 e 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.*

Parecer favorável, sob nº 1.393, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

74

**REQUERIMENTO Nº 1.094, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.094, de 2009, do Senador Paulo Paim, *solicitando o desapensamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, das Propostas de Emenda à Constituição nºs 38, de 2004, e 86, de 2007, a fim de que tenha tramitação autônoma (voto secreto).*

75

**REQUERIMENTO Nº 1.238, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.238, de 2009, do Senador Romero Jucá, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 232, de 2006, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.*

76

**REQUERIMENTO Nº 1.239, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.239, de 2009, do Senador Romero Jucá, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 685, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.*

77

**REQUERIMENTO Nº 1.276, DE 2009**

*(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 222 do Regimento Interno)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.276, de 2009, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, so-

*licitando seja apresentado voto de censura e repúdio ao cerco militar à Embaixada do Brasil em Tegucigalpa e à repressão do governo golpista contra as manifestações pacíficas dos partidários do governante legítimo de Honduras, Manuel Zelaya.*

Parecer nº 1.636, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em reexame, favorável, nos termos do texto que apresenta.

78

**REQUERIMENTO Nº 1.313, DE 2009**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.313, de 2009, do Senador Flávio Arns, *solicitando voto de rejúbilo ao embaixador da República Federal da Alemanha no Brasil, e ao Instituto Goethe de Curitiba, por ocasião do centésimo octogésimo aniversário da primeira imigração alemã recebida no Estado do Paraná, comemorado em 30 de setembro de 2009.*

Parecer favorável, sob nº 2.772, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Valadares.

79

**REQUERIMENTO Nº 1.443, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.443, de 2009, do Senador Expedito Júnior, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 37, de 2009, dos Projetos de Lei do Senado nºs 80, de 2006; 340, de 2007; e 375, de 2008, a fim de que tenha tramitação autônoma (dedução do Imposto de Renda de despesas com pagamento de pedágio em rodovia federal).*

80

**REQUERIMENTO Nº 1.452, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.452, de 2009, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2009, e do Projeto de Lei do Senado nº 149, de 2009; com o Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2004, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei da Câmara nºs 70, de 2004; 78, 86, 108 e 133, de 2005; 6, de 2006; 99, 103 e 128, de 2007; e 74, 135, 165, 172 e 198, de 2008; e com os Projetos de Lei do Senado nºs 141 e*

322, de 2003; 167 e 208, de 2004; 56 e 315, de 2006; 71, 96, 97, 192, 201, 222, 257, 383, 401, 462, 550, 594, 613 e 645, de 2007; 19, 202, 253, 280 e 426, de 2008, por regularem a mesma matéria (alteram dispositivos do Código de Trânsito Brasileiro).

**81**

**REQUERIMENTO Nº 1.474, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.474, de 2009, do Senador Alvaro Dias, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2009, com o Projeto de Lei do Senado nº 327, de 2004, por regularem a mesma matéria (regular a participação de Torcidas Organizadas em competições esportivas).

**82**

**REQUERIMENTO Nº 1.516, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.516, de 2009, do Senador Lobão Filho, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2009, com os Projetos de Lei do Senado nºs 301, de 2003; 355, de 2004; 8 e 18, de 2005; 45, de 2006; 42, de 2007; 54, de 2009; e com os Projetos de Lei da Câmara nºs 106, de 2007; 55 e 75, de 2009, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria (prestadoras de serviços públicos).

**83**

**REQUERIMENTO Nº 1.549, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.549, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 465, de 2008; e 194, de 2009; com os Projetos de Lei do Senado nºs 423 e 495, de 2003; 106, de 2006; 470 e 681, de 2007; 138, de 2008; e 115, de 2009, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria (deduções na base de cálculo do imposto de renda de pessoas físicas).

**84**

**REQUERIMENTO Nº 1.576, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.576, de 2009, da Senadora Kátia Abreu, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 318, de 2003; e 64, de 2005, por regularem a mesma matéria (reintegração de posse).

**85**

**REQUERIMENTO Nº 1.580, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.580, de 2009, do Senador João Tenório, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 86, de 2004; e 345, de 2006, por regularem a mesma matéria (inseção de impostos sobre instrumentos musicais).

**86**

**REQUERIMENTO Nº 1.582, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.582, de 2009, do Senador Roberto Cavalcanti, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 294, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (altera o art. 192 da CLT para dispor sobre a base de cálculo do adicional de insalubridade).

**87**

**REQUERIMENTO Nº 1.590, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.590, de 2009, do Senador Efraim Morais, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei da Câmara nºs 149, de 2008; e 251, de 2009, por regularem a mesma matéria (denomina Rodovia Padre Cícero Romão Batista o trecho da rodovia BR-116, no Estado do Ceará).

**88**

**REQUERIMENTO Nº 1.591, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.591, de 2009, do Senador Efraim Morais, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 737, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (utilização de recursos arrecadados pela União das indústrias que exploram o fumo e as bebidas alcólicas para utilização na saúde).

**89**

**REQUERIMENTO Nº 1.596, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.596, de 2009, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, solicitando o sobrestamento do Projeto de Decreto Legislativo nº 217, de 2009, a fim de

*aguardar documentação prevista na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal (outorga permissão à Rádio e TV Farol da Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada).*

**90**

**REQUERIMENTO Nº 1.628, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.628, de 2009, do Senador Sérgio Zambiasi, que *solicitando a tramitação em separado do Projeto de Lei do Senado nº 199, de 2006, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 212, de 2005; 67, 239 e 342, de 2006; e 287, de 2008 (permissão de porte de arma de fogo a carreira de Institutos de Criminalística, de Identificação e de Medicina Legal).*

**91**

**REQUERIMENTO Nº 1.629, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.629, de 2009, do Senador Renato Casagrande, que *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 201, de 2003; 475, de 2007; e 342, de 2008; por regularem a mesma matéria (dispõem sobre áreas de preservação permanente).*

**92**

**REQUERIMENTO Nº 1.630, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.630, de 2009, do Senador Antonio Carlos Valadares, que *solicitando a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nº 158 de 2002; nº 201 de 2003; e nº 475 de 2007, com o de nº 107 de 2009, por versarem sobre a mesma matéria (dispõem sobre áreas de preservação permanente).*

**93**

**REQUERIMENTO Nº 1.631, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.631, de 2009, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 285, de 2009, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Desenvolvimento Regional e Turismo (arrendamento das retransmissoras de televisão na Amazônia Legal).*

**94**

**REQUERIMENTO Nº 1.633, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.633, de 2009, do Senador Romero

Jucá, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2009, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (divulgação de lista de material escolar antecipada).*

**95**

**REQUERIMENTO Nº 1.635, DE 2009**

Votação do Requerimento nº 1.635, de 2009, da Senadora Lúcia Vânia, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 424, de 2009, com os Projetos de Lei do Senado nºs 243, de 2004; 123, de 2007, e 252, de 2008, que já se encontram apensados por regularem a mesma matéria (práticas de telemarketing).*

**96**

**REQUERIMENTO Nº 1.641, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.641, de 2009, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 483, de 2009, com os Projetos de Lei do Senado nºs 131, 142 e 304, de 2007; e 34, 64, 65 e 78, de 2008, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria (incentivo fiscal pela preservação florestal).*

**97**

**REQUERIMENTO Nº 1.643, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.643, de 2009, do Senador Romero Jucá, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 280, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infraestrutura (produção, programação e provimento de conteúdo brasileiro por meio eletrônico).*

**98**

**REQUERIMENTO Nº 13, DE 2010**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 13, de 2010, do Senador Romero Jucá, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 173, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (altera a Lei 8.112, de 1990, para acrescentar o adicional de risco de vida).*

99

**REQUERIMENTO Nº 38, DE 2010**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 38, de 2010, do Senador Inácio Arruda, *solicitando a criação de Comissão Representativa do Senado Federal, composta por dois Senadores, com o objetivo de comparecer à posse do Presidente do Uruguai, José Mujica, do Vice-Presidente Danilo Astori e demais Ministros de Estado e participação no*

*Seminário sobre Experiência de Construção Unitária da Frente Ampla, que se realizarão entre os dias 1º a 3 de março de 2010, em Montevideo, Uruguai.*

**O SR. PRESIDENTE** (Adelmir Santana. DEM – DF) – Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 19 horas e 5 minutos.)*

**SENADO FEDERAL  
SECRETARIA DE COMISSÕES  
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS**

**CERTIDÃO**

Certifico que a Comissão Mista destinada a relatar o **Veto Parcial nº 55**, de 2009, aposto ao PLV nº 17, de 2009 (MPV 468 de 2009), que “Dispõe sobre a transferência de depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos e contribuições federais para a Caixa Econômica Federal; e altera a Lei nº 9.703, de 17 de novembro de 1998”, não se reuniu para instalação. Para constar, foi lavrado a presente Certidão, que vai assinada por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 10173), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 17 de fevereiro de 2010.



**SÉRGIO DA FONSECA BRAGA**  
*Diretor*

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

### Bahia

**Minoria-DEM** - Antonio Carlos Júnior\* (S)  
**Bloco-PR** - César Borges\*  
**PDT** - João Durval\*\*

### Rio de Janeiro

**Bloco-PRB** - Marcelo Crivella\*  
**Maioria-PMDB** - Paulo Duque\* (S)  
**Maioria-PP** - Francisco Dornelles\*\*

### Maranhão

**Maioria-PMDB** - Lobão Filho\* (S)  
**Maioria-PMDB** - Mauro Fecury\* (S)  
**PTB** - Epitácio Cafeteira\*\*

### Pará

**Minoria-PSDB** - Flexa Ribeiro\* (S)  
**PSOL** - José Nery\* (S)  
**Minoria-PSDB** - Mário Couto\*\*

### Pernambuco

**Minoria-DEM** - Marco Maciel\*  
**Minoria-PSDB** - Sérgio Guerra\*  
**Maioria-PMDB** - Jarbas Vasconcelos\*\*

### São Paulo

**Bloco-PT** - Aloizio Mercadante\*  
**PTB** - Romeu Tuma\*  
**Bloco-PT** - Eduardo Suplicy\*\*

### Minas Gerais

**Minoria-PSDB** - Eduardo Azeredo\*  
**Maioria-PMDB** - Wellington Salgado de Oliveira\* (S)  
**Minoria-DEM** - Eliseu Resende\*\*

### Goiás

**Minoria-DEM** - Demóstenes Torres\*  
**Minoria-PSDB** - Lúcia Vânia\*  
**Minoria-PSDB** - Marconi Perillo\*\*

### Mato Grosso

**Minoria-DEM** - Gilberto Goellner\* (S)  
**Bloco-PT** - Serys Slhessarenko\*  
**Minoria-DEM** - Jayme Campos\*\*

### Rio Grande do Sul

**Bloco-PT** - Paulo Paim\*  
**PTB** - Sérgio Zambiasi\*  
**Maioria-PMDB** - Pedro Simon\*\*

### Ceará

**PDT** - Patrícia Saboya\*  
**Minoria-PSDB** - Tasso Jereissati\*  
**Bloco-PC DO B** - Inácio Arruda\*\*

### Paraíba

**Minoria-DEM** - Efraim Morais\*  
**Bloco-PRB** - Roberto Cavalcanti\* (S)  
**Minoria-PSDB** - Cícero Lucena\*\*

### Espírito Santo

**Maioria-PMDB** - Gerson Camata\*  
**Bloco-PR** - Magno Malta\*  
**Bloco-PSB** - Renato Casagrande\*\*

### Piauí

**Minoria-DEM** - Heráclito Fortes\*  
**PSC** - Mão Santa\*  
**PTB** - João Vicente Claudino\*\*

### Rio Grande do Norte

**Maioria-PMDB** - Garibaldi Alves Filho\*  
**Minoria-DEM** - José Agripino\*  
**Minoria-DEM** - Rosalba Ciarlini\*\*

### Santa Catarina

**Bloco-PT** - Ideli Salvatti\*  
**Maioria-PMDB** - Neuto De Conto\* (S)  
**Minoria-DEM** - Raimundo Colombo\*\*

### Alagoas

**Minoria-PSDB** - João Tenório\* (S)  
**Maioria-PMDB** - Renan Calheiros\*  
**PTB** - Fernando Collor\*\*

### Sergipe

**Maioria-PMDB** - Almeida Lima\*  
**Bloco-PSB** - Antonio Carlos Valadares\*  
**Minoria-DEM** - Maria do Carmo Alves\*\*

### Amazonas

**Minoria-PSDB** - Arthur Virgílio\*  
**PDT** - Jefferson Praia\* (S)  
**Bloco-PT** - João Pedro\*\* (S)

### Paraná

**Minoria-PSDB** - Flávio Arns\*  
**PDT** - Osmar Dias\*  
**Minoria-PSDB** - Alvaro Dias\*\*

### Acre

**Maioria-PMDB** - Geraldo Mesquita Júnior\*  
**PV** - Marina Silva\*  
**Bloco-PT** - Tião Viana\*\*

### Mato Grosso do Sul

**Bloco-PT** - Delcídio Amaral\*  
**Maioria-PMDB** - Valter Pereira\* (S)  
**Minoria-PSDB** - Marisa Serrano\*\*

### Distrito Federal

**Minoria-DEM** - Adelmir Santana\* (S)  
**PDT** - Cristovam Buarque\*  
**PTB** - Gim Argello\*\* (S)

### Rondônia

**Bloco-PT** - Fátima Cleide\*  
**Maioria-PMDB** - Valdir Raupp\*  
**PDT** - Acir Gurgacz\*\*

### Tocantins

**Bloco-PR** - João Ribeiro\*  
**Bloco-PT** - Sadi Cassol\* (S)  
**Minoria-DEM** - Kátia Abreu\*\*

### Amapá

**Maioria-PMDB** - Geovani Borges\* (S)  
**Minoria-PSDB** - Papaléo Paes\*  
**Maioria-PMDB** - José Sarney\*\*

### Roraima

**Bloco-PT** - Augusto Botelho\*  
**Maioria-PMDB** - Romero Jucá\*  
**PTB** - Mozarildo Cavalcanti\*\*

### Mandatos

\*: Período 2003/2011    \*\*: Período 2007/2015

## COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

### 1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, no período de 1999 até 30 de abril de 2009.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)  
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)  
(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)  
(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)  
(Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)  
(Aditado pelo Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.5.2009)

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) <sup>(15)</sup>  
**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) <sup>(28)</sup>  
**RELATOR:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) <sup>(27)</sup>

**Leitura:** 15/03/2007  
**Designação:** 05/06/2007  
**Instalação:** 03/10/2007  
**Prazo final:** 12/05/2008  
**Prazo prorrogado:** 22/11/2008  
**Prazo prorrogado:** 01/07/2009  
**Prazo prorrogado:** 21/02/2010  
**Prazo final prorrogado:** 02/09/2010

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB ) <sup>(1)</sup></b>	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Morais (DEM-PB) <sup>(13)</sup>	
Arthur Virgílio (PSDB-AM) <sup>(10,19)</sup>	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) <sup>(4,7)</sup>
VAGO <sup>(5,29)</sup>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(8)</sup></b>	
Inácio Arruda (PC DO B-CE) <sup>(12,22)</sup>	1. João Pedro (PT-AM) <sup>(18)</sup>
Fátima Cleide (PT-RO) <sup>(2,6,20)</sup>	2. Augusto Botelho (PT-RR) <sup>(25)</sup>
Eduardo Suplicy (PT-SP) <sup>(3,11,16,21)</sup>	

<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Neuto De Conto (PMDB-SC) <sup>(23)</sup>	1. Valdir Raupp (PMDB-RO) <sup>(24)</sup>
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
<b>PDT</b>	
Patrícia Saboya (CE) <sup>(14,17,26)</sup>	
<b>PDT/PSOL <sup>(9)</sup></b>	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

**Notas:**

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
10. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
11. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
13. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
14. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
16. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).
17. Em 21.05.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jeferson Praia (Of. nº 46/09 -LPDT).
18. Em 27.05.2009, o Senador João Pedro é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Suplicy (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
19. Em 27.05.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Ofício nº 97/09 - GLPSDB).
20. Em 27.05.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
21. Em 27.05.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
22. Em 27.05.2009, o Senador Inácio Arruda é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
23. Em 02.06.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
24. Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
25. Em 09.06.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Ofício nº 106/2009 - GLDBAG).
26. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
27. Senador Inácio Arruda passou à Relatoria em 14.10.2009, conforme notas taquigráficas da 29ª reunião da CPI, realizada na mesma data.
28. A Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em 16.12.2009 (Of. 204/09 - GLPSDB).
29. Em 16.12.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 204/09 - GLPSDB).
- \*. Prorrogado até 22.11.2008 através do Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008.
- \*\*. Prorrogado até 01.07.2009 através do Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008.
- \*\*\*. Prorrogado até 21.02.2010 através do Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.05.2009.
- \*\*\*\*. Prorrogado até 02.09.2010 através do Requerimento nº 25, de 2010, lido em 03.02.2010.

## 2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

**Número de membros:** 7 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Magno Malta (PR-ES)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

**RELATOR:** Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

**Leitura:** 04/03/2008

**Designação:** 24/03/2008

**Instalação:** 25/03/2008

**Prazo final:** 04/08/2008

**Prazo prorrogado:** 13/03/2009

**Prazo prorrogado:** 23/09/2009

**Prazo final prorrogado:** 02/05/2010

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO (1,4)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Papaléo Paes (PSDB-AP) (7)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Paulo Paim (PT-RS) (3)	1. José Nery (PSOL-PA) (2,5,6)
Magno Malta (PR-ES)	
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (8)
VAGO (8)	
<b>PTB</b>	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

**Notas:**

1. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.

3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

4. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.

5. Em 03.03.2009, vago em virtude da cessão da vaga ao Partido Socialismo e Liberdade (Of. nº 020/2009-GLDBAG).

6. Em 03.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. SF/GSJN nº 081/2009).

7. Em 23.04.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 73/09-GLPSDB).

8. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita deixa a vaga de titular e é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 016-A/2009).

\* Prorrogado até 23.09.2009 através do Requerimento nº 200, de 2009, lido em 16.02.2009.

\*\* Prorrogado até 13.03.2009 através do Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.06.2008.

\*\*\* Prorrogado até 02.05.2010 através do Requerimento nº 1.275, de 2009, lido em 22.09.2009.

### 3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - AMAZÔNIA

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 572, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, os seguintes fatos a respeito da Amazônia: 1) conflito referente à demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol e outras; 2) recentes denúncias de falta de assistência à saúde indígena; 3) áreas indígenas nos Estados de Roraima, Amazonas, Pará e Mato Grosso, cujos territórios chegam a 57%, 21%, 20% e 30%, respectivamente, das áreas territoriais desses Estados; 4) problemas envolvendo a soberania nacional nas áreas de fronteira: tráfico internacional, terrorismo, guerrilhas, vigilância das fronteiras etc; 5) falta de condições de sustentabilidade das comunidades indígenas já integradas às comunidades não indígenas; 6) alegado aumento do desmatamento da floresta; 7) recrudescimento da aquisição de terras por parte de estrangeiros; 8) questões fundiárias e ambientais.

(Requerimento nº 572, de 2009, lido em 15.5.2009)

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:**  
**RELATOR:**

**Leitura:** 15/05/2009

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Jayme Campos (DEM-MT) (1,4)	1. Adelmir Santana (DEM-DF) (1)
Gilberto Goellner (DEM-MT) (1)	2. Arthur Virgílio (PSDB-AM) (1)
Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Aloizio Mercadante (PT-SP)	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ)
João Ribeiro (PR-TO)	2. Flávio Arns (PSDB-PR) (5,6)
Renato Casagrande (PSB-ES)	
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Renan Calheiros (PMDB-AL)	1. Valter Pereira (PMDB-MS)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (3)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)
Gilvam Borges (PMDB-AP) (7)	
<b>PTB</b>	
Mozarildo Cavalcanti (RR) (1)	1. João Vicente Claudino (PI) (1)
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque (DF) (2)	

**Notas:**

1. Indicações das Lideranças.
2. Em 03.06.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 51/09-LPDT).
3. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Of. GLPMDB nº 015-A/2009).
4. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
5. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (Of./GSFA/0801/2009).
6. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
7. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).

#### 4) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - DNIT

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 783, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta de treze titulares e sete suplentes, para apurar, no prazo de cento e oitenta dias, as causas, condições e responsabilidades supostamente praticadas pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT.

(Requerimento nº 783, de 2009, lido em 24.06.2009)

**Número de membros:** 13 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:**  
**RELATOR:**

**Leitura:** 24/06/2009

#### 5) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - MEDICAMENTOS

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.106, de 2009, de autoria do Senador Romeu Tuma e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a falsificação de medicamentos e equipamentos médicos em todo o território nacional.

(Requerimento nº 1.106, de 2009, lido em 01.09.2009)

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:**  
**RELATOR:**

**Leitura:** 01/09/2009

#### 6) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - INSS

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.531, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, no período entre 2003 e os dias atuais, problemas na Previdência Social, como: fraudes no INSS; sonegações; desvio de recursos; dívidas para com o INSS e procedimentos adotados; certidões negativas; situação econômico-financeira do INSS.

(Requerimento nº 1.531, de 2009, lido em 18.11.2009)

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:**  
**RELATOR:**

**Leitura:** 18/11/2009

## COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

### 1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

**Finalidade:** Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, de iniciativa da Mesa do Senado Federal, aprovado em 5.3.2008)  
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel, aprovado em 10.12.2008)

**Número de membros:** 6

**PRESIDENTE:** Senador Marco Maciel (DEM-PE) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) <sup>(2)</sup>

**RELATOR:** Senador Gerson Camata (PMDB-ES)

**Leitura:** 05/03/2008

**Instalação:** 06/11/2008

**Prazo prorrogado:** 30/06/2009

**Prazo prorrogado:** 31/08/2009

**Prazo prorrogado:** 22/12/2009

**Prazo final prorrogado:** 17/07/2010

### MEMBROS

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

#### Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

\*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

\*\*.. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

\*\*\*. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

\*\*\*\*. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

\*\*\*\*\*. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

**Secretário(a):** Antonio Oscar Guimarães Lóssio

**Telefone(s):** 33033511

**Fax:** 33031176

**E-mail:** antiofficio@senado.gov.br

## 2) TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

**Finalidade:** Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Cícero Lucena, aprovado em 02.07.2008)  
(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)  
(Aditado pelo Requerimento nº 1.621, de 2009, aprovado em 9.12.2009).

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO <sup>(2)</sup>

**RELATOR:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

**Leitura:** 02/07/2008

**Designação:** 26/08/2008

**Instalação:** 27/08/2008

**Prazo:** 22/12/2009

**Prazo final prorrogado:** 22/12/2010

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Morais (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO <sup>(1)</sup>	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
<b>PTB</b>	
Senador Roberto Cavalcanti (PRB) <sup>(3,4)</sup>	1. Senador João Vicente Claudino

**Notas:**

1. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
  2. Vago, em virtude de o PTB ter cedido a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB).
  3. Em 12.03.2009, o PTB cede a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB/SF).
  4. Em 12.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular em vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo pelo PTB na Comissão (Of. nº 055/2009-GLDBAG).
- \*. Em 09.12.2009, aprovado o Requerimento nº 1.621, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

**Secretário(a):** Irani Ribeiro dos Santos

**Telefone(s):** 33034854

**Fax:** 33031176

### 3) IDENTIFICAR DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS SUJEITOS À REGULAÇÃO

**Finalidade:** Identificar dispositivos constitucionais cuja regulação seja necessária para o exercício de direitos fundamentais, bem como apresentar proposições legislativas e medidas destinadas a tornar efetivas normas constitucionais.

(Requerimento nº 8, de 2009, do Senador Garibaldi Alves Filho, aprovado em 10.03.2009)

**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes

**Leitura:** 10/03/2009

**Designação:** 02/04/2009

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	1. Senador Eliseu Resende (DEM)
Senador Marco Maciel (DEM)	2. Senador Jayme Campos (DEM) <sup>(2)</sup>
Senador Cícero Lucena (PSDB)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Tião Viana (PT)	2. Senador Magno Malta (PR)
Senadora Serys Slhessarenko (PT)	3. Senadora Marina Silva (PV) <sup>(1,3)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
	1.
	2.
	3.
<b>PTB</b>	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma
<b>PDT</b>	
	1.

**Notas:**

1. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
2. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
3. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.

**Secretário(a):** Will de Moura Wanderley

**Telefone(s):** 3303514

**Fax:** 330311176

**E-mail:** willw@senado.gov.br

**4) ACOMPANHAMENTO DE METAS FIXADAS PELA ONU**

**Finalidade:** Acompanhar as Metas de Desenvolvimento do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas - ONU, a serem alcançadas pelo governo brasileiro.

(Requerimento nº 231, de 2009, da Senadora Kátia Abreu, aprovado em 05.05.2009)

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) <sup>(4)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (PT-RR) <sup>(4)</sup>

**RELATOR:** Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) <sup>(4)</sup>

**Instalação:** 16/09/2009

**Prazo final prorrogado:** 22/12/2010

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Senadora Kátia Abreu (DEM)	1. Senadora Rosalba Ciarlini (DEM) <sup>(2)</sup>
Senadora Marisa Serrano (PSDB)	2. Senador Flávio Arns (PSDB) <sup>(5)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Senador Augusto Botelho (PT) <sup>(3)</sup>	1.
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Senador Valter Pereira (PMDB) <sup>(1)</sup>	1.
<b>PTB</b>	
Senador Fernando Collor	1.

**Notas:**

1. Em 10.06.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 009-A/2009).
  2. Em 13.07.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (DEM) na Comissão (OF. Nº 104/09-GLDEM).
  3. Em 15.09.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (OF. GLDBAG nº 131/2009).
  4. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente a Senadora Marisa Serrano e Vice-Presidente o Senador Augusto Botelho. A Senadora Kátia Abreu foi designada relatora (Of. nº 030/09-SSCEPI).
  5. Em 21.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro do PSDB na Comissão (Of. 184/09-GLPSDB).
- \*. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.585, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

**Secretário(a):** Will de Moura Wanderley

**Telefone(s):** 33033514

**Fax:** 33031176

**E-mail:** willw@senado.gov.br

## 5) COMEMORAÇÕES DO CINQUENTENÁRIO DE BRASÍLIA

**Finalidade:** Em parceria com o Governo do Distrito Federal, colaborar com o calendário oficial das comemorações do cinquentenário de Brasília.

(Requerimento nº 247, de 2009, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, aprovado em 05.05.2009)

**Número de membros:** 6

**PRESIDENTE:** Senador Adelmir Santana (DEM-DF) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) <sup>(3)</sup>

**RELATOR:** Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) <sup>(3)</sup>

**Instalação:** 16/09/2009

### MEMBROS

#### Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )

Senador Adelmir Santana (DEM)

Senador Eduardo Azeredo (PSDB)

#### Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )

Senador Eduardo Suplicy (PT)

Senador Roberto Cavalcanti (PRB)

#### Maioria ( PMDB, PP )

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) <sup>(1,2)</sup>

#### PTB

Senador Gim Argello

#### Notas:

1. Em 23/06/2009, o Senador Mauro Fecury é designado Titular do Bloco da Maioria, na Comissão (Of. GLPMDB nº 008-A-2009).
2. Em 24.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita Junior é designado membro do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Mauro Fecury (OF. GLPMDB Nº 019-A-2009).
3. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente o Senador Adelmir Santana e Vice-Presidente o Senador Eduardo Azeredo. O Senador Geraldo Mesquita Júnior foi designado relator (Of. nº 031/09-SSCEPI).

**Secretário(a):** Will de Moura Wanderley

**Telefone(s):** 3303514

**Fax:** 33031176

**E-mail:** willw@senado.gov.br

**6) ENCHENTES NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORTE****Finalidade:** Verificar os efeitos das enchentes nos municípios da Região Norte.

(Requerimento nº 449, de 2009, do Senador Arthur Virgílio, aprovado em 20.05.2009)

**Número de membros: 7****MEMBROS****Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )**

Senador Arthur Virgílio (PSDB)

**Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )**

Senador Augusto Botelho (PT)

Senadora Fátima Cleide (PT)

**Maioria ( PMDB, PP )**Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) <sup>(2)</sup>Senador Valdir Raupp (PMDB) <sup>(1)</sup>**PTB**

Senador Romeu Tuma

**Notas:**

1. Em 10.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).

2. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).

**7) INUNDAÇÕES NO MARANHÃO, PIAUÍ, CEARÁ, BAHIA E RIO GRANDE DO NORTE**

**Finalidade:** Verificar os efeitos das inundações ocorridas em municípios dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte.

(Requerimento nº 592, de 2009, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, aprovado em 21.05.2009)

**Número de membros: 7**

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**RELATOR:**

**Coordenação:**

---

**MEMBROS**

---

**Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )**

---

Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

---

**Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )**

---

Senador César Borges (PR)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

---

**Maioria ( PMDB, PP )**

---

Senador Mão Santa (PSC) <sup>(2,3,4)</sup>

Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) <sup>(1)</sup>

---

**PTB**

---

Senador João Vicente Claudino

---

**Notas:**

1. Em 10.06.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).

2. Em 10.06.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).

3. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.

4. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

\*. Incluído o Estado do Rio Grande do Norte, conforme comunicação lida e aprovada na sessão deliberativa ordinária de 21 de maio de 2009.

---

**ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DA EMPREGABILIDADE**

(Ato do Presidente nº 16, de 2009)  
(publicado no DSF de 14.02.2009)

**Número de membros: 5**

**PRESIDENTE:** Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

**Instalação:** 03/03/2009

---

**MEMBROS**

---

Senador Pedro Simon (PMDB)

---

Senador Francisco Dornelles (PP)

---

Senador Marco Maciel (DEM)

---

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

---

Senador Aloizio Mercadante (PT)

---

**Secretário(a):** Dirceu Vieira Machado Filho

**Telefone(s):** 3303.4638

**E-mail:** dirceuv@senado.gov.br

## COMPOSIÇÃO

### COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

#### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) (6)</b>	
Eduardo Suplicy (PT) (34)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (33)
Delcídio Amaral (PT) (28)	2. Renato Casagrande (PSB) (30)
Aloizio Mercadante (PT) (38)	3. João Pedro (PT) (11,41)
Tiã Viana (PT) (37)	4. Ideli Salvatti (PT) (36)
Marcelo Crivella (PRB) (35)	5. Roberto Cavalcanti (PRB) (29,72)
Inácio Arruda (PC DO B) (40)	6. Sadi Cassol (PT) (4,39,81,82,83,84,87)
César Borges (PR) (31)	7. João Ribeiro (PR) (32)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Francisco Dornelles (PP) (66,68)	1. Romero Jucá (PMDB) (55,61)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) (56,59)	2. Geovani Borges (PMDB) (64,67,88,91)
Gerson Camata (PMDB) (54,70)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (3,60)
Valdir Raupp (PMDB) (63)	4. VAGO (1,60,80,85,86,92)
Neuto De Conto (PMDB) (8,15,53,69)	5. Lobão Filho (PMDB) (9,65,71)
Pedro Simon (PMDB) (57,62)	6. Paulo Duque (PMDB) (2,60)
Renan Calheiros (PMDB) (58,78)	7. Almeida Lima (PMDB) (58,77)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Eliseu Resende (DEM) (44)	1. Gilberto Goellner (DEM) (43)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (18,43)	2. Demóstenes Torres (DEM) (17,50)
Efraim Moraes (DEM) (49)	3. Heráclito Fortes (DEM) (46)
Raimundo Colombo (DEM) (52)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (43)
Adelmir Santana (DEM) (14,16,47)	5. Kátia Abreu (DEM) (48)
Jayme Campos (DEM) (13,51,76,79,89,90)	6. José Agripino (DEM) (5,45)
Cícero Lucena (PSDB) (24)	7. Alvaro Dias (PSDB) (23)
João Tenório (PSDB) (27)	8. Sérgio Guerra (PSDB) (19,25,74)
Arthur Virgílio (PSDB) (24,73)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (26)
Tasso Jereissati (PSDB) (24)	10. Eduardo Azeredo (PSDB) (22,75)
<b>PTB (7)</b>	
João Vicente Claudino (42)	1. Sérgio Zambiasi (12,42)
Gim Argello (42)	2. Fernando Collor (42)

## PDT

Osmar Dias (21)

1. Jefferson Praia (10,20)

**Notas:**

1. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
2. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
3. Em 04/03/2009, o Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
10. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
12. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 362/2008).
16. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
17. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
18. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
19. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
24. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 023/09-GLPSDB).
25. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
26. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
27. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
28. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
29. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
30. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
31. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

32. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
34. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
35. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
36. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
37. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
38. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral.
39. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
40. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
41. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
42. Em 17.02.2009, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argelo tiveram suas indicações como titulares, e o Senador Sérgio Zambiasi, como suplente, ratificadas pela Liderança do PTB. O Senador Fernando Collor foi designado como membro suplente (Of. nº 025/09-GLPTB).
43. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior, como titular, e os Senadores Gilberto Goellner e Rosalba Ciarlini, como suplentes, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
44. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
45. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
46. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
47. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
48. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
49. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
50. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
51. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
52. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
53. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
54. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 022/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 022/2009).
56. Em 04/03/2009, o Senador Garibaldi Alves Filho teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
57. Em 04/03/2009, o Senador Pedro Simon teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
58. Em 02.03.2009, vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 022/2009).
60. Em 02.03.2009, os Senadores Wellington Salgado, Leomar Quintanilha e Paulo Duque tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
61. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).

62. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 022/2009).
63. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
64. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 022/2009).
65. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 022/2009).
66. Em 04/03/2009, o Senador Francisco Dornelles teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
67. Em 04/03/2009, o Senador Gilvam Borges teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
68. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 022/2009).
69. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 022/2009).
70. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 47/2009 - GLPMDB).
71. Em 04/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 47/2009 - GLPMDB).
72. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. 42/2009 - GLDBAG).
73. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à suplência (Of. 55/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à titularidade (Of. 55/09-GLPSDB).
75. Em 15/04/2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. 72/09-GLPSDB).
76. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
77. Em 03.09.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
78. Em 03.09.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
79. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
80. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
81. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
82. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
83. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 138/2009-GLDBAG).
84. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
85. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
86. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
87. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 160/2009-GLDBAG).
88. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
89. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
90. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
91. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
92. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3303-4605 e 33113516

**Fax:** 3303-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

### 1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)**

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) (3)</b>	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO (6)	2. VAGO (9)
VAGO (10,12,14)	3. João Vicente Claudino (PTB)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Valdir Raupp (PMDB)	1. VAGO (11,13)
VAGO (4)	2. Renato Casagrande (PSB) (2)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO (5)
Raimundo Colombo (DEM) (7)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO (8)
<b>PMDB PDT PSDB</b>	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

**Notas:**

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).
9. Vago em 17.02.09 em virtude de a Senadora não pertencer mais à Comissão.
10. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
11. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
12. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
13. Vago em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão.
14. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS****Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) (5)</b>	
VAGO (3,18,29,71,82)	1. VAGO (33,78)
Augusto Botelho (PT) (27)	2. César Borges (PR) (28)
Paulo Paim (PT) (26)	3. Eduardo Suplicy (PT) (35)
Marcelo Crivella (PRB) (30)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (1,2,13)
Fátima Cleide (PT) (34,75,77,78)	5. Ideli Salvatti (PT) (31,32)
Roberto Cavalcanti (PRB) (36,58,61)	6. VAGO (36)
Renato Casagrande (PSB) (36,60,65)	7. José Nery (PSOL) (36,63,64)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (57,68,73)	1. Lobão Filho (PMDB) (51)
Geovani Borges (PMDB) (9,52,88,91)	2. Romero Jucá (PMDB) (53)
Paulo Duque (PMDB) (6,56)	3. Valdir Raupp (PMDB) (54)
VAGO (48,80)	4. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (49,74,80)
Mão Santa (PSC) (50,76,79)	5. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (55)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Adelmir Santana (DEM) (42)	1. Heráclito Fortes (DEM) (44)
Rosalba Ciarlini (DEM) (39)	2. Jayme Campos (DEM) (43,70,72,89,90)
Efraim Morais (DEM) (12,15,41)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (10,45)
Raimundo Colombo (DEM) (46)	4. José Agripino (DEM) (4,40)
Flávio Arns (PSDB) (23,37,83)	5. Sérgio Guerra (PSDB) (24,67,85)
Eduardo Azeredo (PSDB) (20,66)	6. Marisa Serrano (PSDB) (25,81,86,87)
Papaléo Paes (PSDB) (22)	7. Lúcia Vânia (PSDB) (21,38,84)
<b>PTB (8)</b>	
Mozarildo Cavalcanti (7,11,59)	1. Gim Argello (14,16,62)
<b>PDT</b>	
João Durval (17,47)	1. Cristovam Buarque (19,69)

**Notas:**

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
17. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador João Durval.
18. Vago em virtude de a Senadora Patrícia Saboya ter sido indicada na Comissão pelo PDT, em 11.02.2009, como membro titular.
19. Em 11.02.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
20. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
21. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 022/09-GLPSDB).
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
25. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
26. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
27. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
28. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Shessarenko.
29. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
30. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
31. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
32. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
34. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
35. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
36. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
37. Em 17.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 41/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
38. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 39/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
39. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
40. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
41. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
42. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

43. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
44. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
45. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
46. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
47. Em 19.02.2009, o Senador João Durval é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 14/09 - GLPDT).
48. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 34/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 34/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 34/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 34/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 34/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 34/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 34/2009).
58. Em 04.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
59. Em 04.03.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PTB (Of. nº 068/2009-GLPTB).
60. Em 04.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
61. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. 40/2009 - GLDBAG).
62. Em 05/03/2009, o Senador Gim Argello é designado Suplente do PTB na Comissão (Of. 85/2009 - GLPTB).
63. Em 10.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida ao PSOL pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GSNJ nº 135/2009).
64. Em 10.03.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de suplente ao Partido Socialismo e Liberdade - PSOL (Of. nº 047/2009-GLDBAG).
65. Em 04.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 051/2009-GLDBAG).
66. Em 24.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 062/09-GLPSDB).
67. Em 24.03.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 062/09-GLPSDB).
68. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
69. Em 21.05.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. 48/09 - LPDT).
70. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
71. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
72. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
73. Em 14.09.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão. (OF. GLPMDB nº 155/2009).
74. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
75. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
76. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
77. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
78. Em 29.09.2009, a Senadora Fátima Cleide deixa de compor a Comissão como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo e é designada membro titular, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 137/2009-GLDBAG).
79. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

80. Em 01.10.2009, o Senador Garibaldi Alves Filho deixa vaga de membro titular na Comissão e passa à suplência, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 162/2009).
81. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
82. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
83. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns assume a vaga de titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 164/09-GLPSDB).
84. Em 09.10.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 164/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
85. Em 15.10.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. 170/09-GLPSDB).
86. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
87. Em 18.11.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 195/09-GLPSDB).
88. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
89. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
90. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
91. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 11:30 hs - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa

**Telefone(s):** 3303-3515

**Fax:** 3303-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

## 2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PSDB-PR)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Efraim Morais (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) (2,11)
Eduardo Azeredo (PSDB) (6)	2. Marisa Serrano (PSDB) (7)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) (1)</b>	
Flávio Arns (PSDB) (10,12,15)	1. Paulo Paim (PT) (9)
<b>PMDB</b>	
Paulo Duque (4)	1. VAGO (5,13,14)
<b>PTB PDT</b>	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (8)	1. Gim Argello (PTB) (3)

### Notas:

- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Em 6.04.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
- Em 6.04.2009, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Eduardo Azeredo teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
- Em 6.04.2009, o Senador Flávio Arns teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 15/04/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. nº 15/09 - PRES/CAS).
- O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
- O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
- Vago em 01.10.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à Comissão (OF.GLPMDDB nº 162/2009-GLPMDDB).
- Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Telefone(s):** 3303-3515

**Fax:** 3303-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

## 2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (PT-RR) <sup>(13)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Papaléo Paes (PSDB-AP) <sup>(13)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Adelmir Santana (DEM) <sup>(5)</sup>	1. Raimundo Colombo (DEM) <sup>(2,3)</sup>
Papaléo Paes (PSDB) <sup>(9)</sup>	2. VAGO <sup>(2,11,16)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(1)</sup></b>	
Augusto Botelho (PT) <sup>(4)</sup>	1. Marcelo Crivella (PRB) <sup>(2,10)</sup>
<b>PMDB</b>	
Mão Santa (PSC) <sup>(12,14,15)</sup>	1. Paulo Duque <sup>(8)</sup>
<b>PTB PDT</b>	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) <sup>(6)</sup>	1. João Durval (PDT) <sup>(7)</sup>

### Notas:

- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
- Em 6.04.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Augusto Botelho teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
- Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
- Em 6.04.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador João Durval.
- Em 02.07.2009, foi lido o Ofício nº 02/2009-PRES/CASSAÚDE, comunicando eleição.
- O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
- O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
- Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Telefone(s):** 3303-3515

**Fax:** 3303-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

## 2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Adelmir Santana (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) <sup>(1)</sup>
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Paulo Paim (PT)	1. José Nery (PSOL)
<b>PMDB</b>	
Mão Santa (PSC) <sup>(2,3)</sup>	1. Wellington Salgado de Oliveira
<b>PTB PDT</b>	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim Argello (PTB)

**Notas:**

1. Em 16.04.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM, em substituição ao Senador Efraim Morais (OF. nº 17/09 - PRES/CAS).
2. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
3. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Telefone(s):** 3303-3515

**Fax:** 3303-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ****Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) (6)</b>	
Serys Slhessarenko (PT) (30,74,81,83,84)	1. Renato Casagrande (PSB) (17,35)
Aloizio Mercadante (PT) (10,37)	2. Augusto Botelho (PT) (1,15,17,38)
Eduardo Suplicy (PT) (30)	3. Marcelo Crivella (PRB) (33)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (39)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (16,17,36,71)
Ideli Salvatti (PT) (30)	5. César Borges (PR) (31,47)
João Pedro (PT) (34,47,87,88,89)	6. Marina Silva (PV) (19,32,77,84)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Pedro Simon (PMDB) (60,64)	1. Romero Jucá (PMDB) (59,67)
Almeida Lima (PMDB) (61,64)	2. Renan Calheiros (PMDB) (56,68,86,93)
Geovani Borges (PMDB) (54,64,96,99)	3. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (55,69,78)
Francisco Dornelles (PP) (57,64)	4. Lobão Filho (PMDB) (5,63,76)
Valter Pereira (PMDB) (2,64)	5. Valdir Raupp (PMDB) (46,62,66)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (9,18,58,65)	6. Neuto De Conto (PMDB) (3,64)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Kátia Abreu (DEM) (40)	1. Efraim Morais (DEM) (49)
Demóstenes Torres (DEM) (44)	2. Adelmir Santana (DEM) (50)
Jayme Campos (DEM) (48,82,85,97,98)	3. Raimundo Colombo (DEM) (43)
Marco Maciel (DEM) (14,20)	4. José Agripino (DEM) (4,52)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (42)	5. Eliseu Resende (DEM) (8,21,41)
Alvaro Dias (PSDB) (28,75)	6. Eduardo Azeredo (PSDB) (26)
Jarbas Vasconcelos (PMDB) (29,73,91)	7. Marconi Perillo (PSDB) (24)
Lúcia Vânia (PSDB) (28)	8. Arthur Virgílio (PSDB) (27,72)
Tasso Jereissati (PSDB) (28)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (25,70,90,92)
<b>PTB (7)</b>	
Romeu Tuma (51)	1. Gim Argello (45)
<b>PDT</b>	
Osmar Dias (12,13,22)	1. Patrícia Saboya (11,23,53,79,80,94,95)

**Notas:**

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. O Senador Valter Pereira teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco da Maioria (Of. 23/2009-GLPMDB).
3. O Senador Neuto De Conto teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).
4. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
5. O Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
10. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
11. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
12. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
13. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como Titular na Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. 15/09-GLPDT).
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
16. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
17. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
18. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2008).
19. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
20. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
21. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
22. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 04/09-GLPDT).
23. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 04/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
24. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
25. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
26. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
27. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
28. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Tasso Jereissatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 024/09-GLPSDB).
29. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
30. Em 16.02.2009, os Senadores Eduardo Suplicy, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
31. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Magno Malta.
32. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
33. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
34. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
35. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
36. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
37. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
38. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.

39. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
40. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
41. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
42. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
43. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
44. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
45. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
46. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
47. Em 17.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 21/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges, que passa à suplência, em substituição ao Senador João Ribeiro.
48. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
49. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
50. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
51. Em 17.02.2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Eptácio Cafeteira.
52. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
53. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 15/09 - GLPDT).
54. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 23/2009-GLPMDB).
55. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. 23/2009-GLPMDB).
56. Em 02/03/2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 23/2009-GLPMDB).
57. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 23/2009-GLPMDB).
58. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 23/2009-GLPMDB).
59. Em 02/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. 23/2009-GLPMDB).
60. Em 02/03/2009, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. 23/2009-GLPMDB).
61. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. 23/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. 23/2009-GLPMDB).
63. Em 04.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
64. Em 04.03.2009, os Senadores Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles e Valter Pereira, como titulares, e o Senador Neuto De Conto, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. nº 048/2009-GLPMDB).
65. Em 04.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
66. Em 04.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
67. Em 04.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
68. Em 04.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
69. Em 04.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

70. Em 10/03/2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à titularidade (Of. 51/09-GLPSDB).
71. Em 10.03.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 053/2009-GLDBAG).
72. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 53/09-GLPSDB).
73. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa à suplência (Of. 51/09-GLPSDB).
74. Em 10.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Serys Slhessarenko (Of. nº 052/2009-GLDBAG).
75. Em 10/03/2009, o Senador Alvaro Dias é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. 52/09-GLPSDB).
76. Em 04.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 68/2009-GLPMDB).
77. Em 16.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 056/2009-GLDBAG).
78. Em 19/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB 075/2009).
79. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
80. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 60/09-LPDT).
81. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
82. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
83. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
84. Em 09.09.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva, que passa a ocupar vaga de membro suplente (Of. nº 128/2009-GLDBAG).
85. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
86. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
87. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
88. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
89. Em 29.09.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 136/2009-GLDBAG).
90. Em 07.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 163/09-GLPSDB).
91. Em 06.10.2009, a Liderança do PSDB cede, temporariamente, vaga de titular do Senador Sérgio Guerra ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. nº 109/09-GLPSDB).
92. Em 28.10.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 187/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
93. Em 04.11.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 188/2009-GLPMDB).
94. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
95. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 76/09-LPDT).
96. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
97. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
98. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
99. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 10:00 hs - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

**Telefone(s):** 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES**

**Finalidade:** Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

**Número de membros:** 5 titulares

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Telefone(s):** 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

**3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA**

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador César Borges (PR-BA)

**RELATOR:** Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)

**Designação:** 28/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Aloizio Mercadante (PT)	1. Serys Shessarenko (PT)
César Borges (PR)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Pedro Simon (PMDB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Renan Calheiros (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Kátia Abreu (DEM)
	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Alvaro Dias (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	
<b>PTB</b>	
Romeu Tuma	1. Gim Argello
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. VAGO <sup>(1)</sup>

**Notas:**

1. Em 16.11.2009, o Senador Flávio Torres deixa de compor a Subcomissão em virtude do retorno da Senadora Patrícia Saboya ao exercício do mandato.  
 \*. Em 17.11.2009, lido o Of. nº 374/09-CCJ, que comunica a composição, designação dos membros, eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator da Subcomissão, em reunião realizada no dia 28.10.2009.

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Telefone(s):** 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO <sup>(93)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) <sup>(73,79)</sup>

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(3)</sup></b>	
Roberto Cavalcanti (PRB) (34,81,89,92,94)	1. João Pedro (PT) (1,31)
Augusto Botelho (PT) (34)	2. Gim Argello (PTB) (30,96,100)
Fátima Cleide (PT) (34)	3. Eduardo Suplicy (PT) (12,38)
Paulo Paim (PT) (34,45,66)	4. José Nery (PSOL) (36)
Inácio Arruda (PC DO B) (32)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB) (37,67,94,95)
Ideli Salvatti (PT) (33,76,78,80,96)	6. João Ribeiro (PR) (37,71)
Sadi Cassol (PT) (35,85,86,87,98,101)	7. Marina Silva (PV) (37,80)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Valter Pereira (PMDB) (64)	1. Romero Jucá (PMDB) (59)
Mauro Fecury (PMDB) (8,16,63,70,72)	2. Francisco Dornelles (PP) (59,83,88)
Geovani Borges (PMDB) (58,102,105)	3. Pedro Simon (PMDB) (59)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (56)	4. Neuto De Conto (PMDB) (62)
Gerson Camata (PMDB) (55)	5. Valdir Raupp (PMDB) (60)
VAGO (5,9,53,88)	6. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (15,17,54)
VAGO (57,65)	7. Lobão Filho (PMDB) (61)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Raimundo Colombo (DEM) (4,42)	1. Gilberto Goellner (DEM) (41)
Marco Maciel (DEM) (46)	2. Kátia Abreu (DEM) (11,50)
Rosalba Ciarlini (DEM) (6,19,52)	3. Jayme Campos (DEM) (49,77,82,103,104)
Heráclito Fortes (DEM) (44)	4. Efraim Morais (DEM) (43)
José Agripino (DEM) (13,48)	5. Eliseu Resende (DEM) (14,18,51)
Adelmir Santana (DEM) (40)	6. Maria do Carmo Alves (DEM) (2,39)
Alvaro Dias (PSDB) (28)	7. Cícero Lucena (PSDB) (22,69,75,84,90,97,99)
Flávio Arns (PSDB) (27,91)	8. Marconi Perillo (PSDB) (23)
Eduardo Azeredo (PSDB) (25,68,74,75)	9. Papaléo Paes (PSDB) (24)
Marisa Serrano (PSDB) (29)	10. Sérgio Guerra (PSDB) (26)
<b>PTB</b>	
Sérgio Zambiasi (7,47)	1. João Vicente Claudino (47)
Romeu Tuma (47)	2. Mozarildo Cavalcanti (47)
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque (21)	1. Jefferson Praia (10,20)

**Notas:**

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>  
 Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/2009-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 05/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia Dias é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
23. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
25. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
26. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
27. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
28. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
29. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
30. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
31. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
32. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
33. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
34. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
35. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
36. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
37. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
38. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

39. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
40. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
41. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
42. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
43. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
44. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
45. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Paulo Paim como membro titular na Comissão (Of. nº 22/09-GLDBAG).
46. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
47. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma foram designados, como titular, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, como suplentes, e o Senador Sérgio Zambiasi teve sua indicação como titular confirmada pela Liderança do PTB (Of. nº 029/09-GLPTB).
48. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
49. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
50. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
51. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
52. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
53. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 28/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 28/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 28/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 28/2009).
58. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 28/2009).
59. Em 02.03.2009, os Senadores Romero Jucá, Leomar Quintanilha e Pedro Simon tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 28/2009).
60. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 28/2009).
61. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 28/2009).
62. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 28/2009).
63. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
64. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 28/2009).
65. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
66. Em 04.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 028/2009-GLDBAG).
67. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 41/2009 - GLDBAG).
68. Em 10.03.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência (Of. 49/09 - GLPSDB).
69. Em 10.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia, que passa à titularidade (Of. 49/09 - GLPSDB).
70. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
71. Em 29.04.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 084/2009-GLDBAG).
72. Em 10.06.2009, o Senador Mauro Fecury é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 017-A/2009).
73. Em 16.06.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como membro titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).
74. Em 16/06/2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como Titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).

75. Em 06.08.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 132/09 - GLPSDB).
76. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
77. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
78. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
79. A Senadora Marisa Serrano foi eleita Vice-Presidente da Comissão, conforme ofício lido na sessão de 03.09.2009 (Of. nº 155/2009/CE).
80. Em 09.09.2009, a Senadora Marina Silva deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio e é designada membro suplente (Of. nº 129/2009-GLDBAG).
81. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
82. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
83. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
84. Em 21.09.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 156/09-GLPSDB).
85. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
86. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
87. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 139/2009-GLDBAG).
88. Em 07.10.2009, o Senador Francisco Dornelles é remanejado da titularidade para a suplência do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 169/2009).
89. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
90. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 167/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
91. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 161/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
92. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG).
93. Em 09.10.2009, vago em virtude de o Senador Flávio Arns deixar de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG), c/c o art. 81, § 2º, do RISF.
94. Em 14.10.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é remanejado da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
95. Em 14.10.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 150/2009-GLDBAG).
96. Em 14.10.2009, a Senadora Ideli Salvatti é remanejada da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
97. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
98. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
99. Em 18.11.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 194/09-GLPSDB).
100. Em 02.12.2009, o Senador Gim Argello é designado suplente, na Comissão, em vaga cedida ao PDT (Of. 161/2009-GLDBAG e Of. 286/2009/GLPTB).
101. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 159/2009-GLDBAG).
102. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
103. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
104. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
105. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### 4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

**PRESIDENTE: VAGO**  
**VICE-PRESIDENTE: VAGO**

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) (2)</b>	
Ideli Salvatti (PT) (7,13)	1. VAGO (7)
Paulo Paim (PT) (8,14)	2. Flávio Arns (PSDB) (13,14,21)
Inácio Arruda (PC DO B) (16)	3. VAGO (7)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Gerson Camata (PMDB) (3,18)	1. VAGO (7)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Francisco Dornelles (PP) (11)	3. VAGO (19)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO (4)	1. Adelmir Santana (DEM) (1,6,20)
Marco Maciel (DEM) (9)	2. VAGO (9)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) (5)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Cícero Lucena (PSDB) (10,15)
Eduardo Azeredo (PSDB) (10)	5. Papaléo Paes (PSDB) (7,12)
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque (7,17)	1. VAGO (17)

**Notas:**

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
9. Em 30.09.2009, o Senador Marco Maciel deixa a suplência e é designado membro titular do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. nº 183/2009/CE).
10. Em 30.09.2009, o Senador Eduardo Azeredo deixa a suplência e é designado membro titular do PSDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Of. nº 183/2009/CE).
11. Em 30.09.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (Of. nº 183/2009/CE).
12. Em 30.09.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
13. Em 30.09.2009, a Senadora Ideli Salvatti deixa a suplência e é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
14. Em 30.09.2009, o Senador Flávio Arns deixa a titularidade e é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
15. Em 30.09.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
16. Em 30.09.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Sérgio Zambiasi (Of. nº 183/2009/CE).
17. Em 30.09.2009, o Senador Cristovam Buarque deixa a suplência e é designado membro titular do PDT na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
18. Em 30.09.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
19. Em 30.09.2009, o Senador Valter Pereira deixa de compor a Subcomissão como membro suplente do PMDB (Of. nº 183/2009/CE).
20. Em 30.09.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
21. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

**4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA****Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Designação:** 22/09/2009

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Eduardo Suplicy (PT)	1. João Vicente Claudino (PTB)
Inácio Arruda (PC DO B)	2.
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Gerson Camata (PMDB)
Sérgio Zambiasi (PTB)	2. Neuto De Conto (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Raimundo Colombo (DEM)	1. Flávio Arns (PSDB) <sup>(1)</sup>
Gilberto Goellner (DEM)	2.
Alvaro Dias (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

**Notas:**

1. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

\*. Lido na sessão deliberativa ordinária de 30.09.2009 o Of. nº 183/2009/CE comunicando a indicação em reunião realizada no dia 22.09.2009 dos nomes para comporem a Subcomissão.

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO  
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

**Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes**

**PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)**

**VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) (2)</b>	
Renato Casagrande (PSB) (26)	1. Fátima Cleide (PT) (24)
Marina Silva (PV) (7,26,43,45)	2. César Borges (PR) (21)
João Pedro (PT) (20)	3. Inácio Arruda (PC DO B) (25)
João Ribeiro (PR) (22)	4. Delcídio Amaral (PT) (23)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO (40,47,48,49,54)	1. Romero Jucá (PMDB) (40)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (40)	2. Valdir Raupp (PMDB) (5,11,38)
Geovani Borges (PMDB) (39,50,53)	3. Almeida Lima (PMDB) (40)
Valter Pereira (PMDB) (40)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (40)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Gilberto Goellner (DEM) (33)	1. Adelmir Santana (DEM) (35)
Kátia Abreu (DEM) (30)	2. Raimundo Colombo (DEM) (1,27)
Heráclito Fortes (DEM) (29)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (3,31)
Eliseu Resende (DEM) (34)	4. Jayme Campos (DEM) (9,32,44,46,51,52)
Arthur Virgílio (PSDB) (10,14)	5. Alvaro Dias (PSDB) (4,19)
Cícero Lucena (PSDB) (17)	6. Flexa Ribeiro (PSDB) (18)
Marisa Serrano (PSDB) (16)	7. Mário Couto (PSDB) (15)
<b>PTB</b>	
Gim Argello (6,28)	1. Sérgio Zambiasi (28)
<b>PDT</b>	
Jefferson Praia (8,13,37,41)	1. Cristovam Buarque (12,36,42)

**Notas:**

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).
9. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).
12. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 06/2009-GLPDT).
13. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 06/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
15. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
16. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
18. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 026/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
20. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
21. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
23. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
24. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
25. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
26. Em 16.02.2009, os Senadores Renato Casagrande e Marina Silva tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello foi confirmado, como titular, e o Senador Sérgio Zambiasi foi designado suplente, na Comissão, pela Liderança do PTB (Of. nº 030/09-GLPTB).
29. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
30. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
33. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
34. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
35. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
36. Em 19.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 17/09-GLPDT).
37. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 17/09-GLPDT).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
40. Em 02.03.2009, os Senadores Leomar Quintanilha, Wellington Salgado e Valter Pereira, como titulares, e os Senadores Romero Jucá, Almeida Lima e Geraldo Mesquita, como suplentes da Comissão, tiveram suas indicações ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 30/2009).
41. Em 04.03.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 30/09-LPDT).

42. Em 04.03.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 30/09-LPDT).
43. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
44. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
45. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
46. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
47. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
48. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
49. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
50. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
51. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
52. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
53. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
54. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

**Telefone(s):** 3311-3935

**Fax:** 3311-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

## 5.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

**Finalidade:** Destinada a analisar os problemas ambientais e sociais decorrentes dos chamados "lixões" e apresentar propostas para a solução destes problemas, propondo parâmetros, metodologias e obrigações a serem adotadas pelos municípios.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) (2)</b>	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO (8)	2. VAGO (8)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO (3,4,6)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO (1)	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) (5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

**Notas:**

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).
8. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone(s):** 3311-3935

**Fax:** 3311-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

## 5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

(Requerimento Da Cma 8, de 2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO  
**RELATOR:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Renato Casagrande (PSB)	1. VAGO (5)
VAGO (1)	2. VAGO (5)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO (6,7,8,9)	1. VAGO (2,4)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO (3)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

### Notas:

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
4. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
6. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
7. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI N° 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
8. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
9. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone(s):** 3311-3935

**Fax:** 3311-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

### 5.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

**Finalidade:** Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) <sup>(4)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(5)</sup>

**RELATOR:** Senador Gilberto Goellner (DEM-MT) <sup>(6)</sup>

**Instalação:** 27/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Marina Silva (PV) <sup>(1,2)</sup>	1. Fátima Cleide (PT)
João Pedro (PT)	2. Renato Casagrande (PSB)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO <sup>(3,7,8,9)</sup>	1. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)
<b>PTB</b>	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi

**Notas:**

1. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
  2. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
  3. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
  4. Em 04.11.2009, foi eleita Presidente da Subcomissão a Senadora Marisa Serrano (Of. nº 85/2009-CMA).
  5. Em 04.11.2009, foi eleito Vice-Presidente da Subcomissão o Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 85/2009-CMA).
  6. Em 04.11.2009, foi designado Relator da Subcomissão o Senador Gilberto Goellner (Of. nº 85/2009-CMA).
  7. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
  8. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
  9. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
- \*. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 38/2009-CMA.
- \*\* . Em 04.11.2009, o Ofício nº 85/2009-CMA comunica a instalação da Subcomissão, em 27.10.2009, com eleição de cargos.

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone(s):** 3311-3935

**Fax:** 3311-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

#### 5.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

**Finalidade:** Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) <sup>(2)</sup>  
**VICE-PRESIDENTE:** Senador César Borges (PR-BA) <sup>(2)</sup>  
**RELATOR:** Senador Gilberto Goellner (DEM-MT) <sup>(2)</sup>

**Instalação:** 29/09/2009

**Atualização:** 16/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Renato Casagrande (PSB)	1. Marina Silva (PV) <sup>(4)</sup>
César Borges (PR) <sup>(3)</sup>	2. João Pedro (PT) <sup>(3)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO <sup>(1,5,6,7)</sup>	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Almeida Lima (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Marisa Serrano (PSDB)
<b>PTB</b>	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi
<b>PDT</b>	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

**Notas:**

- O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
  - Em 30.09.2009, lido o Ofício nº 67/2009-CMA, que informa a eleição dos Senadores Cícero Lucena e César Borges para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e designação do Senador Gilberto Goellner como Relator.
  - Em 30.09.2009, o Senador César Borges deixa a suplência e é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Pedro, que passa a ocupar a suplência (Of. nº 67/2009/CMA).
  - Em 16.10.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 78/2009-CMA).
  - Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
  - Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
  - Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
- \*. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 48/2009-CMA.  
 \*\*. Em 16.10.2009, lido o Ofício nº 78/2009-CMA, que altera a denominação da Subcomissão e o quantitativo de membros e informa mudanças na composição, nos termos de aditamento ao RMA nº 48/2009-CMA.

**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH****Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Nery (PSOL-PA)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) (6)</b>	
Marcelo Crivella (PRB) (21,53,59,61,64)	1. João Pedro (PT) (19)
Fátima Cleide (PT) (21)	2. Serys Shessarenko (PT) (20)
Paulo Paim (PT) (21)	3. VAGO (11,22,30,64)
Patrícia Saboya (PDT) (3,23,48,49,57,65,67) (cedida ao PDT)	4. Marina Silva (PV) (22,45,50,52)
José Nery (PSOL) (24)	5. Magno Malta (PR) (22,48)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO (41,44)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (37)
Gerson Camata (PMDB) (40)	2. Romero Jucá (PMDB) (42)
VAGO (35,43)	3. Valter Pereira (PMDB) (38)
Geovani Borges (PMDB) (34,68,72)	4. Mão Santa (PSC) (39,56,58)
Paulo Duque (PMDB) (10,12,33)	5. VAGO (36,55,63,66,71)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
José Agripino (DEM) (2,25)	1. Heráclito Fortes (DEM) (27)
Rosalba Ciarlini (DEM) (32)	2. Jayme Campos (DEM) (28,51,54,69,70)
Eliseu Resende (DEM) (4,26)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (29)
VAGO (8,46)	4. Adelmir Santana (DEM) (9,13,31)
Arthur Virgílio (PSDB) (18)	5. VAGO (16,47,60,62)
Cícero Lucena (PSDB) (18)	6. Mário Couto (PSDB) (17)
Flávio Arns (PSDB) (1,5,61)	7. Papaléo Paes (PSDB) (18)
<b>PTB (7)</b>	
	1. Sérgio Zambiasi
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque (14)	1. Jefferson Praia (15)

**Notas:**

1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
5. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).
13. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
14. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 07/09-GLPDT).
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/2009-GLPDT).
16. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
18. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Cícero Lucena tiveram as suas indicações, como titulares, e o Senador Papaléo Paes, como suplente na Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 027/09-GLPSDB).
19. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Eduardo Suplicy.
21. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
22. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
24. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
25. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borges.
26. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
27. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
29. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
30. Em 17.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 19/09-GLDBAG).
31. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
33. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 29/2009).
34. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 29/2009).
35. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 29/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 29/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 29/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 29/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 29/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 29/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 29/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 29/2009).
43. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

44. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
45. Em 31.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
46. Em 14/04/2009, o Senador Gilberto Goellner deixa de compor a Comissão, como membro Titular do DEM (Of. 61/09-GLDEM).
47. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 74/09-GLPSDB.
48. Em 29.04.2009, o Senador Magno Malta deixa de compor a Comissão como membro titular e é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 082/2009-GLDBAG).
49. Em 09/07/2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 119/2009 - GLDBAG).
50. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
51. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
52. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
53. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
54. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
57. Em 29.09.2009, o Senador Aloizio Mercadante deixa de compor a Comissão como membro titular (Of. nº 135/2009-GLDBAG).
58. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
59. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
60. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 170/09-GLPSDB).
61. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 1682/09-GLPSDB).
62. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
63. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
64. Em 19.11.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 154/2009-GLDBAG).
65. Em 20.11.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de membro titular na Comissão ao PDT (Of. nº 153/2009-GLDBAG).
66. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
67. Em 24.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PDT pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 82/2009-LPDT).
68. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
69. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
70. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
71. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
72. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

**Telefone(s):** 3311-4251/2005

**Fax:** 3311-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

**6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(16)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(2)</sup></b>	
Paulo Paim (PT) <sup>(6)</sup>	1. Fátima Cleide (PT) <sup>(5)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO <sup>(15,17,18,20)</sup>	1. Gilvam Borges (PMDB) <sup>(3,7,19)</sup>
Valter Pereira (PMDB) <sup>(11)</sup>	2.
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(1,4,9)</sup>	1. Adelmir Santana (DEM) <sup>(12)</sup>
Mário Couto (PSDB) <sup>(13)</sup>	2. Papaléo Paes (PSDB)
<b>PDT</b>	
Jefferson Praia <sup>(8)</sup>	1. Cristovam Buarque <sup>(10)</sup>
<b>PTB</b>	
Sérgio Zambiasi <sup>(14)</sup>	1.

**Notas:**

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Em 12.06.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. CDH 078-09).
6. Em 12.06.2009, a Senadora Serys Slhessarenko deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. CDH 078-09).
7. Em 12.06.2009, o Senador Gilvam Borges é designado Suplente do PMDB, na Comissão (Of. CDH 078-09).
8. Em 12/06/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT, na Comissão (Of. CDH 078/09).
9. Em 12.06.2009, o Senador Heráclito Fortes deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria (Of. CDH 078-09).
10. Em 12/06/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT, na Comissão (Of. CDH 078/09).
11. Em 12/06/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB, na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. CDH 078/09).
12. Em 12/06/2009, o Senador Adelmir Santana é designado Suplente do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. CDH 078/09).
13. Em 12/06/2009, o Senador Mário Couto é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. CDH 078/09).
14. Em 12/06/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Titular do PTB, na Comissão (Of. CDH 078/09).
15. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
16. Em 15.04.2009, o Senador Paulo Paim foi eleito Presidente da Subcomissão (Ofício nº 078/09 - CDH).
17. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
18. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
19. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
20. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

## 6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

ORDEM DO DIA

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

fevereiro de 2010

terça-feira 9

187

## 6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
VAGO (5)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Shessarenko (PT)	2. VAGO (3,5)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO (6)	1.
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO (2,4)	1. VAGO (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

### Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertecer à Comissão.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de as Senadoras não pertencerem mais à Comissão.
6. Em 02.03.2009, vago em virtude de a Senadora Roseana Sarney ter sido substituída pelo Senador Valter Pereira na CDH (OF. GLPMDB nº 29/2009).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

**6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E  
ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL**

**Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
	1. Flávio Arns (PSDB) (1,2)
José Nery (PSOL)	2. VAGO
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
	1. VAGO
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
	1. VAGO

**Notas:**

1. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).

2. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

\*. Em 27.04.2009 foi à publicação o OF. N° 029/09 - CDH, que comunica a aprovação do Requerimento n° 09, de 2009 - CDH, cujo teor trata da transformação da Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo em Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo.

\*\* Em 03.08.2009 foi à publicação o OF. N° 086/09-CDH, que comunica a aprovação do Requerimento n° 26, de 2009-CDH, cujo teor renomeia o colegiado para Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo e Acompanhamento da Regularização Fundiária na Amazônia Legal.

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Telefone(s):** 3311-4251/2005

**Fax:** 3311-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

**7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE****Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(9)</sup></b>	
Eduardo Suplicy (PT) <sup>(40)</sup>	1. Aloizio Mercadante (PT) <sup>(39,69,85,88,89)</sup>
Antonio Carlos Valadares (PSB) <sup>(46,73)</sup>	2. Marina Silva (PV) <sup>(38,83,84)</sup>
João Ribeiro (PR) <sup>(44,68)</sup>	3. Renato Casagrande (PSB) <sup>(45,75)</sup>
João Pedro (PT) <sup>(47)</sup>	4. Magno Malta (PR) <sup>(43)</sup>
Roberto Cavalcanti (PRB) <sup>(42,55,67,86,87)</sup>	5. Augusto Botelho (PT) <sup>(22,41,50,72)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Pedro Simon (PMDB) <sup>(1)</sup>	1. Almeida Lima (PMDB) <sup>(5,65)</sup>
Francisco Dornelles (PP) <sup>(61)</sup>	2. Inácio Arruda (PC DO B) <sup>(6,76,77)</sup>
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) <sup>(64)</sup>	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) <sup>(2)</sup>
Romero Jucá (PMDB) <sup>(3,70,74)</sup>	4. Valdir Raupp (PMDB) <sup>(19,24,63)</sup>
Paulo Duque (PMDB) <sup>(4)</sup>	5. Geovani Borges (PMDB) <sup>(10,21,62,92,93)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Efraim Morais (DEM) <sup>(48)</sup>	1. Adelmir Santana (DEM) <sup>(11,54)</sup>
Demóstenes Torres (DEM) <sup>(58)</sup>	2. Rosalba Ciarlini (DEM) <sup>(7,51)</sup>
Marco Maciel (DEM) <sup>(18,29,57)</sup>	3. José Agripino (DEM) <sup>(23,27,56)</sup>
Heráclito Fortes (DEM) <sup>(8,52)</sup>	4. Romeu Tuma (PTB) <sup>(53,78,79,80)</sup>
João Tenório (PSDB) <sup>(33,66)</sup>	5. Alvaro Dias (PSDB) <sup>(37)</sup>
Eduardo Azeredo (PSDB) <sup>(33)</sup>	6. Arthur Virgílio (PSDB) <sup>(17,34,71)</sup>
Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(35)</sup>	7. Tasso Jereissati (PSDB) <sup>(36)</sup>
<b>PTB <sup>(12)</sup></b>	
Fernando Collor <sup>(13,14,15,16,25,26,28,30,49)</sup>	1. Mozarildo Cavalcanti <sup>(49)</sup>
<b>PDT</b>	
Patrícia Saboya <sup>(32,60,81,82,90,91)</sup>	1. Cristovam Buarque <sup>(20,31,59)</sup>

**Notas:**

1. O Senador Pedro Simon teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
2. O Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
3. O Senador Jarbas Vasconcelos teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
4. O Senador Paulo Duque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
5. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
6. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
7. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
11. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
13. Em 05.09.2007, o Senador Euclides Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
14. Senador Euclides Mello comunica filiação ao PRB, em 1ª/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
15. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
16. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
17. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
18. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
19. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
20. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
21. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
22. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
23. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
24. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
25. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
26. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
27. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
28. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
29. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
30. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).
31. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 08/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
32. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 08/09-GLPDT).
33. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 028/09-GLPSDB).
34. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
35. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
36. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
37. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
38. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
39. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
40. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
41. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
42. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
43. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
44. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.

45. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
46. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
47. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
48. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
49. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor foi confirmado, como titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti, designado como suplentes, pela Liderança do PTB (Of. nº 032/09-GLPTB).
50. Em 17.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
51. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borge.
52. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
53. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
54. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Nery.
55. Em 17.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Tião Viana.
56. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
57. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
58. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
59. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 19/09-GLPDT).
60. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 19/09-GLPDT).
61. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 24/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 24/2009-GLPMDB).
63. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 24/2009-GLPMDB).
64. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 24/2009-GLPMDB).
65. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. 24/2009-GLPMDB).
66. Em 03.03.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. nº 47/09-GLPSDB).
67. Em 03.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Augusto Botelho (Of. nº 026/09-GLDBAG).
68. Em 03.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. nº 029/09-GLDBAG).
69. Em 03.03.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 029/09-GLDBAG).
70. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
71. Em 03.03.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório (Of. nº 47/09-GLPSDB).
72. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. nº 026/09-GLDBAG).
73. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Renato Casagrande (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
74. Em 10.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 063/2009).
75. Em 10.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
76. Em 28.04.2009, o PMDB cede vaga de suplente ao PC do B (Of. GLPMDB nº 109/2009).
77. Em 30.04.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida pelo PMDB na Comissão (Of. IA Nº 093/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

78. Em 02/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro suplente em vaga cedida pelo DEM na Comissão (OF. N° 165/2009/GLPTB).
79. Em 02/06/2009, a Liderança do Democratas cede, temporariamente, vaga de suplente ao Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (OF. N° 094/09-GLDEM).
80. Em 02/06/2009, a Senadora Kátia Abreu deixa de compor a Comissão (Of. 93/09-GLDEM).
81. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento n° 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
82. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. n° 59/09-LPDT).
83. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
84. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
85. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
86. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (Of. 125/09-GLDBAG).
87. Em 16.09.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. GLDBAG n° 132/2009).
88. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
89. Em 13.10.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 148/2009-GLDBAG).
90. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
91. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. 77/09-GLPDT).
92. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento n° 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
93. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB n° 205/2010).

**Secretário(a):** Alexandre Bastos de Melo

**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS 10:00 hs - Plenário n° 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

## **7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Alexandre Bastos de Melo

**Telefone(s):** 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

**Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes**

**PRESIDENTE: VAGO**  
**VICE-PRESIDENTE: VAGO**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(2)</sup></b>	
VAGO <sup>(3,4,6)</sup>	1. VAGO <sup>(7)</sup>
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO <sup>(9,10)</sup>	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. VAGO <sup>(8)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(1)</sup>	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO <sup>(7)</sup>
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. VAGO <sup>(5)</sup>

**Notas:**

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE.
9. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
10. Vago em 02.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 024/2009-GLPMDB).

**Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo**

**Telefone(s): 3303-3496**

**Fax: 3303-3546**

**E-mail: scomcre@senado.gov.br**

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO  
DAS FORÇAS ARMADAS**

**Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes**

**PRESIDENTE: VAGO**

**VICE-PRESIDENTE: VAGO**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(2)</sup></b>	
VAGO <sup>(1,4)</sup>	1. VAGO <sup>(5)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(5)</sup>	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
<b>PDT</b>	
VAGO <sup>(3)</sup>	1.

**Notas:**

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclides Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

**Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo**

**Telefone(s): 3303-3496**

**Fax: 3303-3546**

**E-mail: scomcre@senado.gov.br**

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
José Agripino (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Romeu Tuma (PTB) (2)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
	3. Tasso Jereissati (PSDB)
<b>PMDB PP</b>	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) (1,3)	2. Romero Jucá (PMDB)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Augusto Botelho (PT)	1. VAGO (4)
<b>PTB</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. Fernando Collor

**Notas:**

1. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE (Of. N° 054/2009 - CRE).
2. Em 17/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 077/2009-CRE).
3. Em 17/06/2009, o Senador Valdir Raupp é designado titular do Bloco da Maioria (Of. 077/2009-CRE).
4. Vago em 15.09.2009 em virtude de o Senador Tião Viana não pertencer mais à CRE (Of. 125/09-GLDBAG).

**Secretário(a):** Alexandre Bastos de Melo**Telefone(s):** 3303-3496**Fax:** 3303-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI****Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) (2)</b>	
Serys Shhessarenko (PT) (18)	1. Marina Silva (PV) (16,66,68)
Delcídio Amaral (PT) (18,33,56)	2. Paulo Paim (PT) (25,33,57)
Ideli Salvatti (PT) (18)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (19)
Inácio Arruda (PC DO B) (23)	4. VAGO (17,70,72,73)
Fátima Cleide (PT) (20)	5. Eduardo Suplicy (PT) (24)
João Ribeiro (PR) (21)	6. João Pedro (PT) (22)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Francisco Dornelles (PP) (52,63,64)	1. Neuto De Conto (PMDB) (3,6,54)
Geovani Borges (PMDB) (53,76,79)	2. Lobão Filho (PMDB) (29,50)
Paulo Duque (PMDB) (45)	3. Pedro Simon (PMDB) (8,10,11,44)
Mão Santa (PSC) (5,9,49,71,74)	4. Valter Pereira (PMDB) (46)
Valdir Raupp (PMDB) (48,60)	5. VAGO (47,64)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (43)	6. Almeida Lima (PMDB) (51,55,63)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Gilberto Goellner (DEM) (34)	1. Antonio Carlos Júnior (DEM) (30)
Eliseu Resende (DEM) (26)	2. Efraim Morais (DEM) (38)
Heráclito Fortes (DEM) (35)	3. Adelmir Santana (DEM) (36)
Jayme Campos (DEM) (37,67,69,77,78)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (31)
Kátia Abreu (DEM) (7,27)	5. Demóstenes Torres (DEM) (1,28)
Arthur Virgílio (PSDB) (40,61,65)	6. Cícero Lucena (PSDB) (14)
João Tenório (PSDB) (41,58)	7. Mário Couto (PSDB) (13,59,65)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14)	8. Alvaro Dias (PSDB) (14,62)
Marconi Perillo (PSDB) (42)	9. Sérgio Guerra (PSDB) (15)
<b>PTB (4)</b>	
Fernando Collor (32)	1. Gim Argello (32)
<b>PDT</b>	
Acir Gurgacz (12,75)	1. João Durval (39,75)

**Notas:**

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB n° 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB n° 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
11. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).
12. Em 11.02.2009, o Senador João Durval teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. n° 09/09-GLPDT).
13. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
14. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena e Mário Couto, como suplentes, e o Senador Flexa Ribeiro, como titular, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. n° 029/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
16. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. n° 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
17. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. n° 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
18. Em 16.02.2009, os Senadores Delcício Amaral, Serys Shessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. n° 016/09-GLDBAG).
19. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. n° 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. n° 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
21. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. n° 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. n° 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
23. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. n° 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
24. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. n° 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
25. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. n° 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
26. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. n° 12/09-GLDEM).
27. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. n° 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. n° 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
29. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
30. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. n° 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é confirmada como membro suplente do DEM na Comissão (Of. n° 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. n° 33/09-GLPTB), em substituição ao Senador Gim Argello, que passa a integrar a suplência, em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
33. Em 17.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. n° 23/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcício Amaral, que passa à suplência.
34. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. n° 12/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. n° 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
36. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. n° 12/09-GLDEM).
37. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. n° 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
38. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. n° 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
39. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 20/09-GLPDT).
40. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
41. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
42. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.

43. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 22/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 25/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 25/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 25/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 25/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 25/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 25/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 25/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 25/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 25/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 25/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 25/2009).
55. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
56. Em 10.03.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 025/09-GLDBAG).
57. Em 10.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio Amaral (Of. nº 025/09-GLDBAG).
58. Em 10/03/2009, o Senador João Tenório é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à suplência (Of. 50/09 - GLPSDB).
59. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório, que passa à titularidade (Of. 50/09 - GLPSDB).
60. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
61. Em 16.04.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 76/09-GLPSDB).
62. Em 16.04.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 76/09-GLPSDB).
63. Em 14.05.2009, o Senador Almeida Lima deixa a vaga de membro titular do PMDB na Comissão e assume a vaga de membro suplente (OF. GLPMDB nº 111/2009).
64. Em 14.05.2009, o Senador Francisco Dornelles deixa a vaga de membro suplente na Comissão e assume a vaga de membro titular cedida pelo PMDB (OF. GLPMDB nº 001-A-2009).
65. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 136/09-GLPSDB).
66. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
67. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
68. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
69. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
70. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
71. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Nacional, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
72. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
73. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão (Of. 142/2009-GLDBAG).
74. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
75. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador João Durval, que passa à suplência, no lugar do Senador Osmar Dias (Of. 79/09-GLPDT).
76. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
77. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
78. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
79. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).

**8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO**

**Finalidade:** Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Álvaro Araujo Souza

**Telefone(s):** 3303-4607

**Fax:** 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

**8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO**

**Finalidade:** Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Álvaro Araujo Souza

**Telefone(s):** 3303-4607

**Fax:** 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR****Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC) (57,58)**VICE-PRESIDENTE:** Senador César Borges (PR-BA)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) (3)</b>	
César Borges (PR) (25)	1. Delcídio Amaral (PT) (7,23)
Serys Shlessarenko (PT) (2,24)	2. Roberto Cavalcanti (PRB) (27,50)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (28)	3. Tião Viana (PT) (27,54)
José Nery (PSOL) (26)	4. VAGO (27)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Neuto De Conto (PMDB) (32,46,55,56)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (47)
Valter Pereira (PMDB) (1,41)	2. Pedro Simon (PMDB) (45)
Romero Jucá (PMDB) (4,11,48)	3. Valdir Raupp (PMDB) (42)
Almeida Lima (PMDB) (43)	4. Gerson Camata (PMDB) (44,49,51)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
José Agripino (DEM) (36)	1. Gilberto Goellner (DEM) (34)
Marco Maciel (DEM) (37)	2. Jayme Campos (DEM) (29,52,53,59,60)
Rosalba Ciarlini (DEM) (38)	3. Demóstenes Torres (DEM) (9,12,31)
Adelmir Santana (DEM) (33)	4. Kátia Abreu (DEM) (6,14,30)
Lúcia Vânia (PSDB) (17)	5. Cícero Lucena (PSDB) (19)
Marconi Perillo (PSDB) (20)	6. Sérgio Guerra (PSDB) (10,13,22)
Papaléo Paes (PSDB) (18)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (21)
<b>PTB (5)</b>	
Gim Argello (35)	1. Mozarildo Cavalcanti (35)
<b>PDT</b>	
Jefferson Praia (8,16,39)	1. João Durval (15,40)

**Notas:**

1. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
12. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
13. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
16. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
17. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 030/09-GLPSDB).
18. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
19. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
20. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
21. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
22. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
23. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
24. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Sliessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
25. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
26. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
27. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
28. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
29. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM)
30. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
32. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
33. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
34. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 34/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que passa a integrar a suplência.
36. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
37. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
38. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
39. Em 19/02/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 21/09-GLPDT).
40. Em 19/02/2009, o Senador João Durval é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 21/09-GLPDT).
41. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 33/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 33/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 33/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 33/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

47. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 33/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 33/2009).
49. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
50. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 43/2009 - GLDBAG).
51. Em 10.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 064/2009).
52. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
53. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
54. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 126/09-GLDBAG).
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. Em 17.09.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 157/2009).
57. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 17 de setembro de 2009 (art. 39, II, do Regimento Interno).
58. Em 23.09.2009, o Senador Neuto de Conto é eleito Presidente da Comissão (OF. Nº 108/2009-CDR).
59. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
60. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).

**Secretário(a):** Selma Míriam Perpétuo Martins

**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

**Telefone(s):** 3311-4282

**Fax:** 3311-1627

**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

**10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA****Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Valter Pereira (PMDB-MS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gilberto Goellner (DEM-MT)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) (1)</b>	
Delcídio Amaral (PT) (22)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (22,71)
Sadi Cassol (PT) (23,63,67,70)	2. Fátima Cleide (PT) (4,6,19)
Augusto Botelho (PT) (21,32,49)	3. Eduardo Suplicy (PT) (20,60,61,62,64)
César Borges (PR) (18,54)	4. Serys Shessarenko (PT) (17,52)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO (2,11,44,47,59,68,69,74)	1. Romero Jucá (PMDB) (37,45)
Neuto De Conto (PMDB) (40,43)	2. Valdir Raupp (PMDB) (38,48)
Gerson Camata (PMDB) (36,46)	3. Renan Calheiros (PMDB) (35,39)
Valter Pereira (PMDB) (34,50)	4. Paulo Duque (PMDB) (41,42)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Gilberto Goellner (DEM) (26)	1. Demóstenes Torres (DEM) (3,33)
Raimundo Colombo (DEM) (27)	2. Heráclito Fortes (DEM) (31)
Kátia Abreu (DEM) (28)	3. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,24)
Jayme Campos (DEM) (8,10,30,57,58,72,73)	4. José Agripino (DEM) (25)
VAGO (13,53,56,65,66)	5. Mário Couto (PSDB) (16,55)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14,55)	6. João Tenório (PSDB) (15)
Marisa Serrano (PSDB) (15)	7. Marconi Perillo (PSDB) (12)
<b>PTB (5)</b>	
Romeu Tuma (9,29)	1. Sérgio Zambiasi (29,51)
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. João Durval

**Notas:**

- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
- O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
- Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
- Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
- Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
- O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
- Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
- Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.
- Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
- Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. nº 536/2008-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

12. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
13. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
14. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
15. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação, como titular, e o Senador João Tenório, como suplente da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 031/09-GLPSDB).
16. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
18. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
19. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
21. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral, como titular, e o Senador Paulo Paim, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
24. Em 17/02/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Raimundo Colombo é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma e Gim Argello são designados, respectivamente, membros titular e suplente do PTB na Comissão (Of. nº 35/09-GLPTB).
30. Em 17/02/2009, o Senador Jayme Campos é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, o Senador Heráclito Fortes é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Augusto Botelho como membro titular na Comissão (Of. nº 17/09-GLDBAG).
33. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Suplente do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
34. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 31/2009).
35. Em 04/03/2009, o Senador Renan Calheiros teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
36. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
37. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 31/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 31/2009).
40. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
41. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
42. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 31/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 31/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

44. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
45. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 31/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. GLPMDB nº 31/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. GLPMDB nº 31/2009).
48. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
49. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 024/09-GLDBAG).
50. Em 04/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 46/2009 - GLPMDB).
51. Em 05/03/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 86/2009 - GLPTB).
52. Em 31.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
53. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 75/09-GLPSDB.
54. Em 29.04.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. nº 016/09-GLDBAG).
55. Em 12.08.2009, o Senador Flexa Ribeiro deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 138/09-GLPSDB).
56. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 137/09-GLPSDB).
57. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
58. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
59. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
60. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
61. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
62. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão como membro suplente (Of. 141/2009-GLDBAG).
63. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Of. 140/2009-GLDBAG).
64. Em 08/10/2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 144/2009 - GLDBAG).
65. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 169/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
66. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
67. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
68. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
69. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
70. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 158/2009-GLDBAG).
71. Em 08.12.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 163/2009-GLDBAG).
72. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
73. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 4/2010-GLDEM).
74. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

**Secretário(a):** Marcello Varella  
**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -  
**Telefone(s):** 3311-3506  
**E-mail:** marcello@senado.gov.br

**10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(1)</sup></b>	
VAGO <sup>(2)</sup>	1. Paulo Paim (PT)
VAGO <sup>(4)</sup>	2. VAGO <sup>(6,7,9)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. VAGO <sup>(5,8)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) <sup>(3)</sup>
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO <sup>(4)</sup>
Marisa Serrano (PSDB)	

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
5. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
6. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
7. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
8. Vago em 04.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 046/2009-GLPMDB).
9. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.

**Secretário(a):** Marcello Varella**Telefone(s):** 3311-3506**E-mail:** marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,  
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

**Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes**

**PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)**

**VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA)**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) (4)</b>	
Marcelo Crivella (PRB) (22)	1. Delcídio Amaral (PT) (21)
Renato Casagrande (PSB) (20)	2. Flávio Arns (PSDB) (22,52,54)
Magno Malta (PR) (19)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (18,42)
Roberto Cavalcanti (PRB) (18,41,45)	4. João Ribeiro (PR) (18,46)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (39)	1. Valter Pereira (PMDB) (38)
Lobão Filho (PMDB) (37)	2. Romero Jucá (PMDB) (36)
Gerson Camata (PMDB) (7,10,35)	3. Geovani Borges (PMDB) (8,9,40,47,48,59,61)
Valdir Raupp (PMDB) (34,43)	4. VAGO (2,53,56,58,60)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Antonio Carlos Júnior (DEM) (28)	1. Gilberto Goellner (DEM) (26)
Demóstenes Torres (DEM) (3,25)	2. Eliseu Resende (DEM) (30)
José Agripino (DEM) (6,12,24)	3. Marco Maciel (DEM) (1)
Efraim Morais (DEM) (23)	4. Kátia Abreu (DEM) (29)
Cícero Lucena (PSDB) (14)	5. Eduardo Azeredo (PSDB) (16,31)
Flexa Ribeiro (PSDB) (16,31)	6. Sérgio Guerra (PSDB) (15,49)
Papaléo Paes (PSDB) (17)	7. Arthur Virgílio (PSDB) (11,16,44)
<b>PTB (5)</b>	
Sérgio Zambiasi (27)	1. Fernando Collor (27)
<b>PDT</b>	
Acir Gurgacz (13,33,50,51,55,57)	1. Cristovam Buarque (32)

**Notas:**

- Em 17/02/2009, o Senador Marco Maciel é confirmado como membro Suplente DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
- O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 32/2009-GLPMDB).
- Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
- Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
- Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
- Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
- Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
- Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. nº 121/08-GLPSDB).
12. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 11/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
15. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
16. Em 12.02.2009, os Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra tiveram as suas indicações, como suplentes, e o Senador Eduardo Azeredo, como titular da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 032/09-GLPSDB).
17. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
18. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
19. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
20. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
21. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella, como titular, e o Senador Flávio Arns, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 17/02/2009, o Senador Efraim Morais é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Junior (Of. 012/09-GLDEM).
24. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Titular do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Zambiasi é confirmado como membro titular do PTB na Comissão e o Senador Fernando Collor é designado como membro suplente (Of. nº 36/09-GLPTB).
28. Em 17/02/2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Demóstenes Torres (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
30. Em 17/02/2009, o Senador Eliseu Resende é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 42/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência.
32. Em 19/02/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 23/09-GLPDT).
33. Em 19/02/2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 23/09-GLPDT).
34. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. 32/2009-GLPMDB).
35. Em 02/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 32/2009-GLPMDB).
36. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 32/2009-GLPMDB).
37. Em 02/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 32/2009-GLPMDB).
38. Em 02/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 32/2009-GLPMDB).
39. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 32/2009-GLPMDB).
40. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 32/2009-GLPMDB).
41. Em 04.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 030/2009-GLDBAG).
42. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 049/2009-GLDBAG).

43. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
44. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. 54/09-GLPSDB).
45. Em 10.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 046/09-GLDBAG).
46. Em 10.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2009-GLDBAG).
47. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
48. Em 11.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 065/2009).
49. Em 12.03.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 054/09-GLPSDB).
50. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
51. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 58/09-LPDT).
52. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
53. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
54. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
55. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
56. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
57. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. 75/09-GLPDT).
58. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
59. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
60. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
61. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).

### 11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

**Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes**

**PRESIDENTE: VAGO**

**VICE-PRESIDENTE: VAGO**

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(1)</sup></b>	
Flávio Arns (PSDB) (4,5)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. VAGO <sup>(3)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO <sup>(3)</sup>
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

**Notas:**

- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).
- Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
- O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
- Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

**COMPOSIÇÃO  
CONSELHOS e ÓRGÃOS****1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR  
(Resolução nº 17, de 1993)**

<b>SENADORES</b>	<b>CARGO</b>
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) <sup>(1)</sup>	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

**Atualização:** 05/03/2009**Notas:**

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 04.03.2009

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**  
**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo  
**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260  
**E-mail:**scop@senado.gov.br

**2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR****Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Duque (PMDB-RJ) <sup>(2)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gim Argello (PTB-DF) <sup>(4)</sup>**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
VAGO <sup>(3)</sup>	1. Delcídio Amaral (PT-MS)
João Pedro (PT-AM)	2. Ideli Salvatti (PT-SC)
VAGO <sup>(1)</sup>	3. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE)	4. Augusto Botelho (PT-RR)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
VAGO <sup>(14)</sup>	3. Mão Santa (PSC-PI) <sup>(13)</sup>
Paulo Duque (PMDB-RJ)	4. VAGO <sup>(5)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(9)</sup>	1. VAGO <sup>(6)</sup>
VAGO <sup>(12)</sup>	2. VAGO <sup>(10)</sup>
VAGO <sup>(7)</sup>	3. VAGO <sup>(8)</sup>
VAGO <sup>(11)</sup>	4. VAGO <sup>(11)</sup>
VAGO <sup>(11)</sup>	5.
<b>PTB</b>	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
<b>PDT</b>	
João Durval (BA)	1. Jefferson Praia (AM)
<b>Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)</b>	
Romeu Tuma (PTB/SP)	

**Atualização:** 22/12/2009**Notas:**

1. O Senador João Ribeiro (PR-TO) declinou do mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 60/2009-GSJRIB, de 15.07.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
2. Eleito na 1ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 15.07.2009
3. O Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.GSACV nº 161/2009, de 03.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
4. Eleito na 2ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 05.08.2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>  
 Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

5. O Senador Lobão Filho(PMDB-MA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.01-G/2009, de 19.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
6. O Senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.118/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
7. O Senador Eliseu Resende (DEM-MG) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.117/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
8. A Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.029/2009-GSMALV, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
9. O Senador Demostenes Torres (DEM-GO) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.116/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
10. A Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.119/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
11. Os Senadores Sérgio Guerra (PSDB-PE), Marisa Serrano (PSDB-MG) renunciaram ao mandato de membro titular do Conselho e o Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) ao de suplente, conforme Of. s/nº, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
12. O Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 115/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária de 27.08.2009.
13. Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.
14. O Senador Gilvam Borges, de acordo com o Requerimento nº 1712, de 2009, licencia-se, para tratamento de saúde, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo prazo de 121 dias, a partir de 22/12/2009.

### **SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260

**E-mail:**scop@senado.gov.br

**3) PROCURADORIA PARLAMENTAR**  
**(Resolução do Senado Federal nº 40/95)**

<b>SENADOR</b>	<b>BLOCO / PARTIDO</b>
Demóstenes Torres (DEM/GO) <sup>(1)</sup>	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) <sup>(1)</sup>	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) <sup>(2)</sup>	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) <sup>(1)</sup>	PTB

**Atualização:** 17/04/2008

**Notas:**

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**  
**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo  
**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260  
**E-mail:**scop@senado.gov.br

**4) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ****Número de membros:** 12 titulares**PRESIDENTE:** Senador Marco Maciel (DEM-PE) <sup>(3)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) <sup>(3)</sup>**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**MEMBROS****PMDB**Wellington Salgado de Oliveira (MG) <sup>(4)</sup>**DEM**

Marco Maciel (PE)

**PSDB**

Lúcia Vânia (GO)

**PT**

Fátima Cleide (RO)

**PTB**VAGO <sup>(2,11,12)</sup>**PDT**Patrícia Saboya (CE) <sup>(5,7,8)</sup>**PR**Magno Malta (ES) <sup>(1,6,9)</sup>**PSB**

Renato Casagrande (ES)

**PRB**

Marcelo Crivella (RJ)

**PC DO B**

Inácio Arruda (CE)

**PP**Francisco Dornelles (RJ) <sup>(10)</sup>**PSOL**

José Nery (PA)

**Atualização:** 01/12/2009**Notas:**

1. O Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 05/11/2009.
2. Vago tendo em vista a comunicação de desligamento do Senador Mozarildo Calvacante, conforme Of.nº088/2009/GLPTB.
3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 17.06.2009.
4. Indicado para ocupar a vaga destinada ao PMDB, conforme Of.GLPMDF nº 020-A-2009, lido na sessão do dia 24.06.2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

5. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres (PDT-CE) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, em substituição à Senadora Patrícia Saboya, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, a partir de 17.07.2009 (Of. nº61/09-LPDT).
6. Em 23.09.2009, o Senador Expedito Júnior comunicou a sua desfiliação do Partido da República (PR), a partir dessa data, conforme Of. GSEJUN nº 221/2009 e, em 29.09.2009, a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 25 de setembro de 2009, conforme Of. GSEJUN nº 225/2009.
7. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.2009.
8. Em 25.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) foi designada titular do Conselho Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 86/09-LPDT.
9. Em 26.11.2009, o Senador Magno Malta (PR-ES) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 111/2009-PR.
10. Em 26.11.2009, o Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 007/2009-GLDPP.
11. Em 01.12.2009 o Senador Osvaldo Sobrinho (PTB-MT) foi designado titular do Conselho Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 286/2009-GLPTB.
12. Vago tendo em vista o retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.10.

### **SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303-4561/3303-5258 **Fax:** 3303-5258

**E-mail:** scop@senado.gov.br

## CONSELHOS

### CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

#### COMPOSIÇÃO

**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal

**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<b><u>PRESIDENTE</u></b> Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	<b><u>PRESIDENTE</u></b> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Marco Maia (PT-RS)	<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Odair Cunha (PT-MG)	<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Senador Mão Santa (PSC-PI) <sup>1</sup>
<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Nelson Markezelli (PTB-SP)	<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Deputado André de Paula (DEM/PE)	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b> Senador Raimundo Colombo (DEM-SC)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u></b> Deputado Tadeu Filippelli (PMDB-DF)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u></b> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Deputado Damião Feliciano (PDT-PB) <sup>2</sup>	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 21.10.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

<sup>1</sup> Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.

<sup>2</sup> O Deputado Damião Feliciano foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, conforme Of. Pres. nº 288/09-CREDN, de 20.09.09, lido na sessão do Senado Federal de 21.10.09.

## CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br) - [www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)

**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

**COMISSÕES DE TRABALHO**

**01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

**02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL**

**03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA**

**04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO**

**05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO**

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senao.gov.br](mailto:scop@senao.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

## REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL COMPOSIÇÃO

**18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)**

**Designação: 27/04/2007**

Presidente: Deputado José Paulo Tóffano (PV - SP)<sup>12</sup>  
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB - CE)<sup>12</sup>  
Vice-Presidente: Deputado Germano Bonow (DEM - RS)<sup>12</sup>

### SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
<b>Maioria (PMDB)</b>	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
<b>DEM</b>	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO <sup>6</sup> (DEM/SC)
<b>PSDB</b>	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
<b>PT</b>	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PSDB/PR) <sup>13</sup>
<b>PTB</b>	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
<b>PDT</b>	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS <sup>4</sup> (PDT/PR)
<b>PCdoB</b>	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY <sup>8</sup> (PSOL/PA)

### DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
<b>PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</b>	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC) <sup>10</sup>	1. MOACIR MICHELETTO <sup>7</sup> (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES) <sup>11</sup>
<b>PSDB/DEM/PPS</b>	
PROFESSOR RUY PAULETTI (PSDB/RS) <sup>14</sup>	1. LEANDRO SAMPAIO <sup>5</sup> (PPS/RJ)
GERALDO THADEU <sup>9</sup> (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO <sup>3</sup> (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO <sup>1</sup> (PP/SP)
<b>PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN</b>	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
<b>PV</b>	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 14.10.2009)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / BrasilFones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880 e-mail: [cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)  
[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

<sup>1</sup> Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

<sup>2</sup> Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

<sup>3</sup> Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

<sup>4</sup> Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

<sup>5</sup> Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

<sup>6</sup> O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

<sup>7</sup> Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

<sup>8</sup> Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

<sup>9</sup> Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

<sup>10</sup> Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGM/P, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.02.2009, e o OF/GAB/I/Nº 12, de 28.01.2009.

<sup>11</sup> Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/Nº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.

<sup>12</sup> Eleitos para o biênio 2009/2010, em reunião realizada no dia 27.05.09, conforme Ofício P/48/2009, de 28.05.2009, lido nessa mesma data.

<sup>13</sup> O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores (PT), conforme comunicação lida na sessão do SF em 10.09.09, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 02.10.2009, conforme Of./GSFA/0898/2009, de 06.10.09, lido na sessão do SF de 08.10.2009.

<sup>14</sup> Indicado conforme Of. nº 965/2009/PSDB, datado de 11/11/09, do Líder do PSDB, Deputado José Aníbal, em substituição ao Deputado Cláudio Diaz, em virtude de sua renúncia, conforme Of. nº 0516/2009, de 09.11.09, lidos na Sessão do SF de 13.11.09.

## **MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL**

**PRESIDENTE:** Parlamentar Ignacio Mendonza Unzain (Py)

**VICE-PRESIDENTE:** Deputado Juan Jose Dominguez (Uy)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Juan Bautista Pampuro (Ar)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Aloizio Mercadante (Br)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil  
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880  
e-mail: [cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)  
[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA - CCAI**  
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente:** Deputado Damião Feliciano<sup>1</sup>

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>SENADO FEDERAL</b>
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> ANDRÉ DE PAULA DEM-PE	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b> RAIMUNDO COLOMBO DEM-SC
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> DAMIÃO FELICIANO PDT-PB	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 21.10.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

<sup>1</sup> O Deputado Damião Feliciano foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, conforme Of. Pres. nº 288/09-CREDN, de 20.09.09, lido na sessão do Senado Federal de 21.10.09.

## PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura do DCD ou DSF s/o porte	R\$31,00
Porte de Correio	R\$96,00
Assinatura do DCD ou DSF c/o porte	R\$127,60 (cada)
Valor do número avulso	R\$0,30
Porte avulso	R\$0,80

## PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura do DCD ou DSF s/o porte	R\$62,00
Porte de Correio	R\$193,20
Assinatura do DCD ou DSF c/o porte	R\$255,20 (cada)
Valor do número avulso	R\$0,30
Porte avulso	R\$0,80

**ug** – 00001  
**gestão** – 020055

Os pedidos deverão ser acompanhados de Notas de Empenho. Ordem de Pagamento pelo Banco de Brasil, Agência 4201-3, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 244-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminado:

Subsecretaria de Edições Técnicas	02005500001001-0
Assinaturas DCN	02005500001002-9
Venda de Editais	02005500001003-7
Orçamento/Cobrança	02005500001004-5
Aparas de Papel	02005500001005-3
Leilão	02005500001006-1
Aluguéis	02005500001007-x
Cópias Reprográficas	02005500001008-8

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES**  
**PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº – BRASÍLIA-DF – CEP-70165-900**  
**CGC 00.530.279/0005-49**

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3803 – Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de assinaturas, Mourão ou Solange.



Edição de hoje: 170 páginas

OS: 2010/10616